



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

Nayara Rodrigues Marques

**OS DISCURSOS CONCORRENTES DE DESENVOLVIMENTO NA
CHAPADA DOS VEADEIROS: TURISMO E MINERAÇÃO EM CAVALCANTE-GO**

Brasília – DF
2018

NAYARA RODRIGUES MARQUES

**OS DISCURSOS CONCORRENTES DE DESENVOLVIMENTO NA
CHAPADA DOS VEADEIROS: TURISMO E MINERAÇÃO EM CAVALCANTE-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo –, como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Fazito

Coorientador: Prof. Dr. André Cunha

Brasília – DF
2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M357d Marques, Nayara Rodrigues
Os discursos concorrentes de desenvolvimento na Chapada dos Veadeiros: turismo e mineração em Cavalcante-GO / Nayara Rodrigues Marques; orientador Mozart Fazito; co-orientador André Cunha. -- Brasília, 2018.
96 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2018.

1. desenvolvimento do turismo. 2. análise de discurso.
3. conflitos socioambientais. 4. Chapada dos Veadeiros. 5. Cavalcante-GO. I. Fazito, Mozart, orient. II. Cunha, André, co-orient. III. Título.

Nayara Rodrigues Marques

**OS DISCURSOS CONCORRENTES DE DESENVOLVIMENTO NA
CHAPADA DOS VEADEIROS: TURISMO E MINERAÇÃO EM CAVALCANTE-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade no Turismo –, como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena (Examinador interno: CET/UnB)

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco (Examinador externo: CDS/UnB)

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso (Membro suplente: CET/UnB)

Brasília – DF, 05 de novembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos que colaboraram para a conclusão deste mestrado, especialmente a meus orientadores pela dedicação para mostrar caminhos tão essenciais para a construção do conhecimento científico e muito mais que isso. Agradeço a todos que dedicaram seu tempo e atenção para compartilhar sua visão sobre a realidade dos municípios da região da Chapada dos Veadeiros, principalmente de Cavalcante.

Muito obrigada a todos professores e professoras que fizeram e fazem parte de minha formação acadêmica, à banca da qualificação deste mestrado, à banca examinadora do trabalho final, a todos os servidores públicos e colaboradores do CET/UnB e aos amigos e amigas que fiz desde que comecei a estudar sobre o fenômeno turístico. Também foi inestimável o suporte de toda a equipe do trabalho nesses anos.

Por fim, agradeço ao meu amor, aos meus pais, às minhas irmãs, aos meus avós e demais familiares, e também, a todos amigos e amigas pelo apoio, conversas e força em todos os momentos desta jornada.

RESUMO

O contexto de forte pressão da produção de *commodities* sobre os recursos naturais do Cerrado gerou conflitos socioambientais entre abordagens de desenvolvimento turístico sustentáveis e indústrias do setor primário. Considerando que há carência de análises mais aprofundadas desses conflitos, capazes de oferecer subsídios à elaboração de políticas públicas adequadas para a mediação dessas disputas e que promovam o desenvolvimento humano, o objetivo deste estudo de caso é analisar os conflitos socioambientais entre os interessados no turismo e na mineração na região da Chapada dos Veadeiros, com foco em Cavalcante-GO. Esse município possui a maior reserva de recursos minerais da região turística em que está inserido, uma área permeada pela sobreposição de áreas protegidas em diferentes escalas, incluindo o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, cuja área foi recentemente ampliada. Para tanto, o método é qualitativo, empregando-se o método de análise do discurso *foucaultiana*, com base nos passos e estruturas de Hajer (2006) e Fazito (2013), buscando uma compreensão profunda da realidade empírica e de sua complexidade. Além de pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas semiestruturadas com atores-chave, entre outras técnicas de pesquisa. Dentre os resultados alcançados, os fragmentos de discursos identificados permitiram a construção de quatro discursos-narrativas de desenvolvimento – do turismo alternativo, do turismo sustentável, da modernização turística e da abordagem comunitária – que emergem e competem nas arenas políticas levantadas. A dinâmica desses discursos-narrativas e as racionalidades que os embasam, foram analisadas em cinco fases da história do turismo e da mineração em Cavalcante: origens do turismo, institucionalização para o desenvolvimento do turismo, o turismo sustentável em um contexto de modernização, a modernização e a conservação da natureza, e consolidação do fluxo turístico e a retomada da mineração.

Palavras-chave: desenvolvimento do turismo; conflitos socioambientais; análise de discurso; Chapada dos Veadeiros; Cavalcante-GO; mineração.

ABSTRACT

Strong pressure over the production of commodities from natural resources of the Brazilian Savannah has generated socioenvironmental conflicts between approaches of nature-based tourism and industries of the primary sector. Considering the lack of in-depth analysis of these conflicts, which would be capable of offering subsidies for the elaboration of adequate public policies to mediate these disputes and promote human development, this case study aims to analyze the socio-environmental conflicts between the ones interested in tourism and in mining the region of *Chapada dos Veadeiros*, focusing on Cavalcante-GO. This municipality has the largest deposits of mineral resources of the tourist region in which it is located. The area is permeated by the overlapping of protected areas at different scales - for example, the UNESCO's Cerrado Biosphere Reserve and the *Chapada dos Veadeiros* National Park, an area which was recently expanded. Thus, the method is qualitative, and employs Foucaultian discourse analysis, based on the steps and structures of Hajer (2006) and Fazito (2013), seeking a deep understanding of the empirical reality and its complexity. In addition to desk research, fieldwork visits and semi structured in-depth interviews with key actors were conducted, among other research techniques. The data collected allowed the construction of four storylines of development that emerge and compete in political arenas: alternative tourism, sustainable tourism, tourism modernization and community approach. The dynamics of these storylines and the rationalities that underpin them were analyzed in five phases of the history of tourism and mining in Cavalcante: origins of tourism, Institutionalization for tourism development, sustainable tourism in a context of modernization, modernization and the conservation of nature, consolidation of tourist flow and the resumption of mining.

Keywords: tourism development; socio-environmental conflicts; discourse analysis; Chapada dos Veadeiros; Cavalcante-GO; mining.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização e ampliação do PNCV 2017.

Figura 2: Estrutura conceitual para abordagem de racionalidades concorrentes.

Figura 3: Área com produção agrícola e pivôs de irrigação na região de estudo.

Figura 4: Substâncias requeridas para exploração mineral em áreas da APA de Pouso Alto.

Figuras 5 e 6: Araguaia Mineração, localizada na rodovia GO-230, km 23.

Figura 7: Exclusões e autorizações de pesquisa de interesse do MME no entorno do PNCV.

Figura 8: Imagem com Mapa dos processos minerários na região da Chapada dos Veadeiros.

Figuras 9 e 10: Áreas de descontaminação de rejeitos de mineradora localizada na área urbana de Cavalcante.

Figura 11: Área proposta para o Parque Estadual Rio São Félix (em vermelho) e quadrantes com os processos minerários do DNPM na região.

Figuras 12, 13 e 14: Cachoeira Santa Bárbara, Cachoeira Rei do Prata e Cachoeira São Félix.

Figuras 15 e 16: Mineradora localizada dentro da área urbana do município de Cavalcante-GO.

Figura 17: Convite para a Assembleia Popular da Mineração.

Figuras 18 e 19: Caminhões transportando minérios na GO-241.

Figura 20: Área de processamento de minério de manganês em Cavalcante-GO.

Figura 21: Imagens com localizações dos atrativos turísticos, estradas de acesso e registros de processos minerários na ANM.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACECE	Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno
ANM	Agência Nacional de Mineração
APA	Área de Proteção Ambiental
CEMAM-GO	Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CONAPA	Conselho Consultivo da APA Pouso Alto
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MTUR	Ministério do Turismo
OTS	Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante
PCH	Pequena Central Hidroelétrica
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMARH-GO	Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação
SIGMINE	Sistema de Informação Geográfica da Mineração
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO - UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	20
1.1 Turismo e desenvolvimento: da modernização ao desenvolvimento humano	20
1.2 Governamentalidade, políticas públicas de turismo e a análise de discurso	24
1.3 Conflitos socioambientais no entorno de áreas protegidas.....	27
1.4 Caminhos metodológicos	32
2. TURISMO E MINERAÇÃO NA CHAPADA DOS VEADEIROS	38
2.1 Breve contextualização da região turística da Chapada dos Veadeiros	38
2.2 Conflitos socioambientais na região da Chapada dos Veadeiros	46
3. A DINÂMICA DOS DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE TURISMO E MINERAÇÃO EM CAVALCANTE	56
3.1 Origens: o turismo alternativo	57
3.2 Institucionalização do turismo	59
3.3 O turismo sustentável em um contexto de modernização	64
3.4 A modernização e a conservação da natureza	69
3.5 Consolidação do fluxo turístico e a retomada da mineração	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	93
APÊNDICE B – RELAÇÃO DE ATORES-CHAVE ENTREVISTADOS.....	94

INTRODUÇÃO

Inúmeros problemas socioambientais globais, como a redução do número de espécies, a mudança climática e os conflitos quanto ao uso da água têm causado impactos diretos e indiretos nos biomas brasileiros. No país, ecossistemas inteiros sofrem ameaças e são alterados diariamente com o desmatamento e a poluição das águas, consequentes da expansão da fronteira agrícola, extração mineral, etc. O bioma do Cerrado brasileiro é considerado essencial para o desenvolvimento econômico do país, para a produção de alimentos e manutenção do ciclo das águas, além de ser considerado um *hotspot* para a conservação da biodiversidade (MYERS *et al.* 2000), mas vem sofrendo uma intensa conversão e perda de biodiversidade. Apesar disso, tem sido pouco tratado em pesquisas científicas (REIS *et al.*, 2017).

As áreas protegidas - principalmente os Parques Nacionais no contexto do Brasil - são áreas estratégicas para a conservação da natureza e para a educação ambiental, bem como importantes destinos turísticos. Contudo, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre as áreas protegidas brasileiras, o Cerrado – apesar de reconhecidamente importante por sua única diversidade biológica – é o que apresenta a menor porcentagem de territórios legalmente determinados como unidades de conservação - UC (8,21%), sendo que 2,85% são UCs de proteção integral e 5,36% de uso sustentável, incluindo as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com 0,07% (BRASIL, 2018).

Alinhado à patrimonialização da natureza para sua conservação, o turismo pode ser desenvolvido de forma a potencializar os benefícios da visitação em áreas protegidas e seu entorno. Visando, primordialmente, a elevação da renda e expansão do consumo, o fluxo de visitantes para as unidades de conservação (UCs) brasileiras cresceu, acumuladamente, na última década – mais de 300% de acordo com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio) *apud* Gomes (2017).

Desde a década de 1980, o Cerrado suporta conversão de terras, da vegetação natural à produção de *commodities*, fazendo com que o desmatamento no Cerrado seja mais rápido e maior do que na Amazônia (REIS *et al.*, 2017). Além disso, mais de 60% da produção brasileira de soja provém da região do Cerrado, que também abriga grandes depósitos de minerais como nióbio, ferro, manganês, estanho, ouro, pedras ornamentais, entre outros, que são produtos brasileiros de interesse e importância global.

Nos anos 1990, o turismo emergiu como atividade ‘modernizadora’ dos espaços não atingidos pela industrialização rural e extrativismo convencional (FAZITO, 2015), entretanto nos anos 2000, com o aumento dos preços globais das *commodities*, passou a competir com essas atividades no entorno de áreas protegidas. Normalmente, tais conflitos envolvem moradores, visitantes, empreendedores e órgãos governamentais e não-governamentais. A conservação da natureza e a produção de *commodities* se tornaram discursos concorrentes em vários contextos de sítios protegidos brasileiros. Relatórios recentes mostram que em 2016 houve uma intensificação dos conflitos socioambientais no Cerrado. Por exemplo, Fazito *et al* (2016) descrevem a manipulação do discurso da sustentabilidade para deslocar o turismo e implementar a mineração nas políticas de desenvolvimento regional da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais.

A literatura crítica sobre turismo e desenvolvimento pode se beneficiar de um tratamento discursivo dos contextos de políticas de desenvolvimento (BIANCHI, 2009) e, mais especificamente, das regiões de áreas protegidas. Para responder a essa agenda, esta pesquisa tem como objetivo analisar os conflitos socioambientais entre os interessados no turismo e na mineração na região da Chapada dos Veadeiros, com foco em Cavalcante-GO. A área do estudo de caso, permeada pela sobreposição de áreas protegidas em diferentes escalas, está localizada dentro da Reserva da Biosfera do Cerrado, da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pouso Alto, e, também, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), cuja área foi recentemente ampliada de 65.000 para 240.000 hectares – como pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Neste contexto de ampliação do PNCV e de elaboração do Plano de Manejo da APA do Pouso Alto, o estudo de caso escolhido para análise trata sobre os conflitos socioambientais iminentes entre os interessados no turismo e na mineração, com foco no município com maior reserva de recursos minerais da região. Para abordar o objetivo proposto, empregou-se o método de análise do discurso inspirado na obra de Michel Foucault, com base nos passos propostos por Hajer (2006) e estrutura proposta por Fazito (2013), buscando uma compreensão mais profunda da realidade empírica e de sua complexidade.

Para justificativa deste trabalho, nota-se que, na literatura nacional, pesquisas sobre a região da Chapada dos Veadeiros, com foco na questão da conservação da natureza ou na gestão das UCs. Por exemplo, Barbosa (2008) analisa as estratégias de conservação da biodiversidade da Chapada dos Veadeiros por meio de áreas protegidas (UCs e propostas de manejo

bioregional), identificando as complementariedades, sobreposições, oportunidade e conflitos gerados por essas ações. Já Meißó (2006) faz uma caracterização dos atores envolvidos na implementação da APA do Pouso Alto. Silva (2014) aborda a questão da sustentabilidade e da dinâmica da paisagem, testando uma metodologia com base em sistemas de informações geográficas em busca de integrar a valorização da paisagem nos processos de ordenamento e planejamento territorial, principalmente no manejo de trilhas para o turismo do PNCV e seu entorno.

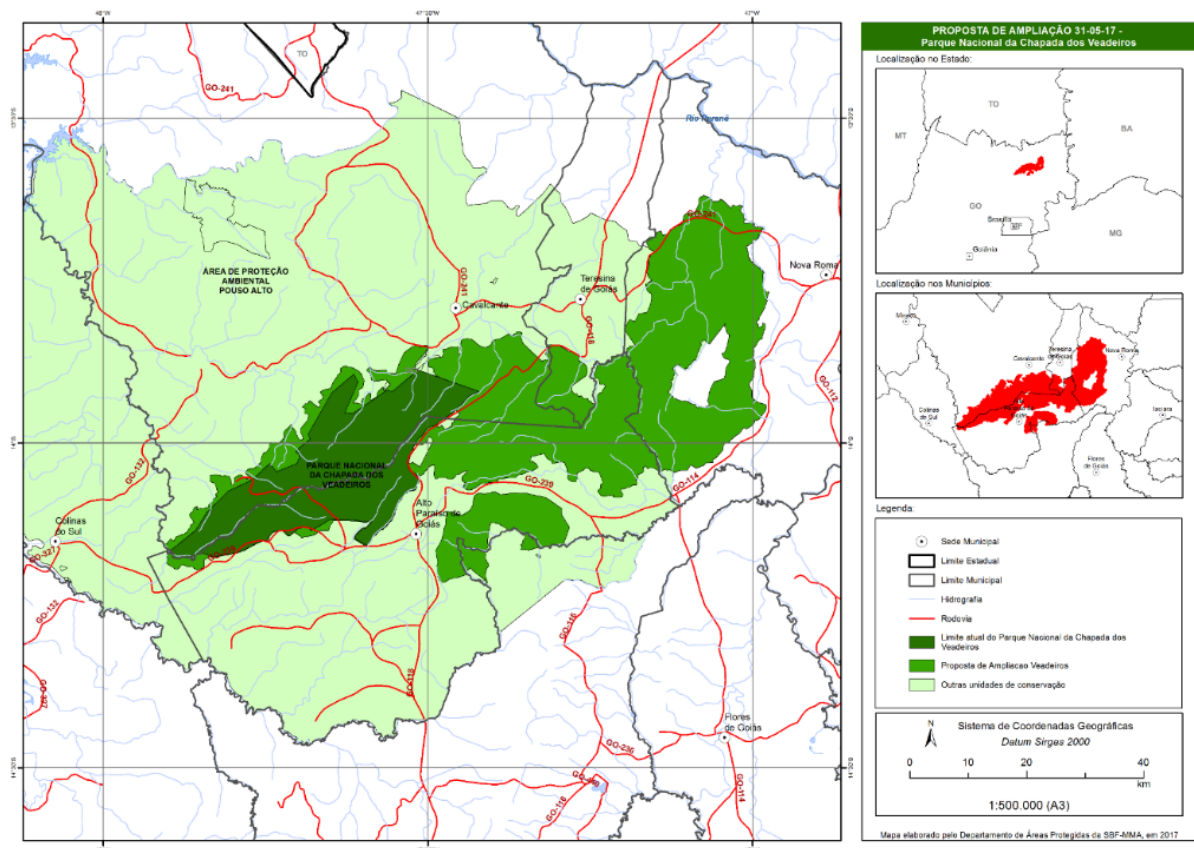


Figura 1: Localização e ampliação do PNCV em 2017. Fonte: ICMBIO, 2017.

Entre os estudos relacionados ao turismo na região da Chapada dos Veadeiros, prevalece o recorte direcionado a Alto Paraíso e São Jorge. As pesquisas direcionadas ao município de Cavalcante, quando ocorrem, têm enfoques diferentes do proposto nesta pesquisa. Gomes (2017), por exemplo, buscou estimar os impactos econômicos e financeiros do turismo no PNCV para subsidiar o desenvolvimento sustentável do Cerrado, mostrando que esse impacto “é a melhor opção em termos de desenvolvimento econômico para a região, sendo mais lucrativo que o uso convencional para agroindústria e pecuária” (p. 89), mas que não se traduz em investimentos para a conservação da natureza.

Em outra pesquisa com base no ecoturismo no PNCV, Garay (2017) emprega um modelo quantitativo para analisar as relações entre as características sociodemográficas, a percepção ambiental e o engajamento em ações práticas em prol da conservação da natureza dos visitantes do parque. Em momentos anteriores, Rocktaeschel (2003) avaliou a situação do PNCV considerando-o como principal produto do polo de ecoturismo da região, baseando-se nos princípios do ecoturismo do governo federal e em seu Plano de uso público da época. Ribeiro e Cavalcanti (2009), por meio de um método quantitativo-descritivo com análise fatorial, identificaram os impactos do turismo – negativos (aumento no volume de lixo produzido, falta de água, a poluição sonora e especulação imobiliária) e positivos (desenvolvimento econômico e social, “pois tem gerado emprego e renda para os moradores”; tem envolvido os moradores nas atividades; mudanças culturais fortalecendo tradições culturais) – percebidos pelos moradores da Vila de São Jorge. Já Fleisher e Faleiro (2012) adotaram uma visão antropológica sobre os conflitos socioculturais entre as populações nativas e os grupos estrangeiros em São Jorge.

Com uma abordagem qualitativa e fenomenológica, Andrade (2014) reflete sobre a experiência das visitas guiadas e autoguiadas no PNCV, a partir da observação, vivência, estudos e análise de relatos dos turistas, verificando também qual a influência dos guias de turismo sobre as experiências dos visitantes. E Gentile *et al* (2016) abordam a história da qualificação dos guias de turismo de Alto Paraíso e São Jorge, concluindo que são lugares com as vocações agrícola-produtiva, turístico-recreativa e da preservação ambiental que, por meio dessas capacitações, possibilitam a valorização de um patrimônio natural permeado por tensões (simbólicas e identitárias) e conflitos entre: vivência doméstica e exposição mercadológica, marginalidade histórica e a visibilidade e fama recentes.

Com um olhar para Cavalcante-GO, Damando (2003) identifica alguns dos impactos socioculturais, econômicos e ambientais do turismo na cidade, e Souza Júnior (2004) apresenta um estudo com elementos para a formatação do produto turístico do município a partir do modelo do voucher único. Também foram identificadas pesquisas sob a perspectiva das Ciências Contábeis (LOPES, 2014) e da Administração - Garay *et al* (2015). Essa última concluiu que a taxa de cooperação e competição nesse município é baixa e incipiente, “assim como as estratégias do estado e da Prefeitura para com as empresas do setor” (p. 187).

Já Sampaio (2013), Moreira e Almeida (2013) e Sobrinho *et al* (2015) analisam temas ligados ao turismo em Cavalcante de forma mais profunda e crítica. A primeira analisa o caso

do Observatório para o Turismo Sustentável da cidade, com foco na relação entre os processos de participação propostos e a construção de um saber-fazer do turismo por parte dos atores envolvidos em relação ao capital social existente; reflete também acerca das metodologias propostas como instrumentos de empoderamento, emancipação e engajamento cívico dos atores sociais (SAMPAIO, 2013). Moreira e Almeida (2013) abordam o desenvolvimento do turismo na comunidade de descendentes de quilombolas Kalunga - Engenho II, com foco no envolvimento dessa população com o turismo, cooperação e conflitos que surgem a partir dessa realidade, além da valorização/desvalorização e preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Com uma abordagem da Geografia, Sobrinho *et al* (2015, p. 31) analisa o Plano de desenvolvimento turístico de Cavalcante-GO, mostrando que ao desconsiderar o contexto socioeconômico no município na análise da situação do município, esse Plano “perdeu a oportunidade de integrar áreas importantes de políticas públicas a fim de potencializar não só o turismo local, como também de proporcionar o incremento dos indicadores de desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida da comunidade local”.

Apesar de existir certa atração do tema por pesquisadores recentes, nota-se uma escassez de literatura crítica ligando discurso e representação ao desenvolvimento do turismo e formulação de políticas públicas (FAZITO *et al*, 2016), principalmente no contexto do Cerrado e mais especificamente na região da Chapada dos Veadeiros. Os modelos tradicionais de análise de processos sociais têm dificuldade de revelar o que está escondido nesses processos e interações, como por exemplo as relações de poder que interferem nos conflitos socioambientais e seus resultados. Apesar de ter se mostrado fundamental para uma análise social mais rica, há poucos trabalhos que exploram os elementos discursivos de contextos de desenvolvimento turístico, capazes de revelar detalhes do processo da política pública e analisar situações profundas de conflito. Entre os trabalhos existentes, há o de Markwick (2000), que focou nas disputas que surgiram a partir do desenvolvimento do golf em Malta, e Bramwell's (2006), que abordou as políticas ligadas ao crescimento do turismo em Malta. Além do já citado anteriormente, de Fazito (2013), e do recente trabalho de Juliano e Carvalho (2017), que concluiu, ao analisar o caso de uma área protegida estadual na Mata Atlântica, que o discurso de patrimonialização da natureza revela “as contradições inerentes aos processos de uso do ambiente”, perspectiva que esclarece que relações de exploração da natureza passaram a conviver, ao mesmo tempo,

[...] com práticas de preservação institucionalizadas por discursos autorizados do patrimônio que tendem a garantir um espaço privilegiado ao turismo como atividade conciliadora e vocacional, minimizando a dimensão dos conflitos existentes e reproduzindo modelos concebidos majoritariamente de forma alheia àquela realidade (JULIANO & CARVALHO, 2017, p. 15).

Propõe-se aqui uma investigação para além da visão mercadológica, justificando-se também pela necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre a dimensão libertadora, humanizadora, do turismo, em contraponto ao “olhar míope sobre a fecundidade desse fenômeno social” (MOESCH, 2004, p. 12), embasado apenas no empirismo e em uma obediência cega às necessidades do mercado (BIANCHI, 2009).

O tema desta pesquisa se mostra socialmente relevante e bastante atual, ao se considerar o cenário de criação-ampliação de UCs em oposição à normatização e ou proposição para a redução de áreas protegidas no Brasil. Outros aspectos são a expansão do agronegócio no Brasil e no estado de Goiás e, mais especificamente, da mineração. Nesse setor, nota-se que o governo federal lançou, em julho de 2017, o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira, com diferentes propostas de mudanças para

[...] elevar a participação do setor de mineração no Produto Interno Bruto (PIB), que hoje é de 4% e gera 200 mil empregos diretos, para 6% do PIB, com mais geração de emprego e renda. Com as alterações no código de mineração e a criação da ANM, o governo quer provocar uma maior dinâmica do setor e atrair novos investimentos. Para isso, apresentou medidas que desburocratizam, oferecem maior segurança jurídica e incentivam a expansão da atividade de mineração no país (MME, 2017).

No entanto, das três medidas provisórias (MP) apresentadas ao Congresso Nacional por esse programa para alterar o marco legal da mineração, foram aprovadas a MP 789, que aumentou o valor dos royalties pagos pelas mineradoras por produtos (ex.: ferro e o ouro); e a MP 791, que criou a Agência Nacional da Mineração em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Já a MP 790 não prosperou no legislativo, essa medida propunha alterar o código de mineração, principalmente quanto às normas para a pesquisa no setor (trabalhos para definição da jazida, sua avaliação e determinação do aproveitamento econômico) e quanto às obrigações, concessões de trechos, sanções, desonerações, etc¹.

O Brasil se destaca como um dos principais exportadores de alguns tipos de minérios

¹ Em detalhes, a MP 789 altera as Leis 7.990/1989 e 8.001/1990 para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A MP 791 criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), já a MP 790 propunha alterar o Decreto-Lei 227/1967 (Código de Mineração) e a Lei 6.567/1978, que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica (Mais informações em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/26/medidas-provisorias-mudam-regras-no-setor-de-mineracao>)

no mercado internacional, como o nióbio e o minério de ferro, além de outros com menos influências, sendo exportador de estanho, níquel, magnesita manganês, cromo, ouro e rochas ornamentais. A produção mineral brasileira, divulgada em fevereiro de 2018², mostra que após a queda iniciada em 2012 o setor começa a ampliar sua produção novamente.

Além disso, de acordo com o DNPM, entre as 9.415 minas brasileiras em atividade em 2016, 87% delas eram de micro e pequeno porte, 11% eram de médio e os demais 2% representam grandes empreendimentos. Dentre essas, Goiás vem se destacando porque há uma expansão dos grandes empreendimentos de mineração nos territórios do Cerrado no estado, gerando disputas pela exploração do subsolo (GONÇALVES & MENDONÇA, 2015). Para Gonçalves e Mendonça (2015), a mineração se consolida como elemento que garante a inserção de Goiás na agenda econômica internacional, mas ao mesmo tempo se caracteriza como uma ofensiva que “destrói a natureza, degrada o trabalho, expulsa ou ameaça as condições de existência das diferentes populações nas comunidades onde desenvolvem as bases materiais e simbólicas da vida” (idem, p. 225). A mineração possibilita a inserção do Cerrado no mercado global, gerando novas dinâmicas para esses territórios, e seus consequentes impactos socioespaciais, como o exemplo da desigualdade e exclusão social da própria população local que trabalha nesses empreendimentos. Esses autores ressaltam existência de jazidas de ouro, nióbio, níquel, fosfato, calcário e amianto.

Cardoso Júnior e Lunas (2016), em uma análise da conjuntura econômica goiana, descrevem o potencial mineral e quais os principais polos de extração em Goiás, mostrando que parte das reservas ainda não foram exploradas. Os autores demonstram como o município de Cavalcante se destaca por possuir as maiores reservas de manganês e estanho (ver Tabela 1). Para eles, o cenário das pesquisas em prospecção mineral em Goiás mostra uma linha da expansão da mineração, além de também mostrar como se dá o processo de apropriação dos recursos naturais pelo capital. A consolidação e expansão da mineração nesse estado segue a tendência global de exploração intensa da natureza, para atender à demanda internacional por *commodities*, especialmente os minerais que são usados na produção de itens cada vez mais consumidos nos últimos tempos. Assim, “Goiás recebe grandes investimentos do capital minerador, que visam uma comercialização voltada a satisfazer as necessidades de um mercado externo” (CARDOSO JÚNIOR & LUNAS, 2016, p. 96).

Tabela 1: Principais reservas de minérios em Goiás em 2012.

Ocorrência	Reserva em 2012	Nº de Municípios em que Ocorrem	Maior Reserva (%)
Água Mineral (l/h)	1.488.923.00	29	Rio Verde (11,41%)
Alumínio (t)	134.107.310.00	2	Barro Alto (99,04%)
Amianto (t)	228.224.036.16	1	Minaçu (100%)
Areia (t)	390.192.430.36	89	Formosa (21,21%)
Argila p/cime(t)	57.511.324.27	7	Formosa (53,50%)
Brita (t)	1.978.625.637.05	53	Padre Bernardo (15,23%)
Calcário Agri. (t)	1.780.530.834.87	38	Edealina (21,04%)
Cobalto (t)	7.476.239.78	7	Diorama (46,78%)
Cobre (t)	11.082.577.64	4	Mara Rosa (95,29%)
Estanho (t)	139.746.00	2	Cavalcante (92,84%)
Ferro (t)	3.948.010.00	2	Vicentinópolis (87,10%)
Fosfato (t)	304.502.157.73	3	Catalão (70,97%)
Manganês (t)	3.871.269.65	5	Cavalcante (73,83%)
Nióbio (t)	184.261.447.31	2	Ouvidor (79,41%)
Níquel (t)	175.307.749.33	8	Montes Claros GO (36,45%)
Ouro (t)	201.565.928.00	12	Alto Horizonte (78,01%)
Prata (t)	16.926.634.00	1	Crixás (100%)
Titânio (t)	66.690.096.36	6	Ouvidor (57,00%)

Fonte: RAL/Superintendência do DNPM – GO/DF (2013). Dados trabalhados pelos autores.

Fonte: Cardoso Júnior e Lunas, 2016.

Outro aspecto que justifica a relevância desta pesquisa é como a exploração mineral busca avançar para dentro da fronteira das áreas protegidas, na medida em que foram propostas alterações nas legislações vigentes em busca da garantia da exploração dos recursos naturais, caso do projeto de lei nº 3682/2012 que “autoriza a mineração em até 10% (dez por cento) da unidade de conservação, desde que haja doação ao órgão ambiental de uma área com o dobro da dimensão da área cedida e as mesmas características” (projeto arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 2015, mas que mostra como há uma articulação e movimento de interessados em colocar a atividade dentro das áreas protegidas) e do PL 1610/1996 que “dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo primeiro, e 231, parágrafo terceiro, da Constituição Federal”.

Além disso, é importante lembrar a atualidade e relevância do tema ligado ao turismo de natureza, tendo em vista que o Brasil se destaca por ocupar o primeiro lugar no ranking do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), na classificação quanto aos recursos naturais para o desenvolvimento do turismo. Além disso, diversos destinos e atrativos turísticos de natureza se destacaram nas listas, mapeamentos e rankings de tendências de viagens para 2018, os quais mostram que o interesse pelo ecoturismo, turismo sustentável e outros estão em alta e poderão beneficiar o setor no país (BRASIL, 2018).

Ressalte-se ainda que a pesquisa também se justifica por perpassar pela perspectiva de análise de políticas públicas de turismo. Hall e Jenkins (2004) mostraram como as análises de

políticas públicas de turismo são constrangidas pela falta de reconhecimento para o processo de elaboração de políticas públicas de turismo, não sendo possível comparar dados ou estudos de caso; falta de estruturas teóricas de análise bem definidas; e, quantidade limitada de dados quantitativos e qualitativos.

A revisão da produção de pesquisa em turismo e desenvolvimento junto à observação dos acontecimentos recentes no contexto do Cerrado e do PNCV, descritos acima, levaram à definição do problema de pesquisa: o contexto de forte pressão da produção de *commodities* sobre os recursos naturais no Cerrado levou a conflitos severos entre abordagens de desenvolvimento turístico sustentáveis e indústrias do setor primário, gerando impactos no desenvolvimento socioambiental do entorno do PNCV. Entretanto, há carência de análises mais aprofundadas desses conflitos, capazes de oferecer subsídios à elaboração de políticas públicas capazes de mediar esses conflitos e promover o desenvolvimento humano na região.

Para responder a essa agenda, alguns questionamentos preliminares (há conflitos entre os interessados no turismo e indústrias primárias, como a mineração? quais os discursos e posicionamentos dos diferentes interessados nesses setores?) levaram à definição do seguinte problema de pesquisa: Como se dá a dinâmica dos conflitos entre os interessados no turismo e na mineração na região da Chapada dos Veadeiros, com foco em Cavalcante-GO?

Assim, a partir do objetivo geral de analisar os conflitos socioambientais entre os interessados no turismo e na mineração na região da Chapada dos Veadeiros, com foco em Cavalcante-GO, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear conflitos socioambientais relacionados com o turismo na região da Chapada dos Veadeiros, possibilitando a escolha de um caso para aprofundamento; definir recorte temporal do estudo de caso que tenha centralidade para o problema de pesquisa a partir dos episódios mais marcantes levantados pelos entrevistados; identificar os atores-chave, os fragmentos de discursos e a construção dos discursos-narrativas de desenvolvimento que emergem e competem nas arenas políticas levantadas; identificar as racionalidades que buscam legitimar os discursos-narrativas ligados ao turismo, bem como a dinâmica da formação de coalizões ao longo do recorte temporal do estudo de caso; e descrever os resultados do processo político, a partir da identificação de coalizões vencedoras e perdedoras.

Para tanto, este trabalho está organizado em três tópicos principais, apresentando em seu primeiro capítulo, intitulado *Turismo e desenvolvimento - uma análise discursiva de conflitos socioambientais no entorno de áreas protegidas*, o aporte teórico-metodológico em

que se baseia – perpassando conceitos e características ligadas ao desenvolvimento do turismo, políticas públicas de turismo, governamentalidade, conflitos socioambientais e análise de discurso. O segundo capítulo (*Turismo e mineração na Chapada dos Veadeiros*) inicia a apresentação dos resultados alcançados, analisando o contexto dessa região e os conflitos socioambientais identificados, com um aprofundamento no estudo de caso sobre o turismo e a mineração na Chapada dos Veadeiros. Já o terceiro capítulo (*A dinâmica dos discursos de desenvolvimento: conflitos socioambientais entre turismo e mineração em Cavalcante*) analisa a dinâmica dos quatro discursos-narrativas concorrentes ao longo da linha do tempo proposta. Foram identificadas cinco fases nessa linha histórica do turismo e da mineração deste estudo de caso, nas quais são analisadas as dinâmicas dos discursos-narrativas do turismo alternativo, do turismo sustentável, da modernização turística e da abordagem comunitária.

1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO - UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS

1.1 Turismo e desenvolvimento: da modernização ao desenvolvimento humano

A origem da noção atual de desenvolvimento, estabelecida após as grandes guerras mundiais, foi influenciada pelos primórdios da Sociologia, incluindo autores pré-positivistas e positivistas – por exemplo, Comte e Adam Smith – sendo uma ideia eurocentrista. De acordo com Cowen e Shenton (2005), foi nesse continente que o desenvolvimento passou a definir a construção de ordem para as desordens sociais geradas pelo capitalismo, como a migração urbana, pobreza e o desemprego.

Há diversas teorias de como a sociedade se constitui e se organiza e dezenas de definições para desenvolvimento. Dentre elas, pode-se destacar cinco que se apoiam em discursos distintos e podem vir a contribuir para a identificação e a caracterização dos discursos contextualizados: modernização (ROSTOW, 1960; COWEN & SHENTON, 1996), teoria da dependência (que engloba três distinções: a original, a da dependência associada e a nacional dependente) (BRESSER-PEREIRA, 2005; BRITTON, 1982), desenvolvimento sustentável (Comissão Brundtland – 1987), desenvolvimento como liberdade (SEN, 1999; FAZITO *et al*, 2017) e o pós-desenvolvimento (GIBSON-GRAHAM, 2005).

A modernização, que representa o discurso hegemônico atual, define uma linearidade, um único caminho, que privilegia o lado construtivo do desenvolvimento, ocultando seu lado destrutivo – progresso infinito. Tem como objetivo a expansão do consumo, que foi ampliado após as décadas de 50 e 60. Destaque-se também a ideia de naturalidade da noção de desenvolvimento, que se apropria da ideia de progresso como uma sucessão de diferentes modos ou estágios das atividades humanas (caça e pesca, pastoreio e agricultura, comércio e manufatura, indústrias, rural-urbano, agrário-industrial, etc.) – desde a sociedade tradicional até a transformação em uma sociedade moderna de alto consumo (ROSTOW, 1960). Além disso, há a necessidade de intervenção, ou uma imposição da modernização, que pressupõe uma confiança ativa em um grupo que possui o conhecimento para entender porque o desenvolvimento pode ser construtivo, os ‘*trustees*’ (COWEN & SHENTON, 1996; GIBSON-GRAHAM, 2005). Esses grupos são fundamentais para a implementação de grandes empreendimentos modernizantes, tanto no turismo quanto na mineração.

O turismo também se apropriou desse modelo, representado principalmente no ciclo evolutivo de áreas turísticas de Butler (1980), o qual – a partir das variáveis tempo e número de turistas – estabelece um caminho linear para se desenvolver o turismo, contemplando as seguintes fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação e estagnação (que pode variar entre declínio ou rejuvenescimento). Assim, o turismo “se transformou simplesmente em um agente da modernização, uma indústria, que possibilita a expansão de riqueza e renda onde a indústria convencional não conseguiu chegar” (FAZITO, 2015, p. 118).

Por outro lado, a Teoria da Dependência, nos anos 50, surge no contexto da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina – sendo caracterizada como um discurso alternativo ao hegemônico, da modernização por meio da intervenção dos países do norte global. Aqui, o desenvolvimento vai além do planejamento, sendo também uma estratégia, “é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada, mas é também o processo através do qual o país realiza sua revolução capitalista e nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 09). Com base nessa teoria, também surgiram questionamentos à modernização turística, como pode-se notar nas críticas que Britton (1982) faz ao turismo de massa resultante do modelo imperialista, com foco nos países do dito ‘terceiro mundo’. Começa-se a falar em um turismo alternativo, descentralizado e desconcentrado, que não gere tantas desigualdades e tensões sociais e menos dependente dos investidores estrangeiros.

Com o aumento da preocupação com a finitude dos recursos naturais, difundiu-se o conceito de desenvolvimento sustentável, principalmente a partir da definição construída em 1987 pela Comissão Brundtland: “desenvolvimento que atinge as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atingir suas próprias necessidades”. Assim, predominam as ideias de necessidades e de limites, considerando a quantidade de recursos disponíveis no presente e para as gerações futuras. No entanto, há autores que afirmam que, por buscar um consenso, uma coalizão política que atendesse a diferentes interesses, consolidou-se com uma definição vaga, imprecisa, pouco operacional, que oculta a urgência da ação imediata, além de pouco funcional em relação à oposição ao discurso dominante (MEBRATU, 1998; FAZITO *et al*, 2017). Assim, a sustentabilidade se torna fundamental para a validação do discurso dos grupos citados, no processo de cooptação dos mercados por grandes conglomerados, que promovem a desigualdade social.

A proposta do desenvolvimento como liberdade altera a busca da igualdade dos fins

para a igualdade dos meios. Aqui, fala-se na expansão das capacidades individuais substantivas, busca-se afastar o foco único do desenvolvimento da expansão de riqueza e renda – apenas mais um meio – para a expansão das liberdades individuais (capacidades) que os indivíduos têm para levar a vida que desejam (SEN, 1999).

Fazito *et al* (2017) – fundamentados na teoria de Paulo Freire – vão além e incluem a consciência nesse processo, considerando que para a liberdade é preciso conscientização e autonomia. Os autores ressaltam que essa consciência pode ser construída por meio da educação formal ou depois de ações destrutivas do desenvolvimento que levam à formação de movimentos sociais, por exemplo, como resultado de um projeto minerário mal planejado. Destaque-se que o desenvolvimento como liberdade consciente critica os discursos dominantes e valoriza a resistência à opressão, e ainda, converge com alguns pontos do pós-desenvolvimento - aceitação das incertezas e valorização da espontaneidade. Nesse contexto, o papel do turismo vai além do turismo tradicional, aqui o turismo é focado no ócio, volta-se para o lazer ativo, a partir do lúdico. Ele favorece a expansão da conscientização, da autonomia, do autoconhecimento, da criticidade e da emancipação. Além disso, pode contribuir para a construção da paz, promover o ecoturismo e a consciência ambiental (FAZITO *et al*, 2017), além de colaborar com a proposta de retomada da internet como espaço público (ABRAMOVAY, 2017).

Por último, o discurso do pós-desenvolvimento também critica o desenvolvimento modernizante, é crítico, contextualizado e ciente do lado destrutivo do desenvolvimento, ao considerar as violências que o processo gera. Não propõe modelos, mas sim ouvir as vozes marginalizadas e tem mais flexibilidade. É esperançoso (nos movimentos sociais) e considera as incertezas dos processos. Essa teoria não é anti-desenvolvimento, mas propõe um desenvolvimento diferente. Engloba ideias da sociologia das emergências (conforme Santos, 2004). É prática ética, radicalmente diferente das intervenções tradicionais, com base na realidade e nas possibilidades de repostas políticas (GIBSON-GRAHAM, 2005).

Para Gibson-Graham (2005), o pós-desenvolvimento é uma prática ou modo de pensar que é generativo-gerador, experimental, incerto, esperançoso, ciente de que o processo de modernização imposta (de intervenção para o desenvolvimento) é seguido de violências – simbólicas ou físicas. Sendo que o maior desafio do pós-desenvolvimento não é gerar novas teorias e estratégias, mas focar nos temas relativos às práticas do desenvolvimento. Trabalhos recentes, como o de economias alternativas, economia dinâmica diversificada, fornecem uma

base dos projetos de pós-desenvolvimento apoiados em múltiplas ecologias de produtividade.

Com o avanço do conhecimento empírico do objeto desta pesquisa, também pode-se observar um imaginário do destino Chapada dos Veadeiros ligado a uma noção geral de turismo alternativo; todavia, é interessante refletir sobre até que ponto esse imaginário e a própria forma como o turismo se estabeleceu na realidade local se aproximam da proposta de turismo alternativo originada pela citada teoria de Britton (1982). Já o fortalecimento/surgimento de movimentos sociais nesses locais pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento como liberdade consciente, na crítica ao discurso hegemônico, resistência à opressão e favorecimento de um turismo ativo e consciente, inclusive ambientalmente. Além disso, há a questão de que quando o turismo é visto – propagado – apenas como gerador de renda, restringindo-se aos discursos de modernização, amplia-se seu desafio e reduz sua capacidade de ‘competir’ frente a outros setores, posto que a industrialização tradicional tem maior capacidade de gerar expansão de riqueza e renda. Em outra perspectiva, essa visão para além da modernização pode gerar valores de preservação ambiental, qualidade de vida e descentralização do processo de desenvolvimento, com maiores chances de atrair apoio nas arenas políticas.

Assim, dentre as diferentes perspectivas do desenvolvimento estudadas, o pós-desenvolvimento e o desenvolvimento como liberdade consciente se destacaram como bases possíveis para fundamentar a análise dos potenciais do turismo como ferramenta para a mudança da realidade e construção de um mundo melhor.

A partir dessa definição sobre algumas das diferentes possibilidades de desenvolvimento do turismo, o contexto desta pesquisa ressalta a importância de caracterizar a diferença entre o turismo de natureza e o ecoturismo, considerando que a natureza é a principal motivação dos turistas da Chapada dos Veadeiros. O primeiro abrange todo tipo de turismo que depende diretamente dos recursos naturais e fundamenta-se na motivação e no comportamento dos turistas (PIRES, 1998). Para o segundo, mais restrito e com um conceito mais completo, esse foco no ambiente natural é apenas um dos elementos que o caracterizam, considerando que também se apresentam como elementos fundamentais para a definição do ecoturismo: a noção de conservação, de contribuição para a conservação da natureza; um papel educativo, de sensibilização dos turistas para as questões ambientais; além da busca pela redução dos impactos negativos do turismo (WEARING & NEIL, 2014).

Dentre os diferentes conceitos de desenvolvimento, neste item foram apresentados os conceitos adotados a partir da visão modernizante, as abordagens da teoria da dependência, da

sustentabilidade, o desenvolvimento como liberdade e o pós-desenvolvimento. O próximo subtópico trata sobre a governamentalidade, as políticas públicas voltadas para o turismo e a análise discursiva.

1.2 Governamentalidade, políticas públicas de turismo e a análise de discurso

As teorias do desenvolvimento também contribuem para uma análise dos jogos de poder que perpassam a realidade do desenvolvimento do turismo. Para tanto, pode-se observar a perspectiva de Foucault (1991) sobre poder e a governamentalidade. O autor volta à origem dos textos sobre a arte de governar, olhando tanto para Maquiavel quanto para a literatura anti-Maquiavel e afirma que o objetivo do exercício do poder será manter, reforçar e proteger seu principado, esse entendido como

[...] relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos. (...). Consequentemente, o modo de análise terá dois aspectos: por um lado, demarcação dos perigos (de onde vem, em que consistem, qual é a sua intensidade); por outro lado, desenvolvimento da arte de manipular as relações de força que permitirão ao príncipe fazer com que seu principado, como liame com seus súditos e com o território, possa ser protegido (Foucault, 1991, p. 279).

Para o autor, a ação de Estado demanda uma racionalidade que dá legitimidade às ações públicas. A arte de governar emerge dos problemas da população, a qual passou a ser representada por dados estatísticos. Foucault ressalta o isolamento da economia como um setor específico, e a economia política como técnica de intervenção do governo na realidade. O conhecimento e o poder, indissociáveis, levam a uma racionalidade (processo de legitimação), que hoje é a política econômica. A governamentalidade abrange o conjunto com instituições, procedimentos, análises, táticas, entre outros, que permitem exercer essa forma de poder que tem a população como alvo, a economia política como forma e os dispositivos de segurança como instrumentos.

As políticas públicas e a governança para o turismo são legitimadas por essas racionalidades, que são as formas de pensar ou justificativas que levam os atores a acreditar em uma melhor saída para cada ação do processo (FAZITO *et al*, 2016). Fazito (2013) aponta seis racionalidades, as quais também embasam a análise desta pesquisa: econômica (geração de renda, emprego e renda, expansão de riquezas); legal (normativa, quando as legislações ou a

interpretação de leis específicas dão legitimidade); ecologia profunda (preservação do meio ambiente, natureza possui um valor intrínseco); científica (embasada em dados científicos, na validade das pesquisas); comunitária (quando a aceitação da comunidade quanto às decisões políticas passa a dar legitimidade); crítica (encoraja a resistência frente aos discursos dominantes). Além disso, esse autor também aborda como o turismo sustentável é legitimado por três racionalidades diferentes (econômica, científica e comunitária) apresentando uma “flexibilidade camaleônica” com uma narrativa conservadora apenas disfarçada de alternativa, que pode inclusive perpassar por paradigmas opostos de desenvolvimento.

Já Hall (2001), citando Getz (1987), identifica quatro procedimentos que marcam as ações de planejamento turístico: fomento, com uma perspectiva voltada apenas para os benefícios do turismo; econômica voltada para a indústria, com a qual as vantagens econômicas compensam os impactos negativos do turismo, os quais são tratados de forma limitada; físico-espacial, que amplia o olhar para os impactos ambientais do turismo, buscando minimizá-los; e uma abordagem comunitária, que enfatiza o papel da comunidade para o desenvolvimento local do turismo. A partir dessas, Hall (2001) propõe o turismo sustentável como um quinto procedimento, o qual abrange tanto o fomento e a abordagem econômica, quanto as outras duas fases.

Políticas públicas vão além do que o que os governos fazem, e sua elaboração “é uma atividade política, influenciada (e constituída) por características econômicas e sociais da sociedade, assim como pelas estruturas formais do governo e outras características do sistema político” (HALL; JENKINS, 2004, p. 527). Além disso, a política pública sofre interação de numerosas forças – individuais, agências, leis, percepções, ideias, escolhas, processos, e a distribuição de poder. Hall e Jenkins (2004) citam algumas formas de intervenção do governo no turismo – mesmo quando prevalece uma demanda por sua menor influência –, entre elas a melhoria da competitividade dos destinos; mudança nos direitos de propriedade; redução dos riscos e incertezas; dar suporte a projetos com altos custos de investimento e que envolvem novas tecnologias. Essas formas de intervenção são afetadas e variam de acordo com as ideologias de cada governo, desde uma administração pública tradicional com ênfase no bem público a um modelo corporativista com ênfase no mercado, eficiência, retorno de investimentos. Assim, nota-se o dilema entre uma demanda por menos interferência do governo no mercado, permitindo desenvolvimento sem assistência ou subsídios, e a demanda de grupos de interesse do setor que procuram desenvolvimento de políticas em seu favor, por exemplo,

fundos para promoção e desenvolvimento.

Esses autores também relatam aspectos essenciais para a análise crítica de políticas públicas de turismo, citando três dimensões da análise de poder: a primeira, observável (comportamento manifesto, conflitos, e tomada de decisão); a segunda, que reconhece decisões e não decisões e conflitos observáveis (manifestos e encobertos); e a terceira, que seria a tomada de decisão e controle sobre a agenda política (não necessariamente sobre decisões), e quais reconhecem conflitos latentes e observáveis (manifestos ou não). Dentre as tipologias de poder e conceitos correlatos, os autores descrevem: autoridade, coerção, força, influência, manipulação, poder (HALL; JENKINS, 2004).

Quanto aos instrumentos da política pública citados anteriormente, ressalte-se que González (2014) cita Hall (2011) para listar quais são os instrumentos possíveis para as políticas públicas em diferentes âmbitos (comunidades, redes, outros), por exemplo: leis, regulação, licenças, reuniões públicas, códigos de boas práticas, etc. Aqui é interessante notar sua proximidade e semelhança com os mecanismos de mediação de conflitos, que se diferenciam em cada sociedade – inicialmente eram frágeis, depois foram criadas as “noções de leis, os tribunais e seus juízes ou espaços específicos de enfrentamento institucional de conflitos entre membros de uma mesma comunidade” (NASCIMENTO, 2001, p. 86).

A construção das políticas públicas de desenvolvimento é o resultado de um processo de alta complexidade, porque é integrador, traz uma visão sobre as relações entre o todo e as partes de um sistema vivo, orgânico e complexo (onde há ordem, desordem, interações e reorganizações), além das noções de totalidade multidimensional e transdisciplinaridade (MORIN, 2011). Para Morin, as bases do pensamento complexo têm três operadores: dialógico (entrelaçamento aparente), recursivo (relação de causa-efeito-causa, elementos são produtos e produtores), hologramático (não há dissociação entre as partes e o todo). Essa teoria busca a justiça social, a igualdade e a resistência às formas de opressão, analisando relações de poder e conflitos, principalmente por meio da análise de discursos-prática-ações. Além disso, se aproxima muito do pós-estruturalismo, o qual se diferencia por incorporar as relações de poder em sua análise. Poder, para Foucault, é entendido como capilar, tudo permeia e é indissociável do conhecimento (CHEONG; MILLER, 2000). Assim, para se analisar a elaboração de políticas públicas, principalmente em contexto de conflitos socioambientais, se torna fundamental incorporar as relações de poder que influenciam a tomada de decisões (DAHL, 1961) e o processo (normalmente escondido) que precede a tomada de decisões (BACHRACH;

BARATZ, 1962).

Nesse contexto, a análise de discurso é adequada porque desafia os pesquisadores a questionar os processos de elaboração de políticas públicas, a participação e o diálogo entre os diferentes atores envolvidos e como as relações de poder produzem os discursos dominantes e os não dominantes (HEWITT, 2009). Para Hajer (2006) a análise de discurso engloba tanto o exame das estruturas argumentativas de documentos e textos escritos/falados, quanto as práticas através das quais essas declarações, enunciados são feitos, considerando que a linguagem molda a visão da realidade das pessoas. O discurso, então, compreende um conjunto de ideias, conceitos e categorias que dão significado aos fenômenos, que produzem e reproduzem práticas identificáveis, que estruturam as contribuições que embasam discussões entre diferentes participantes (HAJER, 2006). Mais detalhes sobre a forma como esse método foi utilizado nesta pesquisa estão disponíveis no tópico 1.4 – Caminhos metodológicos. Antes, no próximo item, se faz necessário adentrar a conceituação relativa aos conflitos socioambientais que emergem no contexto das áreas protegidas.

1.3 Conflitos socioambientais no entorno de áreas protegidas

Áreas protegidas são espaços fundamentais para a conservação da biodiversidade e para a educação ambiental, podendo apresentar diferentes graus de interferência humana, do mais restrito, com uso mínimo, ao uso intensivo. Essas áreas podem ser estabelecidas de diversas maneiras, sendo mais comumente definidas por meio da ação governamental (desde o nível nacional até o local) ou por meio de aquisições de terras por pessoas físicas ou organizações voltadas para a conservação da natureza. A priorização de áreas para a conservação pode ser definida a partir de critérios como a diferenciação (quando é composta por espécies endêmicas raras), o perigo (o risco de extinção ou ameaça de destruição iminente) e a utilidade (ligado ao valor atual ou potencial da espécie) (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

No entanto, ao mesmo tempo em que cresce a necessidade de priorizar áreas voltadas para a conservação da natureza, também cresce a pressão das indústrias primárias e sua demanda por novos espaços de produção. Assim, aumenta a tendência de surgirem ou se ampliarem os conflitos em torno do controle sobre os recursos ambientais, em um jogo permeado por interesses, necessidades, racionalidades, poder, custos e benefícios (BRASIL,

2015). Essa tendência incide tanto em áreas direcionadas para a proteção integral (uso mínimo de seus recursos), quanto em áreas protegidas com múltiplos usos, ou de unidades de conservação de uso sustentável – de acordo com a nomenclatura definida pela legislação brasileira que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000). O grupo de uso sustentável pressupõe um balanceamento entre a conservação do meio ambiente e o uso de parte de seus recursos de maneira sustentável, ou seja, uma “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (SNUC, 2000, art. 2º, XI). Para tanto, é fundamental a elaboração do plano de manejo, que é um documento técnico que, com base no objetivo de criação da UC, define o zoneamento, o manejo, as infraestruturas necessárias para a gestão e as normas adequadas para o uso dessas áreas protegidas (SNUC, 2000).

Para Little (2001, p. 107), os conflitos socioambientais compreendem “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”, englobando os mundos: biofísico e ciclos naturais, humano e estruturas sociais e a dinâmica do relacionamento entre esses dois mundos, que são interdependentes. O autor cita tipologias em torno do controle sobre recursos naturais, dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural e do uso dos conhecimentos ambientais, afirmando que para a análise dos conflitos socioambientais são fundamentais a contextualização ambiental, geográfica e histórica e a determinação da escala básica (local, regional, nacional, internacional) para analisar a rede de relações sociais e naturais, além dos símbolos e imagens, considerando que vivemos em uma sociedade da informação com mídias em massa, na qual a informação e o conhecimento atuam como fonte de poder. De tal modo que

Todos os atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais utilizam estes símbolos e imagens para promover seus próprios interesses de tal forma que estes conflitos, além de possuírem base material, também contém disputas semióticas e discursivas (LITTLE, 2001, p. 118).

Na perspectiva dessa contextualização histórica, Alonso e Costa (2002) apontam como ponto crucial o tempo, considerando que os conflitos contêm história, sendo necessário compreender mais do que a situação atual das ações coletivas e suas configurações. Para esses autores, a combinação de perspectivas possibilita uma análise mais profícua dos problemas ambientais. Além disso, os conflitos – que podem ser explícitos ou potenciais – são

influenciados e constituídos pelas pressões e contrapressões de diferentes atores em torno de diferentes interesses (BRASIL, 2015). A publicação *Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação*, do Ministério do Meio Ambiente (2015), com base em Quintas (2006), ressalta que em muitos casos o conflito pode permanecer latente até que surja um fator desencadeante, sendo que, por outro lado, há fatores que ocultam ou dificultam a identificação de problemas ambientais, por exemplo: fatores temporais (quando o problema é mais antigo que as pessoas envolvidas); fatores espaciais (quando o problema ocorre longe das vistas do afetados), a falta de percepção da finitude dos recursos; sentimento de impotência frente à magnitude do problema (principalmente quando há fortes interesses econômicos em jogo); desconfiança quanto ao poder mediador do Estado.

Nascimento (2001) cita diferentes autores para diferenciar as noções de conflito, mostrando que podem abranger, por exemplo, novas normas que propõem destruir a antiga realidade; confrontos de interesses entre grupos sociais; a ausência de normas e objetivos claros aos indivíduos e resultam em conflitos; a possibilidade de haver um conflito central que organiza e condiciona os outros conflitos; ou ainda, que eles são formas de interação social e possibilitam a coesão social. E ainda, conflito e cooperação podem coexistir em uma mesma realidade social, pois não se opõem radicalmente, destacando que podem haver conflitos construtivos (COSTA, 2009).

O autor, com uma abordagem bastante estruturada, aponta que todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam, regendo sua evolução e intensidade, entre eles: natureza (econômica, social, ambiental, ideológica, local), atores (aqueles com capacidade de mudar seu ambiente de atuação, articulando-se ou em oposição), posições possíveis em uma situação de conflito (promoção, apoio, neutralidade, oposição e veto, variando de acordo com a disposição – ou não – de um ator em movimentar seus próprios recursos ou forças em direção a um desfecho), campo (limites dos movimentos e recursos em disputa), objeto em disputa, entre outros.

Logo, para uma compreensão mais aprofundada dos processos sociais que envolvem contextos de conflitos socioambientais e desenvolvimento turístico a análise de discurso se sobressai como metodologia porque permite um olhar para os diferentes atores relacionados ao contexto estudado, a identificação de seus posicionamentos, além de favorecer uma visualização de quais as articulações ou até oposições e entre eles.

Os conflitos socioambientais ligados ao desenvolvimento do turismo já foram estudados

por alguns autores na realidade brasileira. Silva (2007) investiga o caso pernambucano da Praia de Gaibu, em Cabo de Santo Agostinho, a partir do discurso dos nativos deste local, com foco na efetivação dos direitos sociais. Martins (2012) analisou a relação entre lazer e meio ambiente a partir das práticas de atores que disputam os sentidos dos usos sociais de uma APA em Nova Iguaçu-RJ, no entorno da Reserva Biológica do Tinguá. Essa área protegida passava por uma discussão sobre a possibilidade de sua recategorização (de Reserva Biológica para Parque Nacional). A autora relata uma intensificação dos conflitos por superposição dos poderes federal, estadual e municipais, pois no nível estadual os conflitos se dão porque a atuação do órgão é falha na contrapartida na captação de água dentro da reserva e no nível municipal.

Em nível nacional e ampliando o escopo do objeto dos conflitos para além do turismo, é interessante notar que houve um aumento considerável no número total de casos no Brasil, principalmente nos conflitos por terra e pela água na série histórica (2007-2016), de acordo com o monitoramento dos conflitos no campo de 2016 – estudo publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra.

Em nível estadual, o Mapa dos Conflitos Ambientais no estado de Minas Gerais, elaborado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG), em parceria com outras instituições, busca refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação do território, além de dar visibilidade e fortalecimento político-participativo para os afetados pelas lógicas de exploração da natureza que geram a exclusão das populações do local. Dentre os conflitos mapeados, destaca-se o caso dos conflitos ampliados a partir da expansão da mineração em Conceição do Mato Dentro, que afetou diretamente o desenvolvimento do turismo na região da Serra do Espinhaço e gerou diversos impactos negativos para a população local.

Sobre esse caso, Fazito (2013) demonstrou como o discurso do ecoturismo foi perdendo força e sendo substituído pelo do modelo hegemônico da modernização, por meio da manipulação do discurso vago de desenvolvimento sustentável. Atualmente, de acordo com reportagens de jornais³, o conflito nesta região chegou ao ponto de moradores que se posicionaram contra a implantação do megaempreendimento sofrerem ameaças de morte, e se

³ Lucas Ferraz. “Ninguém aprendeu nada com o desastre de Mariana”: projeto de mineração em Minas acorda velhos medos. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/27/politica/1517062641_534360.html

encontrarem sob proteção da Justiça⁴.

Também foi identificado caso pesquisado na região da Chapada dos Veadeiros, sobre conflitos de interesses relacionados ao uso da terra na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pouso Alto, uma unidade de conservação de uso sustentável que visa “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC, art. 15). Ferreira e Almeida (2014) mostram que os principais usos encontrados na área são: pastagem, agricultura e extração de minérios. O maior uso está em Alto Paraíso de Goiás, que apresentou a área mais expressiva para a agricultura. Já a pastagem é destacada como predominante na área da APA do Pouso Alto como um todo, justificando “a grande pressão que os fazendeiros exercem para a extinção da APA” (FERREIRA; ALMEIDA, 2014, p. 222).

De acordo com as autoras, os conflitos relacionados à implantação da APA se intensificaram com o início da discussão para a elaboração de seu plano de manejo, ao ponto de um grupo de fazendeiros entrar na justiça com uma ação popular solicitando a anulação dos decretos que instituíram a APA e seu conselho gestor. Ferreira e Almeida (2014) verificaram também qual a percepção sobre a implantação da APA Pouso Alto, por meio de entrevistas com lideranças e moradores locais de Cavalcante e Colinas do Sul. Em Cavalcante, houve divergência, com pequena vantagem para a opinião favorável à APA, porque esse município não conta apenas com a “vocação” agropecuária ou minerária, apresentando também vários atrativos naturais, que fazem com que as lideranças municipais e os moradores os vejam como uma “alternativa para o crescimento econômico local”. Entre os exemplos de atividades já implantadas em Cavalcante estão “o cadastro feito, pelo CAT [Centro de Atendimento ao Turista] local, dos guias turísticos; a prática de alugueis de carros com traço, como jipes e caminhonetes; além de uma rede de pousadas e um comércio em desenvolvimento” (FERREIRA; ALMEIDA, 2014, p. 227 - 228).

Ao final, essas autoras concluem que “o conflito maior em rela o a efetiva implementa o da APA do Pouso Alto está relacionado, sobretudo, aos interesses dos fazendeiros da região” (FERREIRA; ALMEIDA, 2014, p. 228), os quais acreditam que a

⁴ Alice Maciel. Subsecretária ambiental pede licença e assina com mineradora para aprovar barragem maior que Mariana. The Intercept. 1 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/02/01/subsecretaria-de-orgao-ambiental-ajuda-mineradora-a-aprovar-barragem-maior-que-mariana/>

efetiva implementação da APA pode gerar desapropriações, como ocorrido com a criação do PNCV. Essa problemática é acentuada pela falta de diálogo entre poder público e os demais atores sociais dos municípios dessa UC, gerando medo, diminuindo a credibilidade e construindo uma imagem negativa da APA do Pouso Alto. Assim, reforça-se a importância de se ampliar o diálogo entre os atores sociais afetados pela implantação da APA, direta ou indiretamente, visando minimizar esses conflitos entre os interesses no desenvolvimento local com a conservação do Cerrado.

Neste tópico, foram discutidas diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento turístico e sobre o processo de elaboração de políticas públicas, além de conceitos e características relativos aos conflitos socioambientais, os quais podem emergir da pressão pela produção de *commodities* sobre áreas protegidas e seu entorno. A partir desse embasamento teórico, passamos ao capítulo sobre o método adotado para esta pesquisa.

1.4 Caminhos metodológicos

Para se atingir os objetivos propostos, a abordagem adotada é a qualitativa, pois busca-se uma análise profunda da realidade e sua complexidade, possibilitando assim uma visão mais crítica e humanizada no processo de pesquisa, para além da perspectiva economicista e positivista que ainda é predominante no turismo (DENZIN; LINCOLN, 2000; WILSON; HOLLINSHEAD, 2015). Santos (2011), aponta a importância da pesquisa contextualizada, pois apresenta um novo paradigma emergente, em contraponto ao da modernidade, que domina a produção do conhecimento científico há dois séculos e que resultou em um desenvolvimento global desigual e excludente. Inclusive, vai além e faz uma crítica à teoria crítica, devido à falta de autocrítica e diálogo. Já o paradigma emergente une a prosa e a poesia, o *sapiens* ao *demens*, a objetividade e a subjetividade, em busca de um “conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2011), um conhecimento emancipatório, para o qual participação e solidariedade (reciprocidade) são essenciais.

Assim, o estudo de caso único é a melhor estratégia para responder ao problema porque permite o aprofundamento no tema aplicado ao contexto do trabalho. Propôs-se a seleção de um conflito específico para aprofundar a pesquisa com o estudo de caso (FLYVBJERG, 2001),

em conformidade com as justificativas já apresentadas. Sabendo que essa estratégia requer a coleta de uma grande quantidade de informações sobre uma situação, foram necessárias diferentes técnicas de coleta, detalhadas abaixo em relação a cada um dos objetivos específicos definidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE
Mapear conflitos socioambientais relacionados com o turismo na região da Chapada dos Veadeiros, possibilitando a escolha de um caso para aprofundamento	Dados secundários (documentos oficiais, atas de conselhos, etc.); revisão bibliográfica; observação não-participante; entrevistas semiestruturadas; registros fotográficos
Definir recorte temporal do estudo de caso que tenha centralidade para o problema de pesquisa a partir dos episódios mais marcantes levantados pelos entrevistados	
Identificar os atores-chave, os fragmentos de discursos e a construção dos discursos-narrativas de desenvolvimento que emergem e competem nas arenas políticas levantadas	Dados secundários; entrevistas semiestruturadas; registros fotográficos e amostragem em bola de neve
Identificar as racionalidades que buscam legitimar as narrativas ligadas ao turismo, bem como a dinâmica da formação de coalizões ao longo do recorte temporal do estudo de caso	Triangulação das informações e análise de discursos
Descrever os resultados do processo político, a partir da identificação de coalizões vencedoras e perdedoras	

Aqui, a bricolagem também emerge como parte necessária ao método, considerando essa diversidade de técnicas de coleta e análise, que requer um complexo, denso e reflexivo processo de pesquisa e possibilita a expansão da capacidade de interpretação do pesquisador (DENZIN; LINCOLN, 1994 *apud* JAMAL; HOLLINSHEAD, 2001; ROGERS, 2012). Nesse contexto, inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica, tanto de materiais impressos quanto de digitais, fichamento de textos relacionados com o tema, além de consulta a dados secundários – ex.: Icmbio (processo com documentos relativos à expansão do PNCV, planos de manejo), IBGE e IPEA (dados sociodemográficos e econômicos), MTur (PDITS do Polo Chapada dos Veadeiros), Sebrae, Relatórios DNPM, atas de reuniões de conselhos.

Assim, a coleta de dados começou em junho de 2017 com uma pesquisa documental, seguida de duas visitas de campo para desenvolver uma visão global dos conflitos na região. Uma linha do tempo com os principais acontecimentos ligados ao tema na região foi construída, assim como o mapeamento dos conflitos socioambientais na região da Chapada dos Veadeiros e quais deles são relacionados com o turismo. Com o adensamento do aporte teórico e estruturação do roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A), foram realizadas mais duas saídas de campo em maio e em agosto de 2018 para aprofundar a coleta de evidências documentais, totalizando vinte dias de pesquisa de campo na região ao final. Nos campos,

procedimentos como a observação não participante e registros fotográficos também foram adotados. Entrevistas livres e semiestruturadas em profundidade foram conduzidas com diferentes atores-chave locais, sendo utilizada a amostragem em bola de neve, a qual utiliza cadeias de referência para o estudo de grupos específicos (VINUTO, 2014).

Ao final, totalizaram-se trinta e nove entrevistados, com a realização de vinte e cinco entrevistas semiestruturadas aprofundadas, entre eles: lideranças locais; membros do *trade* turístico; outros pesquisadores; representantes do poder público municipal; representantes das principais associações ligadas à temática; ativistas ambientais; além das comunidades afetadas. Os entrevistados foram classificados em representantes do *trade* turístico, população local, poder público, terceiro setor e representantes da mineração (conforme lista disponível no Apêndice B), sendo que os nomes, os gêneros e as idades dos entrevistados foram ocultados devido a solicitações de mais de um dos entrevistados, considerando que se trata de um tema velado e polêmico no município e na região da Chapada dos Veadeiros.

Quanto à análise dos dados e informações colhidos nos trabalhos de campo, a análise de discurso é uma técnica de pesquisa bem adequada para analisar conflitos que sustentam a formulação de políticas em contextos de desenvolvimento, porque ajuda a incorporar o jogo de poder oculto por trás da retórica do desenvolvimento (HEWITT, 2009). Há diferentes possibilidades para se realizar análise de discurso, sempre focadas na linguagem como resultado do processo de construção social. O que varia entre elas é a estrutura apresentada no método, desde estrutura nenhuma - caso de Flyvbjerg (1998) ou do próprio Foucault, até métodos mais estruturados (DRYZEK, 2005; HAJER, 1995).

Apesar de ser um método complexo que não possui um único guia definitivo de como ser aplicado a diferentes contextos (WILSON; HOLLINSHEAD, 2015), há autores que propuseram caminhos para seu direcionamento, como exemplo Hajer (2006) e Fazito (2013). O primeiro, apresenta quatro coalizões de discurso em políticas públicas: discurso, metáfora, linha da história e coalizões de discurso, e vai além ao propor dez passos para se fazer a análise de discurso argumentativa, quais são:

- 1) Pesquisa de gabinete – documentos e posicionamentos, jornais e notícias: primeira cronologia e olhar sobre os eventos de interesse.
- 2) Entrevistas para uma visão global.
- 3) Análise de documentos: estruturar conceitos, ideias e categorizações; emprego de discursos-narrativas (*storylines*), metáforas, etc.
- 4) Entrevistas com atores-chave.
- 5) Espaços de argumentação.
- 6) Análise dos efeitos de posicionamento.
- 7) Identificar incidentes-chave.
- 8) Análise das práticas em casos específicos de argumentação: verificar se os significados se relacionam com as práticas.
- 9) Interpretação.
- 10) Segunda visita aos atores.

Já Fazito (2013), propõe uma estrutura conceitual para a abordagem de racionalidades concorrentes, que identifica e analisa os significados, os discursos-narrativas (*storylines*), as racionalidades concorrentes, as coalizões, as políticas públicas formuladas nesse contexto até sua implementação, e a ação, mostrando que o poder perpassa todo processo, conforme apresentado na figura abaixo. Os dois autores buscam apresentar caminhos para revelar quais as racionalidades embasam os discursos que se transformam em políticas públicas, em ações concretas.

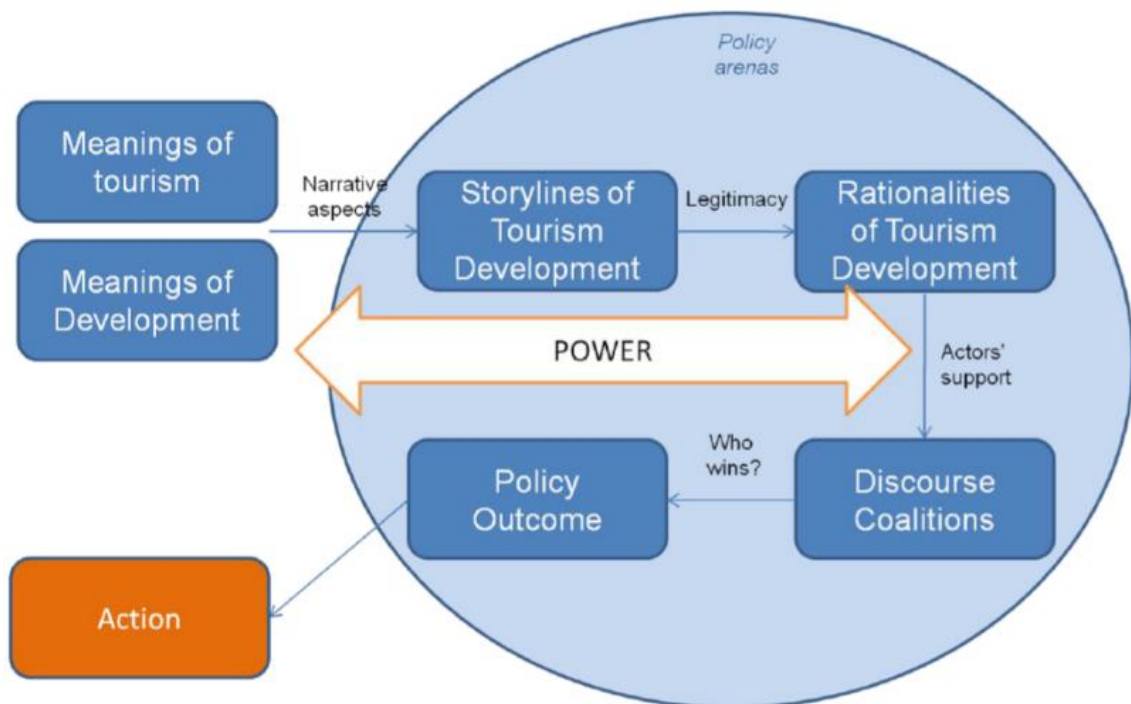


Figura 2: Estrutura conceitual para abordagem de racionalidades concorrentes. Fonte: Fazito, 2013.

Os significados ou definições, que se alteram ao longo do tempo e entre diferentes pessoas ou grupos, ganham aspectos narrativos nas arenas políticas onde os discursos-narrativas

emergem. Para Hajer (2006), esses discursos-narrativas são expressões que resumem narrativas complexas, compostas por diferentes elementos combinados, que muitas vezes são usados como atalhos (funcionando como metáforas) em argumentações/discussões. Com as *storylines*, os atores tentam expor sua visão da realidade de forma que seja aceita pelos outros, sugerem determinadas posições e práticas sociais e criticam colocações alternativas ao seu ponto de vista.

No entanto, para que os discursos-narrativas ganhem o apoio (ou não) dos atores em uma arena, e formem as coalizões, é necessário que eles sejam legitimados por argumentações racionais ou justificativas que evidenciem aos atores uma melhor saída para cada ação. No marco teórico desta pesquisa vimos seis exemplos dessas formas de pensar, com as racionalidades: econômica, legal, ecologia profunda, científica, comunitária e crítica (FAZITO, 2013).

Já as coalizões de discurso se referem a um grupo de atores que compartilha um mesmo conjunto de discursos-narrativas em um determinado contexto durante um período específico (HAJER, 2006). Ao mesmo tempo em que os discursos-narrativas sugerem entendimentos comuns, para Fazito (2013), é sua capacidade ser interpretado de diferentes formas que sustenta as coalisões. Enquanto essas coalizões se formam, vão se definindo as ações concretas resultantes da habilidade dos grupos de atores em reunir recursos e interesses (FAZITO, 2013).

Logo, a partir da adaptação desses caminhos metodológicos, em conformidade com os recursos disponíveis, esta pesquisa passou por etapas específicas, as quais podem ser visualizadas a seguir, com a relação de técnicas de coleta e análise adotadas.

- **Etapa 1** – Pesquisa de gabinete: pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema da pesquisa e levantamento do estado da arte dos temas na região do estudo.
- **Etapa 2** – Organização do material, leitura e fichamento dos textos e documentos.
- **Etapa 3** – *1ª saída de campo*: Visão geral do tema na região da Chapada dos Veadeiros - participação no V Encontro de Pesquisadores da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás, e da Assembleia Popular da Mineração – Cavalcante-GO entrevistas livres com atores-chave que estavam presentes nestes eventos.
- **Etapa 4** – *2ª saída de campo*: Visão global da situação atual do tema em Cavalcante, entrevistas livres com 04 atores locais (representantes do trade turístico, população local e do poder público - a partir das indicações dos primeiros entrevistados).
- **Etapa 5** – Pesquisa por dados e informações complementares, mapeamento dos conflitos e início da construção da Linha do tempo.
- **Etapa 6** – Seleção do estudo de caso a partir da justificativas já apresentadas na introdução e leituras complementares para aprofundamento.
- **Etapa 7** – Identificação dos principais atores-chave a partir da indicação dos entrevistados anteriormente e das citações em documentos e reportagens levantadas e finalização do instrumento de coleta (Roteiro de entrevista semiestruturado), agendamento de entrevistas com atores-chave indicados na primeira e na segunda saída de campo.

- **Etapa 8** – *3º e 4º Campos*: entrevistas com os atores-chave com amostragem bola de neve (aprofundamento e validação com parte dos entrevistados, sendo que alguns atores-chave foram consultados/entrevistados mais de uma vez, conforme Apêndice B), triangulação das informações.
- **Etapa 9** – Organização e interpretação das informações colhidas em campo: elaboração da Linha do tempo, triangulação das informações, definição de categorias e análise de discurso (identificação de fragmentos de discurso, discursos-narrativas, racionalidades e coalizões).
- **Etapa 10** – Redação final da dissertação e ajustes necessários para a conclusão do trabalho.

Assim, a partir do quadro de referências e aporte teórico fundamentado, os dados e informações colhidos em campo foram organizados, triangulados e interpretados, por meio da técnica de análise de discurso, já descrita anteriormente. Nos próximos tópicos, apresentamos resultados encontrados juntamente com a discussão teórica que dá embasamento a este trabalho.

2. TURISMO E MINERAÇÃO NA CHAPADA DOS VEADEIROS

2.1 Breve contextualização da região turística da Chapada dos Veadeiros

A região Chapada dos Veadeiros possui 21.337,541 km² e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é composta por oito municípios: Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás, Teresina de Goiás, Nova Roma, Colinas do Sul (os quais surgiram a partir do desmembramento do primeiro), além de Campos Belos, Monte Alegre de Goiás e São João D'Aliança, totalizando aproximadamente 62.684 habitantes.

Essa região se destaca por possuir áreas protegidas com remanescentes do bioma Cerrado e grande número de espécies endêmicas, além de ser habitat de espécies ameaçadas de extinção, o que favorece a definição de sua prioridade para a conservação (PRIMACK & RODRIGUES, 2001). O PNCV e a APA Pouso Alto são algumas das UCs situadas na região, que também concentra quinze RPPNs federais, constituindo a área contínua mais preservada do Cerrado goiano (BARBOSA, 2008; LIMA, 2013). Além disso, é considerada patrimônio natural da humanidade pela Unesco com a Reserva da Biosfera Goyaz e Área Protegida do Cerrado, designada em 2000. Além da área do PNCV (tendo a APA Pouso Alto como sua zona de amortecimento), essa Reserva da Biosfera também é composta pela área do Parque Estadual de Terra Ronca, e o Parque Municipal de Itiquira, na cidade de Formosa – GO.

Na região, algumas das espécies endêmicas identificadas em documentos oficiais são o morcego beija flor, catita, catita terrestre marrom, rato-do-mato, rato-porco, pato mergulhão; e entre as espécies ameaçadas de extinção: águia-cinzenta, morcego beija flor, tamanduá bandeira, tatu-canastra, lobo-guará, jaguatirica, gato-maracajá, gato-palheiro, onça-pintada, ariranha, socó-jararaca (ICMBIO, 2009)

A APA Pouso Alto, criada em 2001, é uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável e engloba parte dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Alto Paraíso, São João d'Aliança, Nova Roma e Colinas do Sul. Nota-se que essa área “vem gradativamente sendo ocupada e já apresenta conflitos relacionados aos interesses de diferentes atores sociais com o uso da terra” (FERREIRA; ALMEIDA, 2014). A APA Pouso Alto possui Conselho Consultivo instituído, o qual sofreu alterações em sua composição em 1º de setembro de 2017 (Decreto nº 9.035), agora, observa-se maior representatividade para o setor do turismo – apesar de que essa alteração que beneficiou o setor do turismo acabou reduzindo o número de membros

ligados diretamente ao setor ambientalista em relação à composição anterior. Seu Plano de Manejo foi aprovado em 2016, por meio da Portaria nº 135/2016, em um cenário em que não houve consenso quanto à realização das atividades de mineração e quanto à implementação de PCHs na APA Pouso Alto, com um processo marcado pela interferência de interesses particulares e pelo lobby dos setores da mineração e de geração de energia⁵.

Com uma estratégia de conservação diferente, o PNCV também é uma UC integrante do SNUC, e se localiza dentro da APA do Pouso Alto. Criado em 1961, com o nome de Parque Nacional do Tocantins, sua área e seus limites foram alterados diversas vezes, como pode-se observar na linha do tempo do Quadro 1 abaixo. Houve uma tentativa de ampliação de sua área em 2001, mas foi invalidada em 2003 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) devido a falhas no processo. Em junho de 2017, ocorreu a última ampliação do Parque, de 65 mil hectares para 240 mil hectares, integrando seis municípios de Goiás: Alto Paraíso, Cavalcante e Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d’Aliança, com os objetivos de, de acordo com o primeiro artigo do Decreto de 5 de junho de 2017: “aumentar a representatividade de ambientes protegidos; garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos; contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere; e proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico” (BRASIL, 2017).

Quadro 1: Linha do Tempo – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Linha do Tempo – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	
1961	Criado como Parque Nacional do Tocantins, com 625 mil hectares
1972	Limites reduzidos para 171.924 hectares.
1981	Redução para 65 mil hectares.
2001	Ampliação para 235 mil hectares, reconhecido como patrimônio mundial, e criada a APA Pouso Alto
2003	Suspensão da ampliação pelo STF (falhas processuais e consulta pública), área volta a 65 mil hectares
2017	Ampliação dos limites para 240 mil hectares

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com informações do ICMBIO, 2017.

Com referência ao turismo nesta UC, nota-se que nos últimos anos o número de visitantes teve um crescimento acumulado de mais de 250%, conforme tabela a seguir, com o número de visitantes ao PNCV de 2006 a 2016. O estudo das contribuições econômicas do turismo - em uma análise que mostra que cada real investido em conservação no ICMBio produz R\$ 7 em benefícios econômicos para o país - dessa UC mostra que o total estimado de

⁵ Caio de Freitas Paes. “Como a eleição de Ronaldo Caiado, do DEM, coloca em risco a Chapada dos Veadeiros”. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/23/ronaldo-caiado-chapada/>

gastos dos visitantes em 2015 gerou R\$ 4.007.861,00, além de um total de vendas de aproximadamente R\$12.740.702,00 para o setor (SOUZA, 2016; BRASIL, 2017).

Tabela 2: Número de visitantes e percentual de visitação no PNCV – 2006 a 2016.

ANO	NÚMERO DE VISITANTES	% CRESCIMENTO	% CRESCIMENTO ACUMULADO
2006	17.441		
2007	20.233	16%	16%
2008	17.407	-14%	0%
2009	22.950	32%	32%
2010	20.663	-10%	18%
2011	20.607	0%	18%
2012	23.014	12%	32%
2013	27.417	19%	57%
2014	39.470	44%	126%
2015	56.630	43%	225%
2016	63.933	13%	267%

Fonte: Icmbio (2016) *apud* GOMES (2017).

Com isso, a caracterização do turismo na região de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro lançado em 2017, pelo Ministério do Turismo (MTur), considera que a Região Turística da Chapada dos Veadeiros é composta apenas pelos cinco municípios de Goiás abaixo listados com e suas respectivas categorias, conforme a nova Categorização e o último Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2018):

- Alto Paraíso de Goiás: Categoria **B**
- Cavalcante: Categoria **C**
- Colinas do Sul, São João d'Aliança e Teresina de Goiás: Categoria **D**

Também no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo do MTur, nota-se que esses destinos foram categorizados – com base em seu fluxo turístico e oferta de meios de hospedagem, entre outros critérios – entre as categorias B e D. Ressalte-se que, dentre os cinco, Alto Paraíso (B) e Cavalcante (C) representam os destinos com maior fluxo de turistas nacionais e internacionais e maior número de meios de hospedagem e empregos gerados pelo setor, conforme os critérios para a categorização e o resultado de suas classificações.

Além disso, a caracterização do turismo nesses municípios feita por meio de dados oficiais mostra que há um crescimento das ocupações formais das atividades características de 2013 a 2015 (último ano com dados disponíveis) nos dois municípios turísticos como maior fluxo de turistas – Alto Paraíso e Cavalcante, conforme tabela 3.

Tabela 3: Caracterização da ocupação formal nas Atividades Características do Turismo de Alto Paraíso e Cavalcante – 2013 a 2015.

Caracterização da ocupação formal nas ACTs – 2013 a 2015 (Ipea/Mtur)				
Município	Ano	Alojamento	Alimentação	Agência de Viagem
Alto Paraíso de Goiás (GO)	2013	180	57	3
	2014	178	77	4
	2015	222	89	7
Cavalcante (GO)	2013	13	11	0
	2014	20	4	0
	2015	21	5	0

Fonte: Elaborado pela autora com informações do Ipea/Mtur, 2017.

Além disso, destaque-se que Alto Paraíso de Goiás, foi considerado um dos quatro destinos indutores do desenvolvimento turístico regional de Goiás por esse mesmo órgão federal, representando a *Região da Reserva da Biosfera Goyaz* (BRASIL, 2008). Assim, o município foi avaliado na série histórica do Índice de Competitividade do Turismo (última edição foi em 2015) em diferentes dimensões e variáveis – por exemplo: acesso, serviços e equipamentos turísticos, monitoramento e economia local, infraestrutura geral, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, aspectos sociais, etc.

Ao se observar as diferenças e proximidades que caracterizam esses cinco municípios (conforme informações disponíveis nos quadros 2 e 3 abaixo), nota-se que Cavalcante é o município que possui o maior território, seguido de São João d’Aliança, que possui o segundo maior território e a maior densidade demográfica da região. Em geral, a situação domiciliar da população dessa região se concentra na área urbana, apesar de que, em contraponto, aproximadamente 47,30% da população de Cavalcante se situava na área rural.

Quanto à conjuntura de trabalho e rendimento nos cinco municípios, o quadro 2 também mostra que o salário médio mensal dos trabalhadores formais variava de 1,7 salários mínimos (com a menor média, em Alto Paraíso de Goiás) a 2,5 salários mínimos em Colinas do Sul, o município com a maior média em 2016. Por outro lado, ao se considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Cavalcante (48 %) e Teresina de Goiás (42,6 %) registraram as maiores porcentagens da população nessas condições. Com grande contribuição da atividade agropecuária, o ranking do PIB per capita de 2015 entre os municípios analisados mostra que o maior valor registrado foi o de Cavalcante (R\$ 25.562,28), seguido por São João d’Aliança (R\$ 19.019,25), Alto Paraíso de Goiás (R\$ 18.760,39), Colinas do Sul (R\$ 12.106,00) e, por fim, Teresina de Goiás (R\$ 8.653,41).

Quadro 2: Municípios, população e trabalho na Região Turística da Chapada dos Veadeiros

Municípios, população e trabalho na Região Turística da Chapada dos Veadeiros						
Item		Alto Paraíso de Goiás	Cavalcante	Colinas do Sul	São João d'Aliança	Teresina de Goiás
Área da unidade territorial [2017]		2.593,905 km ²	6.953,666 km ²	1.708,187 km ²	3.327,379 km ²	774,639 km ²
População estimada [2017]		7.514 pessoas	9.829 pessoas	3.529 pessoas	12.643 pessoas	3.363 pessoas
Densidade demográfica [2010]		2,65 hab/km ²	1,35 hab/km ²	2,06 hab/km ²	3,08 hab/km ²	3,89 hab/km ²
Situação domiciliar [2010]	Urbana	5.219	4.742	2.525	6.724	2.134
	Rural	1.666	4.650	998	3.533	882
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2016]		1,7 salários mínimos	2,1 salários mínimos	2,5 salários mínimos	1,9 salários mínimos	2,1 salários mínimos
Pessoal ocupado [2016]		1.378 pessoas	840 pessoas	324 pessoas	1.138 pessoas	261 pessoas
População ocupada [2016]		18,5 %	8,6 %	9,2 %	9,2 %	7,8 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo [2010]		35 %	48 %	39,4 %	40,5 %	42,6 %

Fonte: Elaborado pela autora com informações do IBGE, 2018

Quadro 3: Economia e desenvolvimento econômico na Região Turística da Chapada dos Veadeiros.

Economia e desenvolvimento econômico na Região Turística da Chapada dos Veadeiros						
Item		Alto Paraíso de Goiás	Cavalcante	Colinas do Sul	São João d'Aliança	Teresina de Goiás
PIB per capita [2015]		18.760,39 R\$	25.562,28 R\$	12.106,00 R\$	19.019,25 R\$	8.653,41R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]		79,2 %	90,6%	82,6 %	90,8 %	93,4 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Em 1991	0.428	0.285	0.377	0.363	0.377
	Em 2000	0.572	0.396	0.472	0.533	0.498
	Em 2010	0.713	0.584	0.658	0.685	0.661
Índice de Gini	Em 2000	0,5371	0,4671	0,5239	0,7386	0,6238
	Em 2010	0,5026	0,4418	0,4911	0,5383	0,5275
Total de receitas realizadas [2014]		24.138,00 R\$ (×1000)	31.170,00 R\$ (×1000)	Não informado	Não informado	11.700,00 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2014]		25.482,00 R\$ (×1000)	26.666,00 R\$ (×1000)	Não informado	Não informado	10.509,00 R\$ (×1000)
Valor adicionado bruto a	Agropecuária (R\$ x 1000)	36.094,27	14.408,37	7.608,61	106.294,75	2.472,80

preços correntes [2015]	Indústria (RS x 1000)	8.571,95	163.292,46	1.508,80	13.467,45	1.332,63
Serviços	Exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	57.548,01	26.507,95	11.690,90	56.312,87	9.004,05
	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	27.365,96	42.144,97	18.354,11	42.463,12	14.030,64

Fonte: Elaborado pela autora com informações do IBGE, 2018

A seguir, apresenta-se um detalhamento da contextualização socioeconômica de cada um desses cinco municípios da região turística da Chapada dos Veadeiros, ainda com base nas informações contidas nos quadros 2 e 3 acima.

2.1.1 Alto Paraíso de Goiás

Alto Paraíso de Goiás, em sua origem, chamava-se Veadeiros e fazia parte do município de Cavalcante, sendo que as tribos indígenas como os cayapós, os xavantes e os guayazes compõem os primeiros registros de ocupação humana na região, antes da chegada dos bandeirantes e fundação de Cavalcante no século XVIII (IBGE, 2018). Veadeiros se emancipou em 1953, e recebeu o nome atual em 1963. Sua área abrange 2.593,905 km², com uma população de aproximadamente 7.514 pessoas, dessas, 5.219 com situação domiciliar urbana e 1.666 rural, além de uma densidade demográfica de 2,65 hab/km². Em 2016, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários mínimos, com 18,5% da população ocupada (IBGE, 2018).

Com um PIB per capita, em 2015, de R\$ 18.760,39, a economia do município se baseia principalmente no setor de serviços e na agropecuária. Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,713 o mais alto dentre os cinco municípios. No mesmo ano, o Índice de Gini foi de 0,5026, mostrando que houve uma diminuição da desigualdade social em relação aos anos 2000, quando o índice foi de 0,5371 (IBGE, 2018).

2.1.2 Cavalcante

Cavalcante, município mais antigo e com a maior extensão territorial da região, possui aproximadamente 9.829 habitantes (IBGE, 2017) em um território com área de 6.953,70 km² e densidade demográfica de 1,35 habitante por km², sendo que a situação domiciliar da população é quase que equitativamente distribuída entre o meio urbano (4.742 pessoas) e o rural (4.650). Na área rural do município há uma série de assentamentos/agrupamentos, são eles: Povoado do Vermelho, Engenho II, Região do Prata, Agaús, São José, Região do órgão, e Capela do Moleque (Vão do Moleque), São Domingos, entre outros. Ainda segundo o IBGE (2017), somente 15% de seus domicílios possuem esgotamento sanitário adequado e não há urbanização adequada nas vias públicas – devido à ausência de bueiros, calçadas, pavimentação ou meio-fio.

Em Cavalcante também está localizada grande parte do maior território de quilombolas do Brasil: os Kalungas, sendo que neste município estão os remanescentes de quilombos do Vão do Moleque, Vão de Almas e Engenho II, sendo que neste último é onde a paisagem do Sítio Histórico Kalunga é mais apropriada pelo turismo de natureza – principalmente por causa do atrativo Cachoeira Santa Bárbara, um dos mais divulgados e promovidos para representar o destino Cavalcante (ARANTES & ALMEIDA, 2012).

O município atingiu, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,584, o menor em comparação aos demais da região. No entanto, nota-se que, na série histórica, houve um aumento nesse índice que em 1991 era considerado muito baixo (0,285) e em 2000 foi para 0.396, como pode ser observado em detalhes no quadro abaixo.

Quadro 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Cavalcante-GO

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Cavalcante-GO					
Ano	Posição em relação aos demais municípios de Goiás	IDH	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1991	236°	0.285	0.458	0.640	0.079
2000	246 °	0.396	0.509	0.710	0.172
2010	246 °	0.584	0.595	0.808	0.415

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Em 2015, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.5%. A economia do município, de acordo com a Segplan Goiás⁶, é de médio porte e dinâmica, movimentada pela indústria e pelo setor de

⁶ Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/>

serviços, mas principalmente pela própria Administração Pública. Em 2015, Cavalcante alcançou o maior PIB per capita entre os municípios de sua região, de R\$ 25.562,28.

2.1.3 Colinas do Sul, São João d'Aliança e Teresina de Goiás

Localizado próximo ao Lago de Serra da Mesa, no território atual de Colinas do Sul, com 1.708,187 km², se situavam dois distritos (Colinas e Lages) que também faziam parte de Cavalcante até 1987, quando o município foi oficialmente criado. A população atual – aproximadamente 3.529 pessoas – se concentra principalmente na área urbana (IBGE, 2018). Com o predomínio do setor de serviços, o PIB per capita (2015) registrou R\$ 12.106,00. Esse município apresenta o maior salário médio mensal dos trabalhadores formais, com 2,5 salários mínimos em 2016.

Já São João d'Aliança tem sua história de criação ligada aos municípios de Forte e Formosa, tendo sido criado oficialmente em 1933. Sua área abrange 3.327,379 km², conta com uma população de aproximadamente 12.643 pessoas e densidade demográfica de 3,08 hab/km², predominando a situação domiciliar urbana. Com o segundo maior PIB per capita da região em 2015 – de R\$ 19.019,25 –, em sua economia predomina a agropecuária. Destaque-se que é a cidade com maior índice de desigualdade social da região da Chapada dos Veadeiros, registrando 0,7386 no Índice de Gini em 2000 e 0,5383 em 2010.

Quanto à agricultura, desde 2004 a produção de grãos na região vem aumentando, sendo que São João d'Aliança foi o município com maior produção em 2016 (com 195.030 toneladas), seguido de Alto Paraíso de Goiás (48.874 toneladas) e depois Cavalcante, com uma produção de 7.392 toneladas de grãos.

Teresina de Goiás também era, inicialmente, uma vila no território de Cavalcante próximo à fronteira com Campos Belos que se tornou distrito nos anos 60 e município em 1988, sendo assim, é o município mais novo e o menor dentre os demais da região analisada – com área total de 774,639 km². A população aproximada é de 3.363 pessoas, apresentando a maior densidade demográfica, 3,89 hab/km², e ainda, o segundo menor IDH da região em 2010 (0.661). Seu PIB per capita em 2015 foi o menor da região - R\$ 8.653,41 (IBGE, 2018).

Nesse tópico, apresentou-se análise e contextualização geral sobre os cinco municípios que compõem a região turística da Chapada dos Veadeiros, incluindo um detalhamento com

dados e informações que caracterizam seu território, população, trabalho e rendimento e elementos ligados à economia desses locais. O próximo item adentra os aspectos relativos aos conflitos socioambientais que fazem parte da realidade desses municípios, com foco na mineração.

2.2 Conflitos socioambientais na região da Chapada dos Veadeiros

Além da conservação, outras possibilidades de uso do solo estão presentes na região, entre elas a agricultura, pecuária, o turismo, a mineração e a geração de energia elétrica. Note-se que essas possibilidades geram/embasam diferentes discursos de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, esses diferentes tipos de relação com o mundo natural podem gerar conflitos socioambientais, ou seja, disputas entre grupos sociais que se posicionam diferentemente quanto a um mesmo objeto de interesse (LITTLE, 2001; NASCIMENTO, 2001). Alguns conflitos já existentes na Chapada dos Veadeiros são ligados à especulação imobiliária e fragmentação do território em São Jorge, à mineração em Cavalcante, e à expansão do agronegócio, sendo que a recente ampliação do PNCV acentuou os problemas na região.

O Plano de Manejo da APA de Pouso Alto (2016) lista algumas atividades conflitantes em sua área, quais são: extrativismo vegetal, turismo, agricultura e pecuária, extrativismo mineral, fogo, caça e pesca ilegais e a geração de energia elétrica. Além disso, também faz um mapeamento das áreas e sua vulnerabilidade.

Já o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Chapada dos Veadeiros (2012, p. 214) também identificou ameaças à região, entre elas os prejuízos causados pela mineração, os projetos de construção Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e o crescimento do desmatamento devido ao “cultivo extensivo da cana de açúcar, do milho e da soja, visando à produção de etanol e biodiesel” e também destaca que “outros riscos associados à monocultura da cana de açúcar referem-se à contaminação do solo e de águas subterrâneas pelo uso da vinhaça como fertilizante”.

A proposta de ampliação do PNCV acentuou os conflitos já existentes na região, tanto que ajustes à proposta original - elaborada pelo Instituto Chico Mendes (Icmbio) e pelo MMA - foram solicitados tanto por órgãos do governo de Goiás e dos municípios relacionados, quanto por outras instituições de nível federal, como o Ministério de Minas e Energia (MME), que solicitou a exclusão de áreas de interesse para a mineração e o aproveitamento hidrelétrico.

Já os representantes governamentais estaduais chegaram a apresentar uma contraproposta de ampliação que excluía todas as terras que ainda não possuíam título de propriedade, resultando em um aumento de 90 mil hectares de forma descontínua. Os prefeitos dos municípios da região também se posicionaram contra a ampliação, destacando a existência de conflitos devido à superposição dos poderes de diferentes escalas – federal, estadual e municipal. Em reportagem da agência de notícias do estado goiano, intitulada *Prefeitos de municípios da região da Chapada dos Veadeiros se manifestam contra expansão de parque* (GOIAS AGORA, 2017), o prefeito de Alto Paraíso de Goiás (Martinho M. da Silva) apontou a questão do êxodo rural e da alocação das famílias que serão desapropriadas, afirmando que “É imprescindível um planejamento de gestão dessas famílias, que sobrevivem basicamente do extrativismo”.

Outro argumento relatado é que o trabalho realizado por ambientalistas e entidades ligadas ao meio ambiente podem não surtir o efeito esperado, pois anteriormente “a ONG *World Wide Fund for Nature* (WWF Brasil) promoveu uma iniciativa de promoção das áreas de proteção ambiental, que previa o desenvolvimento da região também por meio do turismo, e que pouco trouxe resultados para Alto Paraíso” (GOIAS AGORA, 2017). Aqui, pode-se notar como o discurso de turismo propagado pela ONG é o de desenvolvimento econômico, modernizante, apesar de no final a renda gerada pelo turismo escoar para outras escalas diferentes da local. Ou seja, pouco do recurso gerado pelo turismo fica nas localidades, e o potencial maior e mais importante, de se preservar a natureza se perde.

Logo, como afirma Fazito (2016), o turismo sustentável torna-se um discurso extremamente conservador - ao visar apenas a manutenção do *status quo* -, mas perigosamente disfarçado de discurso alternativo e inclusivo. Já o Sr. Josemar S. Freire, prefeito de Cavalcante na época, afirmou que a ampliação do PNCV poderá “aniquilar ainda mais o crescimento da região”. Para ele, “ampliar o parque não é a única forma de proteger. Até mesmo porque toda a extensão do Cerrado nos municípios de localização do PNCV está totalmente preservada pelos moradores”. O gestor também destacou que “todas as atividades, fundamentalmente extrativistas, são exclusivamente para a subsistência da comunidade local”. Em contraponto, observa-se o posicionamento do gestor do PNCV que informou em entrevista que “cerca de 80 ou 90% da área de ampliação proposta para o parque não tem aptidão para agricultura mecanizada. Não existe, portanto, conflito com a produção agropecuária, o que existe é o

conflito com interesses imobiliários e de especulação”⁷.

Considerando o entendimento de conflitos socioambientais em um escopo mais amplo, incluindo também os conflitos iminentes, foram identificados sete casos de conflitos e ameaças à biodiversidade do Cerrado da região na bibliografia e documentos oficiais analisados (por exemplo, o agronegócio – Figura 3), além dos casos identificados nos relatos dos entrevistados, conforme quadro a seguir.



Figura 3: Área com produção agrícola e pivôs de irrigação na região de estudo. Fonte: Autora, dez/2017.

Quadro 5: Mapeamento de conflitos socioambientais na região da Chapada dos Veadeiros.

Mapeamento de conflitos socioambientais na região da Chapada dos Veadeiros	
Identificação e breve descrição	Município(s) - campo do conflito
1. Ampliação do PNCV: conservação (implementação novos limites) e a relação com os proprietários das terras limítrofes à área protegida, incluindo o uso de antes da ampliação (desterritorialização)	Alto Paraíso de Goiás, Teresina, Nova Roma, Cavalcante, etc.
2. Mineração em Cavalcante (ex.: caminhões de exploração de manganês em estradas utilizadas por turistas) e em Colinas do Sul (diamante)	Cavalcante: território Kalunga e na borda do PNCV. Colinas do Sul
3. Agronegócio na região sul da APA do Pouso Alto – monocultura da soja e outros grãos, risco de contaminação dá água pelo uso indiscriminado de agrotóxicos	Principalmente em São João d’Aliança e Alto Paraíso
4. Pecuária extensiva e desmatamento: avanço de plantas exóticas (diversos tipos de capins) que sobrepõem a biodiversidade do Cerrado	Principalmente em São João d’Aliança. Há relatos de áreas específicas em Cavalcante
5. Pequenas Centrais Hidrelétricas: inicialmente eram 22 PCHs, número que foi reduzido para seis depois de mobilização da sociedade civil. Execução das obras poderia afetar importantes atrativos turísticos da região	Alto Paraíso, Cavalcante (rio das Almas no território dos Kalungas, impactando o Vão de Almas), Colinas do Sul

⁷ Wikiparques. **Com a palavra: Fernando Tatagiba, gestor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (parte 2)**. Por Duda Menegassi, 31 janeiro 2017. Disponível em: <http://www.wikiparques.org/com-a-palavra-fernando-tatagiba-gestor-do-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros-parte-2/>

<p>6. Demarcação do território Kalunga, no qual a comunidade de quilombolas busca da titulação plena e da reconquista de suas terras, onde há importantes atrativos turísticos. Os impactos e riscos ambientais mapeados em 2010 foram: alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, falta/irregularidade na demarcação de território tradicional, Invasão/dano a área protegida ou unidade de conservação. Já os danos e riscos à saúde: desnutrição, doenças transmissíveis, falta de atendimento médico, piora na qualidade de vida, insegurança alimentar. Quanto à ação no STF: conflito agrário iminente, vivido pelas comunidades remanescentes de quilombo do Vão do Moleque e Engenho II, - localizadas no maior território quilombola do Brasil⁸.</p>	<p>Cavalcante (Vão do Moleque e Engenho II, entre outros), Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.</p>
<p>7. Atingidos por barragens lutam por revisão e regularização de indenização e reassentamento em Colinas do Sul, Cavalcante e Minaçu (município ao norte de Cavalcante), a população atingida abrange agricultores familiares; povos indígenas; quilombolas; trabalhadores rurais assalariados e sem-terra. Os impactos e riscos ambientais relatados foram: Alteração no ciclo reprodutivo da fauna; Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território; Falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental; Inundações e enchentes; Invasão / dano à área protegida ou unidade de conservação. E os danos e riscos à saúde listados englobaram insegurança alimentar; piora na qualidade de vida; violência – ameaça⁹.</p>	<p>Colinas do Sul, Cavalcante e Minaçu.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Também foram relatadas ameaças à biodiversidade, em alguns casos também conflitantes aos interesses do turismo que, no entanto, caracterizaram-se como impactos negativos de diferentes setores da sociedade que afetam as comunidades locais, são eles:

- Especulação imobiliária e fragmentação do território, pressionando o PNCV;
- Aumento do fluxo turístico, principalmente na alta temporada, e a destinação irregular dos resíduos sólidos de Alto Paraíso (lixo e risco de contaminação da água)
- Implementação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETA) de Alto Paraíso e despejo no Rio São Bartolomeu, que afetaria comunidades que dependem desse curso d'água;
- Queimadas e incêndios devido à ação antrópica – por exemplo o caso ocorrido de 13/10/2017 a 31/10/2017.

Nesse contexto, como relatado anteriormente, a questão da mineração se destaca tanto por sua situação atual nos municípios analisados, quanto por suas perspectivas de ampliação no futuro. Leite (2013), ao investigar sobre os efeitos regionais do que chamou 'Grande Mineração' no caso da região norte de Goiás, afirmou que novos polos minero-industriais estão sendo desenvolvidos para a região. Entre os fatores citados como determinantes para a consolidação da mineração nesses municípios está a conclusão e abertura dos terminais da ferrovia Norte-Sul,

[...] “importante modal em construção nesta parcela do território goiano. Aliada a essa ferrovia, projeta-se a construção de um ramal ferroviário que chegará à região no

⁸ Fundação Palmares, Kalunga do Vão do Moleque: uma comunidade amedrontada. Jacqueline Freitas – ASCOM/FCP/MinC, 2009. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/3590>

⁹ Mais informações em: <https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>

município de Campinorte, propiciando articulação na parte Leste desta área. O quadro da infraestrutura econômica do Norte de Goiás complementa-se com equipamentos já existentes: rodovia BR-153 e usinas de Cana Brava e Serra da Mesa” (LEITE, 2013, p. 46)

Ao aprofundar o estudo do caso da mineração na região, verificou-se que o Plano de Manejo da APA do Pouso Alto mostra que, em 2015, havia muitos processos no DNPM para a exploração mineral em diversas de suas áreas, com requerimentos para mais de vinte substâncias, destacando-se dentre elas: manganês, ouro, ferro, estanho, areia, cobre, níquel e quartzo, entre outros detalhados na figura com o gráfico abaixo.

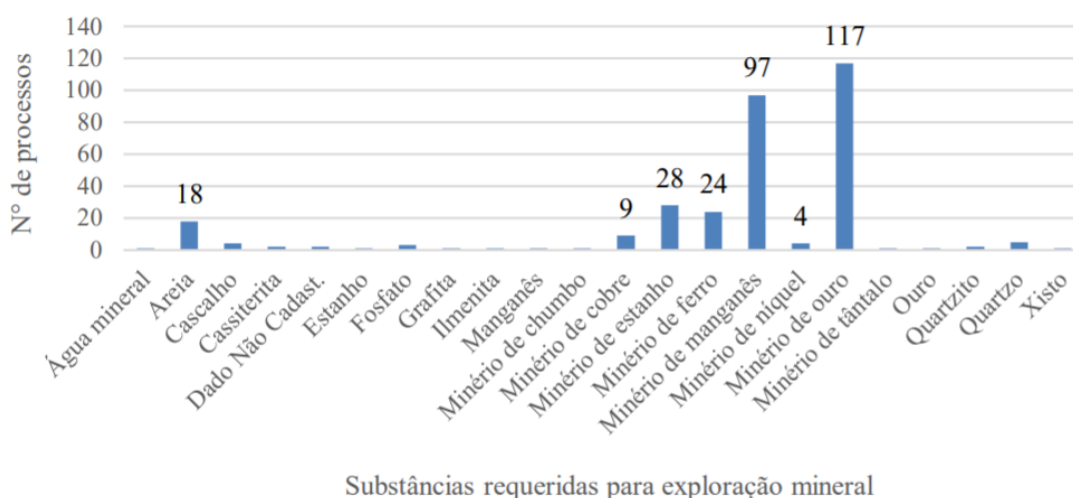


Figura 4: Substâncias requeridas para exploração mineral em áreas da APA de Pouso Alto. Fonte: DNPM, 2015 *apud* Plano de Manejo da APA do Pouso Alto, 2016.

Nesse contexto, identificamos alguns dos recursos minerais pesquisados em processos no DNPM na região, para uma visão geral sobre suas indicações de uso e a situação nos municípios da Chapada dos Veadeiros, resumidos no quadro 6 a seguir. É importante destacar que os impactos ambientais e sociais da mineração são extensos e cumulativos, não se restringem aos locais das minas, estendem-se pelas bacias hidrográficas e aos corredores logísticos por onde se dá a distribuição dos minérios (MILANEZ, 2016 *apud* GOMIDE *et al*, 2018).

Destacamos, também, que alguns dos possíveis impactos negativos da exploração/beneficiamento dos itens acima descritos são:

- Prospeção (aberturas de trincheiras, poços e caminhos para equipamentos);
- Lençol freático rebaixado, drenagem dos lençóis freáticos
- Impacto em nascentes
- Drenagem ácida – DAM;
- Poeira (extração e beneficiamento);
- Rejeitos e estéril, infraestrutura de escoamento; Rejeitos radioativos;
- Contaminação do solo, da água e do ar, além

- o de rejeitos e refugos poluentes;
- o Poluição sonora e vibração;
- o Subsidência;
- o Remoção de solo fértil;
- o Erosão e assoreamento dos rios;
- o Destruição da Paisagem;
- o Impactos na fauna e flora: desde a prospecção até o fechamento;
- o Desmoronamentos
- o Incêndios causados pelo carvão e gases (beneficiamento).

Quadro 6: Recursos minerais pesquisados na região da Chapada dos Veadeiros, seus usos e situação atual.

Recursos minerais pesquisados na região da Chapada dos Veadeiros, seus usos e situação atual		
Recursos	Indicações de uso	Situação - Município(s)
Manganês	Industrial: essencial na fabricação do aço, empregado em ligas metálicas, tintas, vidros, cerâmica e utensílios domésticos, também usado em fertilizantes e de rações animais	Cavalcante, São João d'Aliança, Alto Paraíso e Colinas do Sul
Estanho, cassiterita	Fabricação de latas de conserva, obtenção do bronze (ex.: em esculturas), refrigeradores, condicionadores de ar, radiadores e soldas	Cavalcante, Nova Roma e Monte Alegre
Ouro	Moedas e joias, instrumentos científicos, equipamentos eletrônicos	Cavalcante (Buraco do Ouro) e Nova Roma (Aurumina)
Ferro	Metalurgia	Cavalcante - Registros de pesquisa
Areia, argila, cascalho, brita	Construção civil	Principais cursos d'água, destaque aluviões do rio das Almas próximo a Cavalcante. Teresina de Goiás, Monte Alegre, São João d'Aliança
Cobre	Fios elétricos, fabricação de bronze e latão, defensivos agrícolas, tratamento da água, objetos ornamentais	Cavalcante - Registros de pesquisa
Ilmenita e Titânio	Fabricação do pigmento do óxido de titânio	Nova Roma
Calcário	Agroindústria (correção acidez do solo), Fabricação de cimento	Nova Roma, Campos Belos, Monte Alegre de Goiás,
Fosfato	Agrícola – fertilizante	Alto Paraíso, Campos Belos
Quartzito e rocha de revestimento	Pedras ornamentais e revestimento (paredes, pisos, pias, esculturas, etc.)	Monte Alegre de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás
Quartzo	Industrial: abrasivo, em relógios, equipamentos de rádio, fibras óticas, cerâmica e instrumentos científicos. Gemas e diamantes	Cavalcante, Colinas do Sul e Alto Paraíso, Nova Roma, São João d'Aliança
Granito	Revestimento. Ex.: Granito azul cristal para exportação de Goiás	Cavalcante, Monte Alegre
Água mineral	Balneoterapia	Colinas do Sul (serra Santana) e Cavalcante (serra de Caldas)
Kalungaíta e Ametista	Míneral recentemente descoberto Gemas	Cavalcante (mina Buraco de Ouro) Colinas do Sul e Cavalcante

Fonte: Elaborado pela autora baseado em documentos oficiais (CPRM, SIGMINE-DNPM, Diagnóstico do setor mineral goiano, Plano de Manejo Estação Ecológica Nova Roma, Ibram, Museu *Heinz Ebert*" – Unesp), 2018.

Na segunda visita técnica à região da Chapada dos Veadeiros, observou-se a presença de empreendimentos voltados para a produção de calcário, cal, oxyfertil, entre outros insumos agrícolas de outros recursos minerais, explorados pela Araguaia Mineração e Indústria LTDA em São João d'Aliança, conforme registros das figuras 5 e 6.



Figuras 5 e 6: Araguaia Mineração, localizada na rodovia GO-230, km 23. Fonte: Autora e André Cunha, dez./2017.

No entanto, o município de Cavalcante se destacou entre todos municípios da região por sua colocação dentre os que detinham maior número de alvarás de pesquisa em Goiás e no Distrito Federal e, conseqüentemente, maior procura por bens minerais. No ranking regional divulgado pelo DNPM, em 2014, Cavalcante ocupava o 9º lugar – com 45 alvarás de pesquisa (2,09%) – e em 2015 passou a figurar como o 2º município com mais pedidos: foram 128, o que representa 3,96% do total. Uma grande parte do parque nacional está localizada dentro dos limites de Cavalcante, o município mais antigo da região, que abriga os maiores depósitos minerais da Chapada dos Veadeiros (entre eles o de manganês e o de estanho) e é uma cidade historicamente ligada à mineração. A produção de minérios em Cavalcante inicia-se, aproximadamente, no ano de 1750, com a mina *Buraco do Ouro*, situada na zona urbana do município e um dos principais exemplos de depósitos de ouro da região da Chapada, juntamente com a mina *Aurumina*, em Nova Roma. A produção da mina Buraco do Ouro se estendeu até o final do século 19, ficando paralisada até o final da década de 1970. No começo dos anos 1980, empresas retomaram as atividades de pesquisa e lavra dessa mina, sendo que a Penery Mineração LTDA detém os direitos minerários até o momento. No entanto, a produção não tem sido contínua e as atividades estão paralisadas, além disso, a mina encontra-se inundada (MACHADO, 2008; GOIAS, 2010).

Além disso, ressalta-se a situação do município na consulta realizada ao processo do Icmbio relativo à ampliação do PNCV¹⁰, quando pôde-se observar o posicionamento contrário do MME, que inclusive solicitou que fosse permitida a atividade da mineração na fronteira do parque, ponto atendido no Decreto de 5 de junho de 2017, art. nº 4, parágrafo 1º, ao estabelecer

¹⁰ O processo nº 02070.000116/2011-10 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é composto por oito volumes e mais de 1500 folhas, constando documentos referentes à ampliação do PNCV, incluindo, também, referências à questão do turismo na região.

que:

Art. 4º A zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros será definida por meio de ato do Presidente do Instituto Chico Mendes.

§ 1º São permitidas, dentro dos limites da Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, as atividades de implantação, operação e manutenção de empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e as atividades de mineração, sem prejuízo da exigência de licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente.

Com essa sobreposição de interesses de áreas para conservação e para a mineração, áreas de interesse da mineração ficaram de fora da recente expansão do PNCV (Figura 7 mostra a localização do parque com sua expansão e as áreas excluídas).

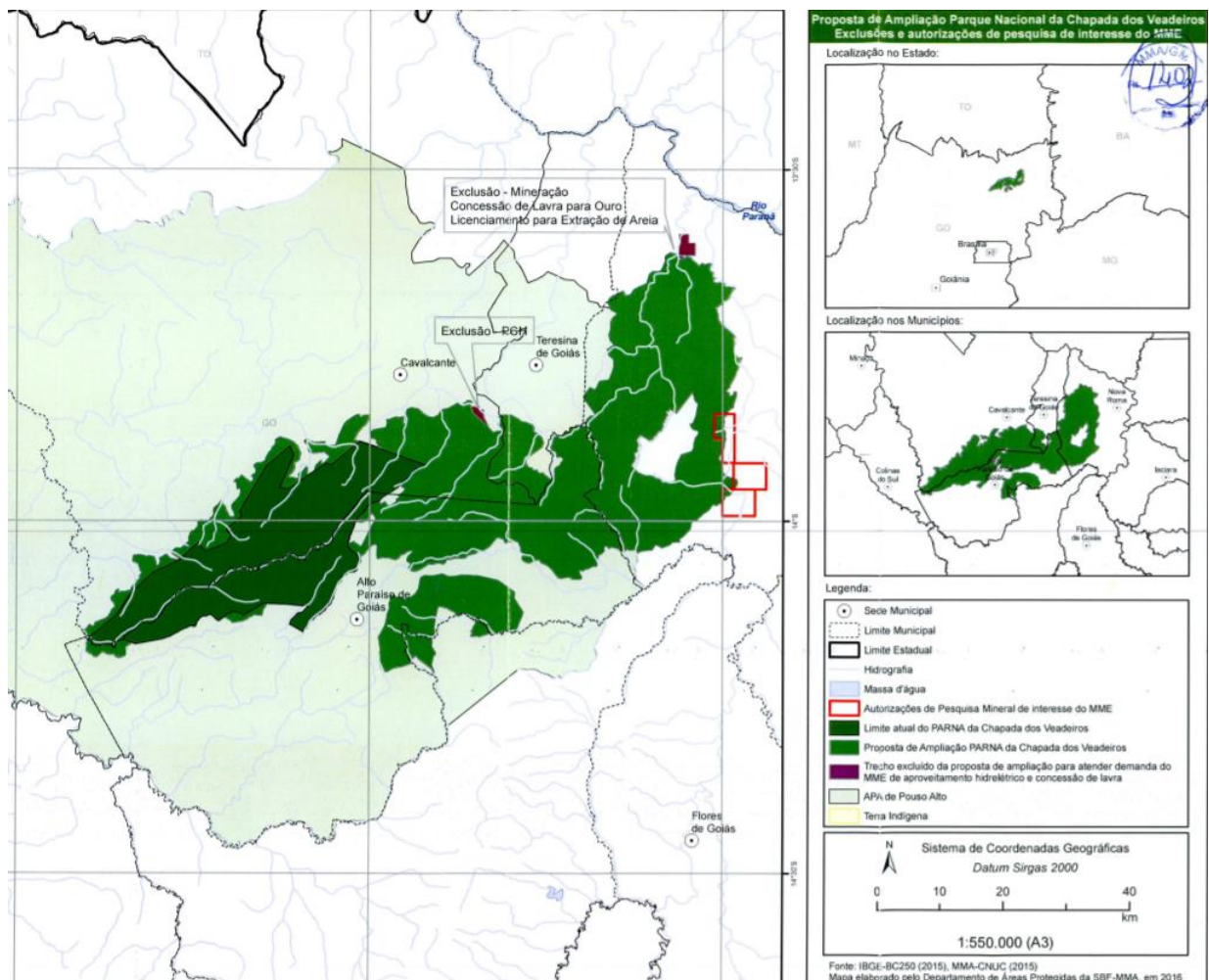


Figura 7: Exclusões e autorizações de pesquisa de interesse do MME no entorno do PNCV. Fonte: Icmbio/MMA, 2016.

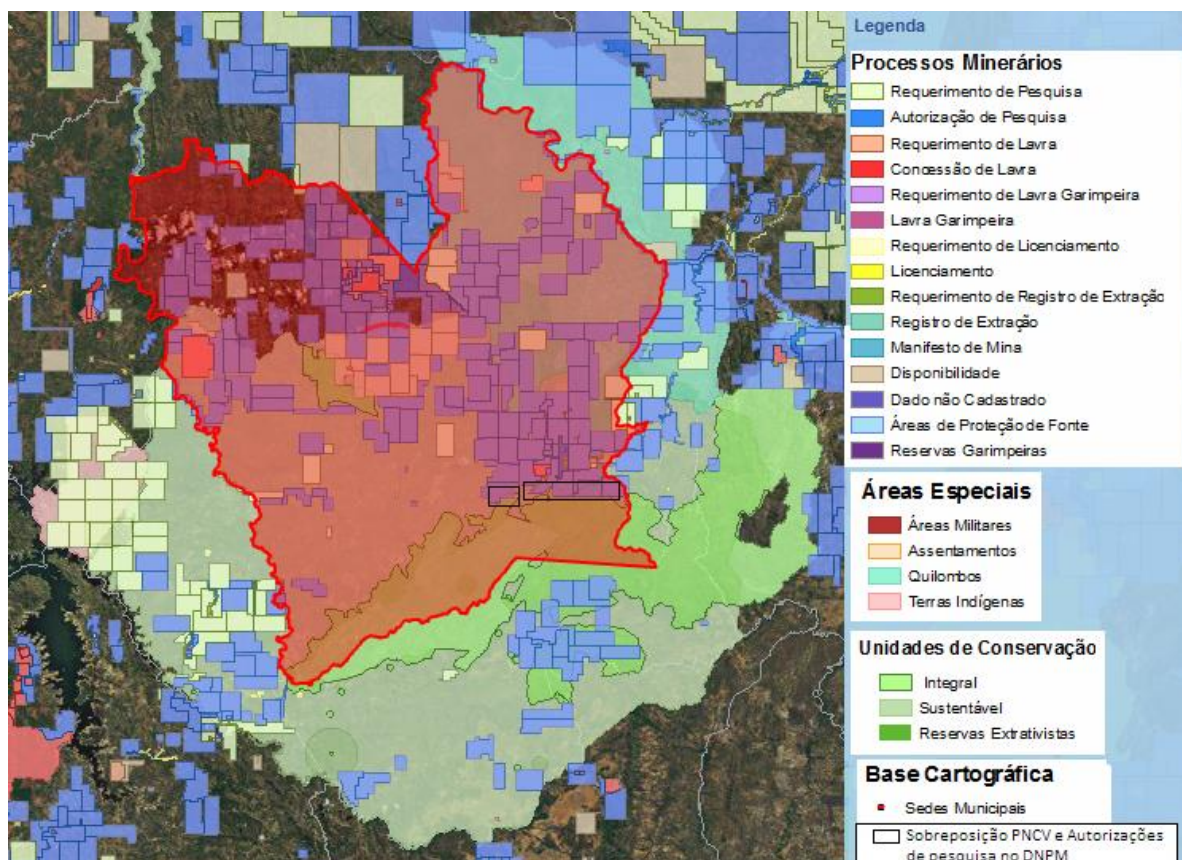


Figura 8: Imagem com Mapa dos processos minerários na região da Chapada dos Veadeiros. Elaborada pela autora a partir do SIGMINE – Sistema de Informação Geográfica da Mineração, acesso em 23/10/2017.

Como abordado anteriormente, o fluxo turístico para a Chapada dos Veadeiros aumentou nos últimos anos, em paralelo ao número solicitações de pesquisa mineral. A Figura 08 mostra os polígonos de solicitação de pesquisa mineral em Cavalcante e destaca as áreas onde os interesses de mineração e os de conservação se sobrepõem. O SIGMINE – Sistema de Informação Geográfica da Mineração – mostra que a maior quantidade de processos minerários dentre os municípios da APA Pouso Alto ocorre em Cavalcante. Esses processos se encontram em diferentes estágios no DNPM, principalmente com autorização de pesquisa (em azul), para diferentes substâncias: manganês, ouro, ferro, estanho, areia, cobre, ilmenita, fosfato, cassiterita, rutilo quartzo, quartzito, chumbo, granito e água mineral. As indicações de uso dessas substâncias podem ser: industrial, metalurgia, construção civil, fertilizantes, entre outros.

Em maio de 2018, a ANM (antigo DNPM) disponibilizou planilhas atualizadas com informações sobre as fases atuais de cada um dos 511 processos dos cinco municípios da região turística da Chapada dos Veadeiros. Nesse material observa-se que em Cavalcante se situavam aproximadamente 259 processos minerários ativos (dentre eles, 103 ligados ao manganês e 41

ao minério de ferro). A segunda maior quantidade localizava-se em Colinas do Sul (aproximadamente 101 processos), seguido de São João d'Aliança (com aprox. 63), Alto Paraíso de Goiás (com aprox. 45) e Teresina (com aprox. 43 processos ativos também em diferentes fases).

Por fim, com os resultados das pesquisas de campo realizadas, é importante ressaltar que a questão da construção das PCHs, foi citada por diferentes entrevistados como um conflito socioambiental mais explícito, tema que necessitaria de uma pesquisa mais aprofundada, considerando a quantidade de referências ocorridas durante esta pesquisa.

Este capítulo apresentou parte dos resultados alcançados com esta pesquisa, analisando o contexto da região da Chapada dos Veadeiros e caracterizando os conflitos socioambientais identificados, aprofundando no estudo de caso sobre o turismo e a mineração nessa área. NO próximo capítulo analisa-se a dinâmica dos quatro discursos-narrativas identificados ao longo das cinco fases da linha do tempo proposta.

3. A DINÂMICA DOS DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE TURISMO E MINERAÇÃO EM CAVALCANTE

A partir da coleta de informações e da construção da linha do tempo contextualizando os principais acontecimentos relacionados aos conflitos entre os interessados no turismo e na mineração em Cavalcante, foram identificados os fragmentos discursivos que levam a quatro discursos-narrativas (do turismo alternativo, turismo sustentável, modernização turística e abordagem comunitária, conforme exposto abaixo), embasados por racionalidades que competem nas arenas políticas em busca de apoio dos atores-chave. Esse apoio em torno de um discurso-narrativa possibilita a formação de coalizões, que quando vencedoras em relação às demais *storylines*, resultam em uma ação concreta, chega-se ao resultado político (FAZITO, 2013).

Fragmentos de discurso	Discursos-narrativas	Racionalidades
“cidade pacata”; “a parte, assim, de paz interior, assim, menos muvuca. (...) Tem lugares sagrados aí. A nascente do Prata mesmo é um lugar sagrado”; “Turista está vivendo na cidade grande e que ir pro interior pra lugar tranquilo”	Turismo alternativo	Ecologia profunda
“Turismo como melhor saída para preservação e economia diversificada”; “capacidade de carga”; “organizar pra que isso possa permanecer pras futuras gerações que estão vindo pela frente, né”; “desde que seja da forma correta”; “tem que ter muito estudo, tem que saber se realmente é viável”; “gerar impacto”	Turismo sustentável	Comunitária, científica e econômica
“ampliar o fluxo turístico”; “turismo gera emprego e renda”; “Porque a gente sabe que o turismo dá renda, né”; “O que a gente precisa mesmo é de emprego e renda”	Modernização turística	Econômica
“Devia ter participação mais ativa”; “conseguisse maior mobilização popular”; “Mineração não, mas garimpos”; “quebra da hegemonia dos poderes local”; “Comunidade tem que estar junto, estar engajada, né”; “Quando você engaja a comunidade, a comunidade aprende dar valor”	Abordagem comunitária	Comunitária, legal, científica, crítica

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Para a apresentação da dinâmica desses discursos-narrativas ao longo do período analisado, a linha do tempo foi dividida em cinco fases que serão detalhadas nos próximos subtópicos, que são: Origens: o turismo alternativo, Institucionalização para o desenvolvimento do turismo, O turismo sustentável em um contexto de modernização, A modernização e a conservação da natureza, e Consolidação do fluxo turístico.

Período	Fase/etapa	Principais acontecimentos (episódios)	Discursos-narrativas
Antes dos anos 2000	Origens: o turismo alternativo	<ul style="list-style-type: none"> • Asfalto até Cavalcante • Ocorria mineração de ouro e de manganês (com manutenção das estradas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo alternativo
2000 - 2005	Institucionalização	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura das primeiras pousadas voltadas para o lazer • Criação de UCs (Reserva da Biosfera, APA, o Parque M. Lavapés) • Legislações municipais para o turismo • Início da implementação da APA Pouso Alto 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo sustentável • Modernização turística
2006 - 2012	O turismo sustentável em um contexto de modernização	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª fase OTS • Produção manganês (sem manutenção das estradas) • 2ª fase OTS 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo sustentável • Modernização turística
2011 - 2014	A modernização e a conservação da natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do Plano de desenvolvimento turístico • Proposta de criação do Parque Estadual Rio São Félix 	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização turística • Turismo sustentável
2015 - 2018	Consolidação do fluxo turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Asfalto na estrada que dá acesso ao PNCV • Ampliação do PNCV • Retomada da mineração 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo sustentável • Modernização turística • Abordagem comunitária

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

3.1 Origens: o turismo alternativo

O contexto de construção da cidade de Brasília favoreceu o início do fluxo de visitantes para a Chapada dos Veadeiros, inicialmente com os movimentos esotéricos e espiritualistas nos anos 1950 e 1960 que fizeram parte da história da ocupação territorial dessa região, seguido pela visitação por técnicos e cientistas que frequentaram regularmente a Chapada dos Veadeiros nos anos 1970 (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010; SAMPAIO, 2013). Nos anos 1980, a implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Alto Paraíso de Goiás (PDIAP), promovido pelo órgão do governo estadual Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR), ainda que focado em Alto Paraíso, beneficiou o município de Cavalcante, considerando que foi quando a rodovia que liga Brasília a Cavalcante foi asfaltada. Esse plano buscava o desenvolvimento econômico da região a partir do setor agrícola e do turismo, incentivando a construção de meios de hospedagem (LIMA, 2001 *apud* GENTILE *et al*, 2016).

Em meados dos anos 1990, o fluxo turístico anual em Alto Paraíso de Goiás alcançou mais de vinte mil visitantes para o parque e seu entorno, sendo 1996 o ano que marcou ação estatal direcionada para o desenvolvimento do turismo na Chapada dos Veadeiros, com um

projeto do MMA, juntamente com o Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, direcionado para o ecoturismo (ainda que distante do ideal de ecoturismo visto no marco teórico, de acordo com Wearing & Neil – 2014) e o turismo alternativo (buscando um desenvolvimento sustentado e novos padrões comportamentais a partir do contato com a natureza, por exemplo) e nomeado *Projeto: Criação de Quatro Polos Irradiadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional* (ALMEIDA, 2000). É nesse contexto que se iniciaram os serviços da Organização não governamental Grupo Nativa na Chapada dos Veadeiros, sendo que sua parceria com o Sebrae-GO resultou na realização de cursos e na implantação de Centros de Atendimento ao Turista (CATs), por exemplo.

Mais especificamente sobre Cavalcante, de acordo com Sampaio (2013), o turismo vem sendo explorado desde meados dos anos 80, movimentação facilitada pela ampliação e pavimentação da malha rodoviária goiana ocorrida a partir de 1983, a partir da implementação do já citado PDIAP (HADDAD, 2016; GENTILE *et al*, 2016). Sobre os anos 1990, dentre os entrevistados, houve relatos de fluxo de turistas devido às festas culturais tradicionais na cidade e de visitação de estudantes de Brasília que procuravam maior contato com a natureza, em busca de cachoeiras com menor movimento de visitantes (comparado ao turismo em Alto Paraíso). No final dos anos 1990, de acordo com os entrevistados, ocorria a mineração de ouro e manganês no município.

Assim, nesta fase inicial, o discurso-narrativa predominante era o do turismo alternativo, com o qual Cavalcante é apresentada como “cidade pacata” (Entrevistado 32, em 11 de agosto de 2018), opção para um turismo descentralizado e desconcentrado, com o início da divulgação dos atrativos localizados na comunidade Kalunga, por exemplo. Aqui, o fortalecimento de comunidades tradicionais em detrimento da busca por investidores estrangeiros, também reforça esse diálogo com o turismo alternativo. Isso porque, para Britton (1982), esse tipo de turismo, em menor escala, seria mais benéfico para as comunidades receptoras do que grandes investimentos em turismo de massa, embasado também em uma racionalidade da ecologia profunda que, conforme previamente definida, remete a valores de harmonia entre o homem e a natureza (WEARING & NEIL, 2014; FAZITO, 2013). Parte dos entrevistados, quando perguntados sobre a visão deles quanto à motivação dos turistas para irem à Cavalcante, fizeram referência à tranquilidade, ao sossego, à segurança em comparação com os grandes centros urbanos, e, referências quanto “a parte, assim, de paz interior, assim,

menos ‘muvuca’. (...) Tem Lugares sagrados aí. A nascente do Prata mesmo é um lugar sagrado” (Entrevistado 15, em 26 de maio de 2018).

Com a citada ecologia profunda emerge um entendimento holístico e sagrado da natureza, que acredita em um relacionamento harmonioso entre os seres humanos e o meio natural, e que demanda uma redução dos impactos sobre o planeta (WEARING & NEIL, 2014). Assim, o discurso-narrativa do turismo alternativo dialoga com os entrevistados que se posicionam contra a atividade da mineração, a partir de uma racionalidade também da ecologia profunda, que retoma um valor próprio e intrínseco ao meio natural, como também pode ser visualizado nos seguintes fragmentos de discurso: “Agora, a mineradora não tem jeito. O impacto ambiental, é tudo, vai destruir algo que Deus deixou ali na natureza, entendeu” (Entrevistado 29, em 10 de agosto de 2018); “não vejo nessas grandes empresas uma grande preocupação com... com preservação do meio ambiente, né. E eu não sei se você já teve oportunidade de andar por aqui, mas a gente tem muita área preservada, né, muita área. (...) E lá no Sertão já tá faltando água” (Entrevistado 27, em 9 de agosto de 2018); e “Eles não estão preocupados, com o que vai, com a degradação que vai ficar. Então, isso eles não estão preocupados, eles estão preocupados em sugar o minério e ir embora” (Entrevistado 36, em 12 de agosto de 2018). Aqui, a necessidade de preservação total da natureza prevalece contra a interferência do homem, entendida como geradora de degradação ambiental.

Já no final dos anos 1990, esse discurso-narrativa de turismo alternativo, legitimado pela racionalidade da ecologia profunda, foi desafiado por um pensamento mais voltado à capacidade do turismo de expandir a riqueza sem comprometer drasticamente os recursos naturais. Essa segunda etapa ganha aqui o nome de ‘institucionalização do turismo’ e é apresentada a seguir.

3.2 Institucionalização do turismo

O contexto regional influenciou o início do processo de institucionalização do turismo em Cavalcante, já que o início da década dos anos 2000 foi marcado pelo reconhecimento da Reserva da Biosfera do Cerrado, em 10 de novembro de 2000, pela Unesco, promovendo a importância desse patrimônio natural em âmbito internacional. Em seguida, houve a criação da

APA Pouso Alto, por meio do Decreto nº 5.419 de 07 de maio de 2001, pelo Governo de Goiás, que afirma em seu primeiro artigo que seu objetivo é “fomentar o desenvolvimento sustentável” e “preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto”. Essa UC é uma área protegida estadual de uso sustentável que abrange uma área de 872.000 hectares ao redor do PNCV. Seu processo de criação, proposto pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação (SEMARH/GO), foi financiado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), executado pelo grupo Nativa, contando com o apoio da ONG Oca-Brasil e do poder público dos municípios abrangidos (BARBOSA, 2008).

É nesse período que o turismo em Cavalcante começa seu processo de institucionalização, quando aconteceram os primeiros cursos de condutores de visitantes, por exemplo o *Curso básico de Guias locais e treinamento em inventário da oferta turística municipal*, o qual teve uma carga horária de 120 horas, e foi executado pelo Grupo Nativa, com apoio do Sebrae-GO e o Programa de Emprego e Renda de Goiás (Proder), em parceria com a Prefeitura de Cavalcante. Após os primeiros cursos que ocorreram na região da Chapada dos Veadeiros, os condutores de turistas de Cavalcante começaram a se organizar e iniciaram o processo de institucionalização da Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno (ACECE), formalmente criada em 2002 e que se mantém ativa até a atualidade.

Esse mesmo projeto da prefeitura e seus parceiros também realizou um diagnóstico e inventário da oferta turística de Cavalcante. Nessa época, com o início da formatação do turismo direcionada para o modelo atual é quando surgem as primeiras pousadas voltadas para o turista de lazer, que inicialmente eram sobretudo de Brasília-DF, como descrito na literatura e relatado por alguns entrevistados.

Essa institucionalização também pode ser evidenciada com a normatização da atividade do turismo local, com a instituição das leis municipais de nº 857/2001 (que criou o Conselho Municipal de Turismo de Cavalcante, importante arena política relacionada ao turismo em nível local), de nº 859/2001 (Fundo Municipal de Turismo local) e de nº 023/2001, que dispõe sobre a regulamentação dos atrativos turísticos do município. Nessas legislações, observa-se fragmentos discursivos como “estabelecimento de mecanismos de incentivo ao turismo sustentável (...)” (art. 4, parágrafo 1º, da Lei municipal nº 023 de 2001), “bases sustentáveis” (art. 2 da Lei municipal nº 857 de 2001).

Desse modo, nota-se que emerge o discurso-narrativa do turismo sustentável, que engloba a noção de desenvolvimento sustentável com suas ideias de recursos disponíveis,

necessidades atuais e limites no futuro, anteriormente vistos no marco teórico. Nesta fase, o turismo é entendido como um elemento favorável para a conservação da natureza. E nesse cenário favorável ao desenvolvimento do turismo, foi criado o Parque Municipal Lavapés, o qual em seu decreto de criação (decreto nº 24 de 22 de fevereiro de 2002) cita que projetos voltados para o turismo também poderão ser desenvolvidos. Alguns dos entrevistados citaram que esse parque foi criado a partir de uma demanda da população, principalmente em resposta aos sucessivos casos de poluição da área natural habitualmente utilizada pela própria população (incluindo aqui a Cachoeira Lavapés) com os vazamentos de rejeitos da mineradora que se encontra ao lado desse parque.

Ainda hoje, é possível ver a barragem de rejeitos da mineradora ao acessar o Parque Lavapés, localizada ao lado do caminho que dá acesso à cachoeira Lavapés. Esses impactos da mineração emergem como um entrave ao desenvolvimento turístico da região, o que gera valores de impossibilidade de compartilhamento do uso do espaço entre turismo e mineração. Outro local onde também é possível verificar a paisagem alterada pela atividade da mineração dentro do município é na entrada da cidade (figuras 9 e 10 abaixo), onde há instalado o projeto de descontaminação de rejeitos na bacia do córrego Lavapés.



Figuras 9 e 10: Áreas de descontaminação de rejeitos de mineradora localizada na área urbana de Cavalcante-GO. Fonte: Autora, ago./2018.

Esse período do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 também foi citado pelos entrevistados como a época em que havia a extração de manganês no norte do município, nas proximidades do povoado de São Domingos, com referência à empresa que fazia a manutenção das estradas naquela região. Em diferentes argumentações dos entrevistados pode-se observar uma ênfase nesse ponto como uma externalidade positiva em oposição aos impactos negativos gerados pela mineração, por exemplo: “quando eles estavam rodando a estrada era melhor, sabe,

mas depois que eles pararam também, a estrada arruinou”, “período que tínhamos a estrada boa” (Entrevistados 10 e 11, em 25 de maio de 2018), “As pistas eram muito boas na época, viu?! Qualquer carro ia até a entrada do Prata” (Entrevistado 15, em 26 de maio de 2018), “você via a empresa trabalhando na manutenção da estrada, então, basicamente quem fazia a manutenção da estrada – e não era só os trechos que eles usavam, era a estrada inteira – era a empresa” (Entrevistado 1, em 10 de agosto de 2018).

Voltando ao âmbito do turismo, a realização de oficinas de trabalho no âmbito do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi destacada como um acontecimento relevante em 2003 por mais de um dos entrevistados, os quais citaram que os temas relacionados ao desenvolvimento do turismo em Cavalcante foram discutidos com maior profundidade e riqueza de detalhes, apesar de que as ações não chegaram a ser implementadas – neste mesmo ano o PNMT foi substituído pelo Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PRT), nova política de turismo adotada pelo governo federal (SOUZA JÚNIOR, 2004).

No ano seguinte (2004), foi realizado o *Curso de Guia Local em áreas naturais*, com um número bem maior de alunos do que o primeiro curso (totalizando quarenta alunos, trinta e quatro a mais que no primeiro curso, que contou apenas com seis alunos), carga horária de 122 horas, e execução pela organização não governamental GAMA ACVCV e apoio do GAMA TSN JICA. Esse ano também foi marcado pela disputa entre conservação e mudanças no meio natural devido ao fim do prazo para o início da implementação da APA Pouso Alto, que resultou na edição da Resolução 038/2004 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cemam). Essa norma dispôs sobre o licenciamento dentro da área APA Pouso Alto, suspendendo a emissão de licenças para desmatamento.

Essa medida, popularmente conhecida como “Corte Zero”, gerou conflitos entre os interessados na conservação da natureza e nas atividades econômicas que geram impactos ambientais, considerando que nessa época o turismo era visto como elemento favorável para a conservação. Meijó (2006) faz uma caracterização dos atores envolvidos na implementação da APA do Pouso Alto, quando se iniciou o processo de elaboração de seu Plano de Manejo e criação de seu Conselho. Ao abordar sobre esse contexto em Cavalcante-GO, a autora ressalta como essa medida do corte zero gerou preocupação para as empresas que trabalhavam com prospecção e extração mineral na região, levando as mineradoras a mobilizarem moradores de outros municípios para uma passeata, que foi realizada em Teresina de Goiás, visando que esse decreto não fosse assinado. A autora afirma que as mineradoras foram afetadas, inclusive com

prejuízos financeiros, pois o decreto proibia emissão ou renovação de licenças para suprimir a vegetação de qualquer natureza na APA em áreas acima de trinta hectares até que a elaboração do Plano de Manejo fosse concluída.

Essa preocupação das mineradoras da região com a Resolução 038/2004 também pode ser visualizada em atas de reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente de Goiás (Cemam-GO), outra arena política. Em ata da reunião realizada em cinco de julho de 2005, pode-se observar que houve discussão quanto a essa normatização, que suspendeu a emissão de licenças para desmatamento, de tal modo que o representante de uma empresa de mineração que atuava na APA na época afirmou que estava

[...] fazendo pesquisas de mineração na região da APA do Pouso Alto e recebeu a autorização do DNPM – governo federal com alvará de pesquisa publicado e depois foram notificados pela Agência ambiental que só poderia continuar com a licença ambiental para pesquisa, segundo o DNPM a licença ambiental só é devida e necessária depois que solicitar a guia de transporte de comércio de minério, considera que o DNPM desconhece a criação da APA (linhas 136 a 139 da Ata da XLIV Reunião Ordinária do Cemam, 2005).

Em outros momentos, na mesma reunião, o representante da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás demonstrou seu apoio à continuidade da pesquisa mineral na região da APA, afirmando que “quanto à pesquisa da mineração o impacto é o mínimo possível e perfeitamente regenerável (...)” (linha 115 da Ata da XLIV Reunião Ordinária do Cemam, 2005), no entanto não foram apresentadas mais especificações que comprovassem que esse impacto é baixo. Além disso, com uma racionalidade econômica, ressaltou que

[...] considera ser diferente o impacto provocado pelo processo de pesquisa da mineração com o processo de desmatamento visando a produção de carvão. Na fase de pesquisa, da mineração, define-se claramente quais os trabalhos e o impacto de prospecção terá viabilidade econômica. O fato de haver pesquisa não significa que haverá exploração mineral” (linhas 159 a 164 da Ata da XLIV Reunião Ordinária do Cemam, 2005).

Já para os representantes da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (ACIEG) e do Sindicato Rural de Alto Paraíso no Cemam, um exemplo de alternativa capaz de “conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental” (linha 171 da Ata da XLIV Reunião Ordinária do Cemam, 2005) foi o turismo, com o discurso-narrativa do turismo sustentável, agora justificado também por uma racionalidade econômica.

No entanto, nos anos seguintes, esse discurso-narrativa ligado ao desenvolvimento sustentável começa a competir com a modernização turística, considerando um cenário que dificultava a atuação de outros setores. No período de 2006 – 2007, registrou-se nova fase de

atuação do Sebrae Goiás – em parceria com MTur e Embratur – para o Projeto de Desenvolvimento do Turismo da Região de Alto Paraíso e Cavalcante, que tinha meta focada no aumento da taxa de ocupação dos meios de hospedagem durante a baixa temporada. Nota-se a perspectiva predominantemente modernizante para o desenvolvimento desse projeto, por meio de uma racionalidade econômica, pautada em fragmentos de discurso como “construir uma nova economia” e “contribuir para a formação de novos produtos/roteiros turísticos que sejam comercializáveis” (SEBRAE, 2006)¹¹. Aqui, com o impedimento da indústria convencional, o turismo transforma-se em um agente da modernização que permite a expansão de riqueza e renda (FAZITO, 2015).

Embasada em uma racionalidade econômica, a modernização turística ganhou força, o foco passou a ser o fluxo turístico e quais as formas de garantir seu crescimento na linearidade do tempo (BUTLER, 1980; COWEN & SHENTON, 2005). O enfoque nesse fluxo turístico dialoga com a necessidade de implementação de formas para seu monitoramento, episódio que marcou o início da próxima fase, quando foi criado o Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante (OTS).

3.3 O turismo sustentável em um contexto de modernização

Nesta fase, dois discursos-narrativas foram identificados: o da modernização turística (discurso dominante) e o do turismo sustentável, que nesse momento parte de uma racionalidade comunitária. Conforme descrito anteriormente, em 2008 foi iniciada a primeira edição do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante (OTS), com o objetivo de “difundir informações e promover conhecimentos úteis sobre desenvolvimento sustentável do turismo por meio de uma gestão participativa” (SOUZA *et al*, 2010).

Entre os resultados da primeira parte desse projeto, Sampaio (2013) relata a priorização da realização da Mostra de Cinema Etnográfico da cidade em 2008 e 2009, além da realização da Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista e do Inventário Turístico. Nessa 1ª edição também há relatos da concepção do Programa Turismo nas Escolas, voltado para a formação de

¹¹ Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/asn/uf/GO/atendimento-ao-turista-ganha-reforco-na-chapada-dos-veadeiros,00cb36fdbd456410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

professores da rede pública quanto às questões que envolvem o turismo, tema que passaria a ser tratado de forma transversal nas salas de aula, formando multiplicadores do tema na comunidade. Tal programa, por não ter sido concretamente implementado na época, nos mostra como iniciativas voltadas para o discurso-narrativa do turismo alternativo, com uma racionalidade menos econômica, não foram capazes de angariar apoio suficiente e promover as coalizões necessárias para que gerassem resultado político e ações concretas ligadas a essa proposta.

De 2011 a 2012, o OTS – direcionado para o planejamento, monitoramento e gestão participativa do desenvolvimento do turismo sustentável – foi retomado em busca de sua consolidação, considerando que com o encerramento do projeto anterior houve uma desmobilização em âmbito local (SAMPAIO, 2013). Sampaio (2013) concluiu, em seu estudo de caso sobre essa segunda fase do projeto, que os resultados esperados foram parcialmente alcançados, considerando que ao final o OTS se apoiou principalmente na apresentação dos dados das pesquisas quantitativas realizadas sobre a atividade turística, com uma perspectiva economicista, em vez do inicial e amplamente divulgado objetivo de inclusão da comunidade no planejamento e gestão de um turismo sustentável em Cavalcante – o que evidencia a predominância do discurso-narrativa da modernização sobre o do turismo sustentável com uma racionalidade comunitária. Em complemento, como indício de empoderamento de alguns atores sociais que participaram do projeto, essa autora ressalta que o OTS possibilitou a iniciativa de criação da Associação Chapada Sustentável.

No âmbito da mineração, o final do período de institucionalização do turismo em Cavalcante e início desta fase foi citado nas entrevistas como a época em que se inicia a exploração de manganês na comunidade de São José, causando prejuízos quanto à manutenção da estrada (GO 241) que dá acesso aos atrativos situados, por exemplo, no Engenho 2. No entanto, observa-se nos relatórios de *Desempenho do setor mineral* analisados que não houve produção de manganês em 2006 e 2007, o que dialoga com a fala de alguns entrevistados ao questionar, examinar, a legalidade da extração de minério no município, com argumentações como “é que eles não tinham sequer uma licença de lavra, estavam só com licença de pesquisa. E estavam tirando quarenta caminhões por dia a título de pesquisa, né. Então, é, pesquisa não gera imposto, né (...)” (Entrevistado 1, em 10 de agosto de 2018); “como aconteceu ente 2004-2005, 2006, 2008-2009, né, pra carregar o minério daqui, pra dar o calote na CFEM, pra carregar 5.000 carretas como fizeram aqui com a mineradora” (...) (Entrevistado 5, em 22 de

maio de 2018).

A questão do impacto na estrada foi o aspecto ligado à mineração mais ressaltado pelos interessados no turismo. Esses anos são também os que registraram um aumento da pesquisa mineral, como pode-se observar no gráfico abaixo, que mostra a intensificação da quantidade de pedidos de pesquisa mineral.



Gráfico 1: Quantidade de alvarás de pesquisa mineral em Cavalcante ao final de cada ano registrados no DNPM. Fonte: Relatórios de Desempenho do setor mineral – Goiás e Distrito Federal de 2005 a 2017.

Quadro 7: Estatísticas municipais da produção de manganês (T) e ouro (kg).

Estatísticas municipais - produção de manganês (T) e ouro (kg)								
MUNICÍPIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 a 2016
Alto Paraíso de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-
Cavalcante	Manganês	-	1.200t	129.663t	11.238t	-	-	-
	Ouro	-	-	-	-	-	200kg	-
Colinas do Sul (manganês)	-	2.900t	-	-	42t	-	-	-
São João d'Aliança (manganês)	-	-	-	70t	3.164t	8.957t	-	-
Teresina de Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DNPM e Segplan Goiás 2018¹².

Por outro lado, nos relatórios do DNPM há registro de produção e comercialização de manganês em Cavalcante nos anos de 2008, 2009 e 2010, sendo que 2009 foi o ano com maior produção, com 129.663 toneladas desse minério. De 2011 a 2016 não houve registro de produção de manganês nos relatórios de desempenho do setor mineral em Goiás ligados ao município (como pode ser observado na tabela acima), apesar de ocorridas várias citações de diferentes entrevistados quanto à exploração de manganês até os anos de 2011 – 2012,

¹² Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br>

afirmando que depois a extração desse minério deixou de ser viável. Drummond (2005) lista quatro características básicas que combinadas passam a tornar viáveis as reservas minerais de manganês: grande volume, acesso fácil, alto teor e sujeição a longos prazos de intemperização. Porém, a interrupção da produção de manganês não paralisou a aproximação entre mineradoras e o poder público local e o governo estadual, conforme notícia veiculada em 2014, a qual mostra o local escolhido para a realização de evento político com a presença do governador de Goiás em Cavalcante¹³.

Além da diminuição na qualidade das estradas, os entrevistados citaram outros impactos negativos já causados pela mineração no município, como a poluição do lençol freático, a contaminação da água por agentes químicos, a poluição do ar, a erosão, o assoreamento de rios e a supressão de nascentes. E ainda, impactos sociais como a precarização do trabalho – houve relatos quanto a ocorrência de exploração de trabalhadores com situação análoga ao trabalho escravo, no entanto não foi possível ter acesso aos documentos do citado processo relativo a essa questão no Ministério Público Federal.

Além desses, a literatura também destaca como principais impactos da mineração a alteração da paisagem, que muda a “percepção e o valor social, a geomorfologia, o microclima, a fauna, a flora e a dinâmica hidrológica” (GOMIDE *et al*, 2018). A percepção sobre esses impactos foi mais exemplificada com as questões relativas aos impactos na água, como argumentou o Entrevistado 34, em 12 de agosto de 2018:

Quer dizer, quando ela [*a mineradora*] chegou, a gente estava com uma boa expectativa de ter uma evolução aqui, mas com a degradação da natureza, a gente viu que não ia, que não ia dar mesmo, ser o que a gente pensava. Então quer dizer, porque, se secasse a nascente aí, as pessoas iam acabar, iam mudar daqui, porque não pode viver sem água, né?! Não tem como viver sem água. Então a esperança da gente de evoluir, diminuiu.

Nesse contexto, é interessante notar como o discurso-narrativa do turismo sustentável se aproxima da implementação da mineração na região. Com argumentações como a de que “desde que seja da forma correta”, parte dos entrevistados acredita em uma forma de exploração de minérios que gere menos impactos negativos para o meio natural, ou ainda, acredita que os impactos positivos – geralmente citando a geração de empregos e renda para a população local – são maiores do que os impactos negativos. Assim, a racionalidade econômica passa a justificar

¹³ Anderson Alcântara e Euclides Oliveira. “Investimentos em cinco municípios: Governador inaugura obras, fortalece programas e destaca importância das parcerias com as prefeituras”. Diário do Norte Online, 2014. Disponível em: <http://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/investimentos-em-cinco-municipios-11809>

a degradação ambiental conscientizada por esses entrevistados. Um exemplo desse tipo de argumentação pode ser observado com o Entrevistado 21, em 7 de agosto de 2018, que afirmou que “Acho que a mineração, eu não sou totalmente contra a mineração (...) só tem que ser feito da maneira correta, mitigando os impactos e que fique alguma coisa para a população. O que a gente vê é que às vezes não acontece isso, né”. Além disso, observa-se que parte dos entrevistados aderem a esse discurso-narrativa de forma condescendente, revelando um sentimento de impotência frente à dimensão do problema, na comparação entre os fortes interesses econômicos de grandes empresas e companhias internacionais frente a escassa mobilização da população local e o desarticulado setor do turismo (QUINTAS, 2006).

As racionalidades científica e legal também colaboram como esse discurso-narrativa, que abrange fragmentos discursivos como “pra isso tem que fazer todo um estudo de impacto ambiental” (Entrevistado 9, em 24 de maio de 2018), ou ainda:

Não é que eu seja contra, mas é que tem que ter muito cuidado, muita cautela, tem que ter muito estudo, tem que saber se realmente é viável, se vai [pausa] porque tudo tem impacto, tudo vai gerar impacto, agora tem que saber se, se, o que que é de sustentável, comprova que é maior do que o impacto causado. (...) Então tem que ter muito estudo e tem que, que ser aplicada a legislação com muitos estudos, pra que a gente possa saber se isso é bom ou se é ruim” (Entrevistado 25, em 9 de agosto de 2018).

Nesta mesma linha, o Entrevistado 30, em 11 de agosto de 2018, afirmou que

Eu acho que, assim, tudo bem a mineração tem seus malefícios, mas se ela for ordenada, se for feita de forma correta, eu acho que dá certo, né. Porque pra que, de que adianta, ficar com pedreiras e pedreiras e pedreiras que não serve pra você plantar, não serve pra você criar um gado, e pode, né, te dar uma, uma condição pro município, né. Pode gerar renda pro município, né, ‘pras’ pessoas, emprego.

Nessa argumentação, o discurso ligado à sustentabilidade emerge, predominando ideias relacionadas a necessidades e limites, uma preocupação com as gerações futuras e ao mesmo tempo ocultando a urgência de ação imediata (MEBRATU, 1998; FAZITO, 2013).

Outro aspecto que leva a essa argumentação com uma racionalidade legal é o contexto histórico de extração ilegal de minérios, já relatado anteriormente, citado por alguns entrevistados, por exemplo: “Tinha coisa legal, mas tinha coisa que era ilegal. Área de nascente, eles estavam destruindo, né. Então, o Ministério Público teve que agir.” (Entrevistado 15, em 26 de maio de 2018) e “porque tem, a gente sabe, de que tem mineradoras clandestinas, né, gente minerando ouro de forma clandestina e manganês também” (Entrevistado 18, em 31 de julho de 2018). No entanto, não foi possível ter acesso aos documentos e aos processos citados pelos entrevistados para visualizar mais detalhes dessas questões. Alguns dos documentos analisados também fazem referência a essa situação em Cavalcante, por exemplo, o Plano de

Manejo da RPPN Serra do Tombador (2011, p. 9) aponta a ocorrência de “atividades ilegais de mineração (garimpo) no entorno imediato”.

Assim, nesta etapa, ressalta-se que os dois discursos-narrativas concorrentes eram aqueles que possibilitavam uma aproximação maior dos interessados no crescimento da mineração no município, o modernizante e dominante – alicerçado na racionalidade econômica – frente ao discurso-narrativa do turismo sustentável, caracterizado anteriormente como pouco funcional nesta oposição ao hegemônico.

3.4 A modernização e a conservação da natureza

O Plano de desenvolvimento turístico de Cavalcante 2011 - 2014 (2011, p. 23) – elaborado em 2010 em parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, o Sebrae Goiás juntamente com a Secretaria de estado de turismo e apoio do Conselho de Turismo de Cavalcante – teve como objetivo principal “ampliar o fluxo turístico e o incremento da competitividade no mercado nacional para o período de 2011 a 2014”. Observa-se que o diagnóstico da situação do município à época se ateve apenas ao próprio contexto do turismo, desconsiderando o contexto socioeconômico, o que para Sobrinho *et al* (2015) fez com que a análise da situação do município se limitasse ao turismo local, deixando de integrar outras áreas de políticas públicas, as quais poderiam beneficiar o desenvolvimento humano e a qualidade de vida da comunidade.

Nota-se que, apesar de o plano apresentar a missão de valorizar a cultura local e apresentar valores ligados a, por exemplo, preservação cultural e bucolismo, as estratégias de ação e os quatro programas que foram estabelecidos se direcionaram quase que exclusivamente para as questões mercadológicas (adequação da infraestrutura turística, qualidade da oferta turística, promoção do destino turístico e gestão do destino). Assim, conclui-se que o discurso-narrativa predominante neste período era a modernização turística, constituído de fragmentos discursivos ligados a ampliação do fluxo turístico, incremento da competitividade, geração de empregos e expansão da renda. Discurso esse, embasado em uma racionalidade econômica, com a qual o turismo representa um agente de modernização direcionado apenas para a expansão da riqueza e da renda, dependente de uma intervenção de um grupo externo com os conhecimentos construtivos necessários para o desenvolvimento local (COWEN &

SHENTON, 1996; GIBSON-GRAHAM, 2005; FAZITO, 2015), aspecto presente também em outras fases da trajetória do turismo em Cavalcante.

Nessa mesma época, outros dois instrumentos norteadores das políticas públicas de turismo com uma visão regional também foram elaborados: o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Polo Chapada dos Veadeiros (PDITS) e o Plano de Marketing Turístico Reserva da Biosfera Goyaz, sendo que esse segundo acabou não adentrando muito em aspectos específicos do município de Cavalcante.

A partir de um amplo diagnóstico, o PDITS definiu estratégias de ação para cinco componentes diferentes – produto turístico, comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura e serviços básicos e gestão ambiental – que englobam, por exemplo: organizar a governança turística, facilitar o acesso aos atrativos, diversificar a oferta, entre outros objetivos. Destaca-se para o objeto desta pesquisa a estratégia no âmbito da gestão ambiental, que propôs “projetar e implementar a fiscalização nas Unidades de Conservação e nas atividades de mineração e exploração dos recursos naturais no território do município (parques municipais, nacionais, sítio histórico Kalunga e áreas de preservação permanente)” (p. 30), de forma a ordenar as atividades potencialmente poluidoras diagnosticadas, com explícita menção ao caso da mineração, que foi identificada como uma ameaça na análise do ambiente externo realizada para esse Plano. Esses documentos também refletem o discurso dominante, da modernização turística, devido ao foco no progresso, o objetivo do aumento do fluxo turístico, a busca pela consolidação do destino, ponto final ideal no ciclo evolutivo das áreas turísticas (BUTLER, 1980).

Já em 2013, o episódio que marcou a história do município foi a realização da audiência para consulta pública, com a população local, quanto à criação do Parque Estadual Rio São Félix. Citada como uma área com potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, a proposta de criação deste parque foi elaborada pela Fundação Pró-Natureza (Funatura) a pedido da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (Semarh-GO), a qual contava com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF na sigla original) para que a área de unidades de conservação do estado goiano fosse ampliada¹⁴. Nesse contexto, o turismo foi apresentado como elemento para a conservação da biodiversidade local, que abrange peixes

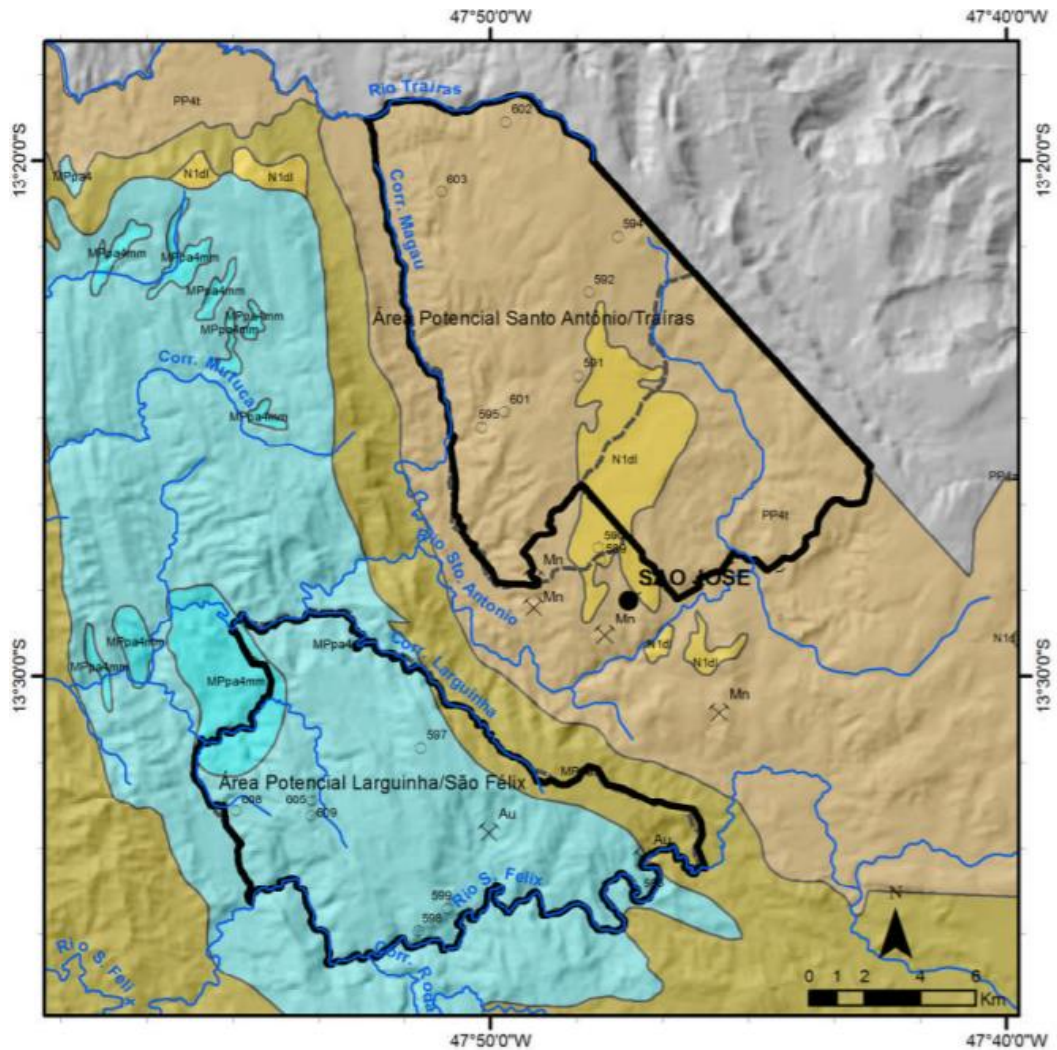
¹⁴ Na época, também foram elaboradas outras duas propostas de parques estaduais que não foram criados, o Parque Estadual Serra da Prata, em Monte Alegre de Goiás, e o Parque Estadual São Bartolomeu – cuja área abrangia os municípios de Alto Paraíso de Goiás (onde foi realizada a consulta pública), Cavalcante e Nova Roma.

ameaçados de extinção (ex.: pirapitinga), répteis e anfíbios endêmicos do bioma e do nordeste goiano, “seis espécies de aves ameaçadas e doze endêmicas” e quatro espécies de mamíferos ameaçados – anta, tamanduá-bandeira, veado-campeiro e o lobo-guará (SEMARH e FUNATURA, 2013, p. 30).

No documento que fundamenta essa proposta, é possível verificar que o discurso-narrativa adotado foi o do turismo sustentável (pautado nas racionalidades econômica, comunitária e científica), a partir, por exemplo, dos seguintes fragmentos discursivos: “associar a conservação dos recursos da biodiversidade e geodiversidade com a oportunidade de estabelecer uma nova atividade econômica” (SEMARH e FUNATURA, 2013, p. 8), “potencial eco turístico” (*ibid*, p. 31); “interação com turistas de outras culturas e perspectivas trará nova perspectiva de vida para a população, o que somado à melhoria da qualidade de vida irá contribuir para a permanência de novas gerações no município” (*ibid*, p. 31).

No entanto, a proposta não foi aprovada pelos presentes na consulta pública, sendo que os argumentos utilizados por parte dos entrevistados que se posicionaram contra a criação desse parque perpassam pela questão da possibilidade de exclusão e retirada das famílias que moram na área proposta e de que o município já possui grande parte de seu território destinado para UCs, adotando uma racionalidade comunitária. De acordo com outros entrevistados, ocorreu uma forte ação do poder político local (que na época estava fortemente ligado ao setor da mineração) no sentido de mobilizar a população contra a criação dessa UC, podendo-se inferir que houve influência de atores-chave (as mineradoras com o poder público local) para a formação de uma coalizão para que o resultado político fosse a não concretização da criação dessa UC, considerando que a implementação de uma área protegida poderia dificultar a exploração de minérios em seu entorno: a área proposta era exatamente nas proximidades do povoado de São José, o povoado em que se estabeleceu a mineradora de manganês já citada.

Isso pode ser evidenciado com o próprio mapa (abaixo) com a localização e delimitação da área proposta apresentado no Documento para Consulta Pública com a Proposta de criação do Parque Estadual Rio São Félix, o qual também demonstra a geologia do local com as ocorrências de minerais (com quatro referências ao manganês e duas de ouro). Essas evidências são complementadas com a figura 11, a qual demonstra a localização da mineradora de manganês e os quadrantes com os processos minerários em andamento no DNPM – em diferentes fases, por exemplo, para pesquisa mineral (em azul) e disponibilidade (em marrom).



Projeto Criação de Unidades de Conservação no Estado de Goiás - Contrato 009/2012

Legenda

P. E. Rio São Félix

Área Potencial

Hidrografia

Localidade

Malha Viária

Não Pavimentada

Duplicada

Pavimentada

Via Dupla em Construção

Pontos Descritos

Campo

Sobrevoou

Geologia

N1dl - Coberturas detrito-lateríticas ferruginosas

MPpa3 - Grupo Paranoá - Unidade 3

MPpa4 - Grupo Paranoá - Unidade 4

MPpa4mm - Grupo Paranoá - Unidade 4 - Litofácies Mármore

PP4t - Grupo Arai - Formação Traíras

Ocorrência Mineral (Au = ouro; Mn = manganês)

<p>Geologia, Relevo e Hidrografia da Área Potencial</p> <p>SEMARH SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>GOIÁS GOV. DO ESTADO DE GOIÁS</p> <p>funatura FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA</p>	<p>Escala: 1:250,000 1 cm = 2 km</p>
	<p>Projeção: GCS e DATUM SIRGAS 2000</p>
	<p>Fontes: CPRM/SIC - SGM, 2008</p>

Mapa 1: Área proposta para a criação do Parque Estadual Rio São Félix, nas proximidades do povoado São José.
Fonte: Semarh e Funatura, 2013.

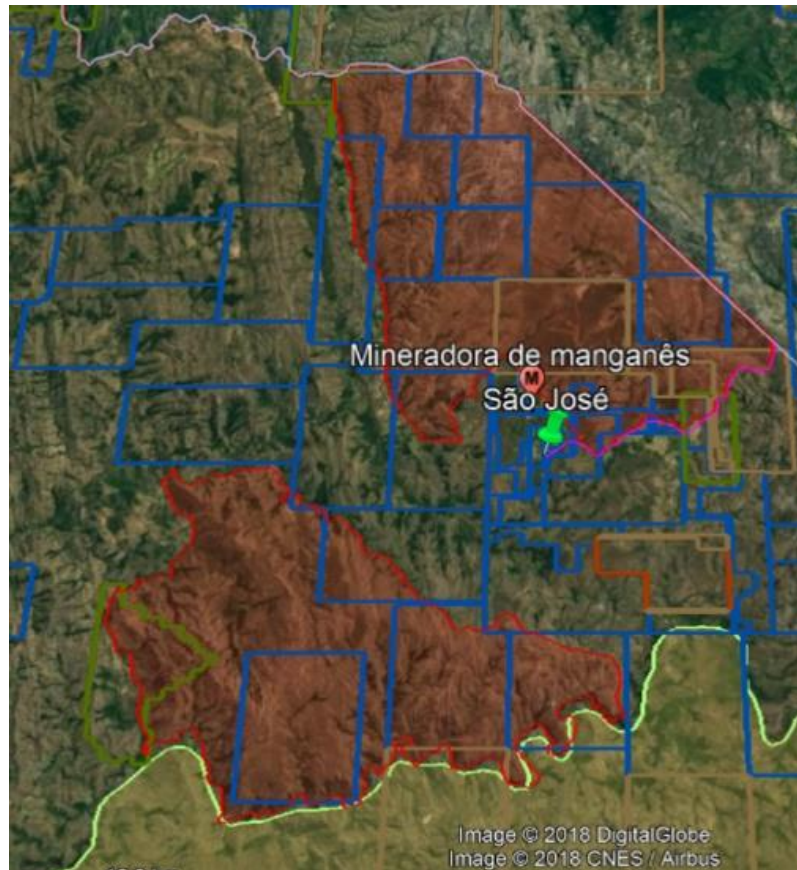


Figura 11: Área proposta para o Parque Estadual Rio São Félix (em vermelho), localização da mineradora de manganês e do povoado São José e quadrantes com os processos minerários do DNPM na região.
Fonte: Elaborado pela autora com dados do DNPM e do Google, 2018.

Aqui, é importante ressaltar que, considerando seu foco na expansão do consumo e na ampliação do fluxo turístico para gerar renda e empregos, o discurso-narrativa da modernização turística – discurso dominante nesta fase da história do turismo em Cavalcante – é o que dialoga com maior facilidade com a implementação e expansão da mineração. Entre os entrevistados que são a favor da mineração, a racionalidade econômica predominou como justificativa para seus posicionamentos, com argumentações como “A mineradora destrói, mas ela também gera renda, porque de qualquer forma está gerando dinheiro, não tem jeito, né” (Entrevistado 35, em 12 de agosto de 2018) e “(...) tem empresas mineradoras que estão chegando na região e que vão desenvolver o potencial melhor de emprego de agora pra frente, né. Pelo menos é a esperança, né” (Entrevistado 12, em 25 de maio de 2018).

Outra argumentação utilizada para este posicionamento favorável à mineração foi a questão da distância entre os empreendimentos da mineração e do turismo, o entrevistado 7 (em 24 de maio de 2018) afirmou que dependeria da distância entre onde as duas atividades

ocorreriam, pois, a extração de minério não pode ser muito perto dos locais do turismo, considerando o barulho e a poluição causada pelo pó de manganês. O entrevistado 12 (em 25 de maio de 2018) também ressaltou esse aspecto afirmando que as maiores jazidas da mineração estão fora da área do turismo, complementando que “Então as belezas naturais estão mais centradas onde tem as jazidas que são pequenas, não interessa pras empresas”. Por outro lado, essa distância não reduz os problemas para os impactados pela mineração, considerando que “quanto mais longe os territórios e ambientes estiverem das minas, menos direitos terão” (GOMIDE *et al*, 2018, p.134) e que esse fator espacial pode dificultar a compreensão de alguns atores sociais quanto à existência desse problema ambiental (BRASIL, 2015). Além disso, como citado anteriormente, os impactos da mineração estendem-se pelas bacias hidrográficas e pelos corredores logísticos de distribuição dos minérios, não se restringindo aos locais das minas (MILANEZ, 2016 *apud* GOMIDE *et al*, 2018).

Em um contexto de elaboração de instrumentos de planejamento para o desenvolvimento do turismo em diferentes escalas e de conflitos quanto à criação de novas áreas protegidas, a dinâmica dos discursos-narrativas nesta quarta fase também foi marcada pelo embate entre a modernização turística e o turismo sustentável. Todavia, com os últimos acontecimentos analisados na etapa a seguir, esses discursos-narrativas passam a competir com a constituição do discurso-narrativa da abordagem comunitária.

3.5 Consolidação do fluxo turístico e a retomada da mineração

Na sequência da linha histórica, a pavimentação com asfalto da rodovia que dá acesso ao portão de entrada do PNCV em São Jorge, em 2015, se destacou na fala dos entrevistados como fator importante para a consolidação e recente aumento do fluxo de turistas para a região da Chapada dos Veadeiros, beneficiando tanto Alto Paraíso quanto Cavalcante, os dois principais destinos dessa região turística. A partir de uma perspectiva modernizante, a implantação e qualificação dessas infraestruturas de transporte viabilizam o fluxo de veículos e chegam a atrair novos visitantes para a região, apesar de, em contrapartida, aumentar os atropelamentos da fauna (RIBEIRO, 2016).

Junto com esse cenário, alguns entrevistados afirmaram que se ampliou a divulgação dos atrativos turísticos de Cavalcante, tanto em programas de televisão com grande alcance

nacional, quanto nas mídias sociais. Os fragmentos discursivos relacionados à necessidade de divulgação do destino e realização de ações de promoção e de diversificação da oferta também mostram a predominância de uma visão do turismo como um agente da modernização com foco no progresso, no aumento do fluxo turístico, privilegiando os aspectos econômicos do turismo. Nesse processo, o atrativo turístico mais citado e, por alguns, identificado como âncora para o município foi a Cachoeira de Santa Bárbara, localizada na comunidade quilombola Engenho 2, onde também estão as Cachoeiras Capivara e Candaru.

Outros recursos e atrativos turísticos naturais identificados nos documentos analisados foram: Complexo Rio da Prata, Cachoeira São Félix, Cachoeira São Bartolomeu, Cachoeira e mirante Ave Maria, Parque Municipal e Cachoeira Lavapés, Ponte de Pedra, Complexo Cânion Veredas, Cachoeira Boa Brisa, Cachoeira Canta Galo, Cachoeira do Roncador, Cachoeira dos Porcos, Cânion Canjica, Cachoeira Barroco, Funil do Almas, Funil do Paranã, Mirante do Vão dos Órfãos, Mirante Morro da Cruz, Mirante Nova Aurora, Rio Almas, Rio Branco, Rio Claro, Rio Corrente, Rio Correntinha, Cachoeira Curriola, Rio Paranã, Rio Preto, Rio São Bartolomeu e Vão do moleque (abaixo pode-se observar três exemplos de atrativos naturais nas figuras 12 a 14). Já os atrativos culturais citados foram o próprio Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, Festa do Divino, Folia de Reis, Folia de São Sebastião, Festa do Império de Nossa Senhora d'Abadia e o Carnaval de rua.



Figuras 12, 13 e 14: Cachoeira Santa Bárbara, Cachoeira Rei do Prata e Cachoeira São Félix. Fonte: Prefeitura de Cavalcante e Autora, 2017-2018.

Nesse momento, observa-se dois discursos-narrativas concorrentes, o da modernização turística e o do turismo sustentável, pois em contrapartida a esse aumento do fluxo de turistas, houve ponderações de diferentes entrevistados sobre os limites e aspectos necessários para a redução dos impactos negativos gerados pelo turismo e ampliação de seus pontos positivos, mostrando uma perspectiva para além da visão do turismo como algo que é apenas positivo e

que não causa impactos negativos (HALL, 2001).

Nesse caso, ganhou força a racionalidade científica para um discurso com uma abordagem físico-espacial que ressalta a necessidade de, por exemplo, realizar estudos de capacidade de carga e aprimorar o planejamento ambiental (HALL, 2001). O Entrevistado 36 (em 12 de agosto de 2018), utilizando-se de uma comparação, apresentou uma reflexão nesse sentido afirmando que

A casa tem um dono e os donos da casa tem que criar critérios, né, pra que essa casa seja organizada. Então assim, a gente, a partir de agora a gente está trabalhando nesse sentido, né, de organizar a casa, né, de buscar modelos, né, pra que a gente possa, é, organizar pra que isso possa permanecer pras futuras gerações que estão vindo pela frente, né. Essa é a nossa preocupação hoje e essa é a nossa intenção de trabalho.

Também foi destacada a necessidade de regulamentação tanto em busca de sustentabilidade para o setor quanto para que o turismo também gere recursos para o governo municipal (com predominância de uma racionalidade legal para esses dois pontos), com argumentações como: “nenhum atrativo paga nenhum imposto para o município” (Entrevistado 9, em 24 de maio de 2018). Em Cavalcante, ao relatar a ausência ou descontinuidade da atuação dos diferentes níveis de governo para a implementação de políticas públicas para o turismo, um ponto crítico da realidade brasileira já evidenciado por Ruas (2006), parte dos entrevistados mostraram interesse por mais interferência do governo no mercado turístico, em oposição à busca por uma menor interferência relatada por Hall e Jenkins (2004). Pode-se observar que há grupos de interesse que procuram a elaboração de políticas a seu favor, demandando uma maior atuação do estado no setor do turismo, para que exerça o papel de planejamento, de coordenação, de regulamentação e de incentivo (HALL, 2001).

Ações públicas resultantes de coalizões em torno do discurso-narrativa do turismo sustentável nesta fase remetem tanto à própria ampliação do PNCV e à aprovação do Plano de Manejo da APA Pouso Alto, já descritas no capítulo dois, quanto à parceria do governo estadual com o Instituto Espinhaço Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Sócio Ambiental e o Instituto Sol para implementação de um programa voltado para o desenvolvimento sustentável na região da Chapada dos Veadeiros, articulado dentro dos objetivos da Reserva da Biosfera do Cerrado – Goiás e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ONU. Nesse contexto, havia um projeto específico para Cavalcante, o Cavalcante Sustentável, que promoveu cinco encontros, chamados *Diálogos Possíveis*. Esses eventos visavam a construção de um Projeto Demonstrativo de Desenvolvimento Sustentável com Cultura de Paz, tendo como

objetivo unir, por meio do diálogo, a comunidade de Cavalcante para o desenvolvimento de um “Território do Bem Viver”. No entanto, representantes do *trade* turístico e do terceiro setor entrevistados informaram que esse projeto, na época liderado pelo Instituto Espinhaço, não conquistou a adesão necessária dos atores-chave municipais de forma a garantir sua continuidade.

Atualmente, nota-se que ainda há evidências das atividades minerárias no município. Nas visitas técnicas realizadas, observou-se que a mineradora localizada na área central da cidade, apesar de não estar atuando devido aos altos custos para operação, mantém ativa a manutenção de sua sede, como mostram as fotos 15 e 16 abaixo.



Figuras 15 e 16: Mineradora localizada dentro da área urbana do município de Cavalcante-GO. Fonte: Autora, dez/2017.

A situação do município, inclusive, está gerando mobilizações em parte da população da região, que passou a se organizar por meio do Movimento dos Atingidos pela Mineração e promoveu eventos como a Assembleia Popular da Mineração (figura 17 abaixo), ocorrida em Cavalcante em 18 de novembro de 2017, e que contava com mesas de debate em que foram discutidas as consequências da implantação da mineração em municípios brasileiros, evidenciando as violências que o processo de desenvolvimento gera. Aqui, registra-se uma aproximação com os discursos não hegemônicos de desenvolvimento para a região, demonstrando um direcionamento para a proposta do pós desenvolvimento, o qual parte do contexto e da realidade local e propõe ouvir diferentes vozes da sociedade. Além disso, como visto no marco teórico, não oculta o lado destrutivo do processo de desenvolvimento, promovendo consciência e resistência (GIBSON-GRAHAM, 2005).



Figura 17: Convite para a Assembleia Popular da Mineração divulgado nas redes sociais. Fonte: Organizadores do evento, 2017.

Com esse episódio, emerge o discurso-narrativa da abordagem comunitária. Dentre os entrevistados, foram identificados aqueles que são contrários às mineradoras, mas favoráveis aos garimpos, pois veem essa como uma melhor forma de incluir a população local, geralmente excluída socialmente, no processo de desenvolvimento – ressaltando um ideal para além do desenvolvimento modernizante, que amplia as desigualdades sociais. A racionalidade legal, retomando o Estatuto do garimpeiro (lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008), e a racionalidade científica, retomando uma atuação das universidades para dar suporte ao garimpo, fundamentam as argumentações desse grupo que apoia o garimpo, o qual também apresenta uma racionalidade crítica. Fazito (2013) aponta que a racionalidade crítica desafia os discursos dominantes de desenvolvimento, o que pode ser observado nesse posicionamento em que garimpo poderia representar uma forma de resistência aos interesses das grandes mineradoras e de “quebra da hegemonia dos poderes local” (Entrevistado 5, em 22 de maio de 2018). Além disso, o garimpo é visto por esse grupo como uma forma que gera menos impactos ambientais do que a “mineração com maquinário” (Entrevistado 36, em 12 de agosto de 2018), a qual foi desqualificada por meio de argumentações como “Mas, não adianta empregar dez e vir uma degradação que venha a atingir 100, né, que venha dar um prejuízo, né, pra 100 [pessoas]. Aí eu não vou concordar com isso, né.”

Entretanto, na última saída de campo, realizada em agosto de 2018, foi verificada a retomada das atividades da mineradora de manganês localizada no norte do município. Durante

menos de uma hora percorrendo o caminho que dá acesso a atrativos turísticos de Cavalcante, foi possível observar diversos caminhões transportando minérios pela GO-241, corroborando as informações coletadas nas entrevistas sobre o local de escoamento da produção de minérios (exemplos nas figuras 18 e 19).



Figuras 18 e 19: Caminhões transportando minérios na GO-241. Fonte: Autora, ago./2018.

Ademais, ações para a manutenção da estrada puderam ser observadas neste mesmo dia, incluindo a manutenção de duas pontes e a retirada de água de um dos rios que cruzam o trajeto para molhar a estrada, na tentativa de reduzir a poeira gerada pelo trânsito intenso de veículos. É importante frisar que, de acordo com Drummond (2005, p. 53), o transporte é o item com custo mais importante para a produção de manganês, que é um minério volumoso e pesado. Tanto que esses custos estimulam um primeiro processamento nas proximidades das minas, “para eliminar impurezas e minérios de baixo teor e reduzir os volumes transportados”. Às vezes também são realizados processamentos secundários, processo que provavelmente está ocorrendo em Cavalcante, considerando que alguns entrevistados relataram a recente implementação de uma nova área para a mineração (figura 20 abaixo) nas proximidades da cidade. No entanto, não foi possível ter acesso aos documentos referentes ao processo de licenciamento ambiental desta mineradora.



Figura 20: Área de processamento de minério de manganês em Cavalcante-GO. Fonte: Autora, ago./2018.

Em resumo, dentre os entrevistados que afirmaram diretamente que sim, há conflitos entre os interessados no turismo e na mineração, a justificativa para tal afirmação se baseou em argumentos como assoreamento de rios, poluição das águas, alteração da paisagem e os riscos de acidentes nas estradas que dão acesso aos atrativos turísticos e pelas quais ocorre o escoamento da produção de minérios no norte do município, ou seja, a própria utilização da estrada por automóveis comuns e esses caminhões (destacado de preto na figura 21 a seguir). Nessa direção, dentre os documentos diretamente ligados ao turismo analisados, o já citado PDITS da Chapada dos Veadeiros (2012) evidencia a necessidade de fiscalização e ordenamento da atividade da mineração, identificando-a como uma ameaça ao desenvolvimento do turismo na região.

Em um contexto mais amplo, abordando os conflitos entre a mineração e os interessados na conservação da natureza (englobando aqui os interessados no turismo), os entrevistados relataram os impactos em nascentes e cursos d'água; impactos nas casas situadas nas proximidades da região em que a ocorre a mineração (ex.: rachaduras) ou por onde passam maiores quantidades de caminhões carregando os minérios; a própria construção de estradas por uma das mineradoras, a partir da aquisição de parcelas de terras dos moradores por onde a estrada passaria; além do problema da precarização do trabalho que gerou mobilização e intervenção de instituições do poder público. De tal modo que, dentre as três tipologias de conflitos socioambientais propostas por Little (2001, p. 111), neste caso observa-se a iminência de características dos conflitos socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana, com os quais “muitas vezes os grupos sociais que fazem as intervenções e recebem

benefícios diretos delas não sofrem dos impactos negativos disso, enquanto outros grupos que não recebem nenhum benefício sofrem diretamente com o processo”.

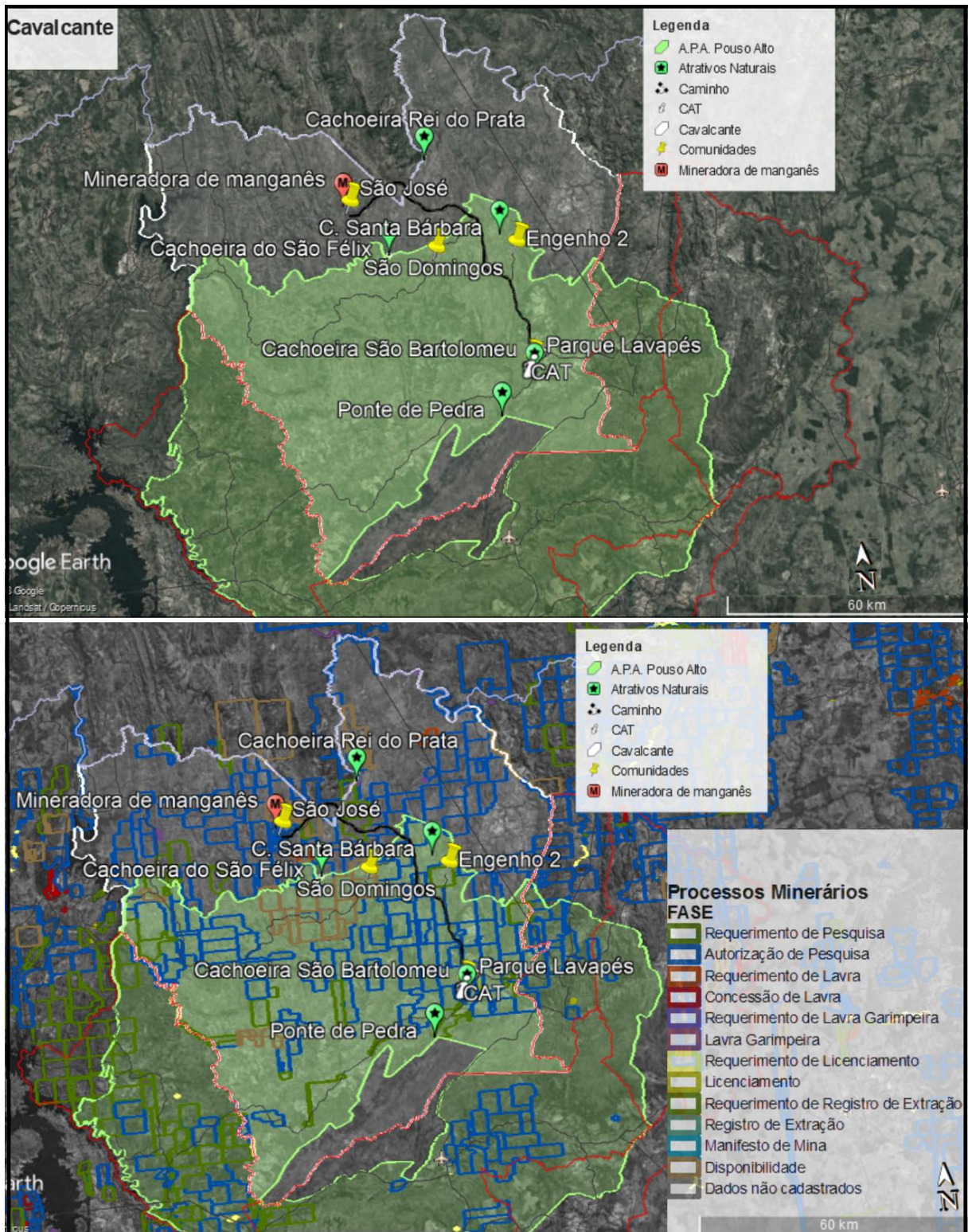


Figura 21: Imagens com localizações dos atrativos turísticos, estradas de acesso e registros de processos minerários na ANM (abaixo). Fonte: Elaboração própria com base em informações da ANM e do Google Earth,

set./2018.

Neste tópico, foram apresentados os principais acontecimentos identificados na linha do tempo do turismo e da mineração em Cavalcante, desde a época das origens do turismo até o momento atual, em que se registrou a retomada das atividades de mineração de manganês no norte do município. Com essa contextualização detalhada em cinco fases, foi possível analisar a dinâmica dos discursos-narrativas do turismo alternativo, presente somente na primeira fase, do turismo sustentável e da modernização turística – presentes em todas as fases a partir da institucionalização do turismo –, além do discurso-narrativa da abordagem comunitária, que se constituiu no último período descrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa qualitativa realizou uma análise dos conflitos socioambientais entre os interessados no turismo e na mineração na região da Chapada dos Veadeiros, com foco em Cavalcante-GO. A partir de uma contextualização dessa região, que é marcada por grande desigualdade social, foram identificados os conflitos socioambientais relacionados com o turismo, o que permitiu a escolha desse estudo de caso para aprofundamento, considerando que há uma carência de análises discursivas dos conflitos que emergem a partir da pressão pela produção de *commodities* sobre os recursos naturais apropriados por abordagens de desenvolvimento turístico sustentáveis.

Com um recorte temporal a partir do final dos anos 1990, foi elaborada uma linha do tempo com os principais acontecimentos que marcaram a história recente do turismo e da mineração em Cavalcante, ampliando o conhecimento sobre as ações resultantes dos processos políticos em diferentes escalas que interferem na realidade desse município. Esse processo histórico foi detalhado em cinco fases, possibilitando a análise da dinâmica de quatro discursos-narrativas: do turismo alternativo (ligado às origens do turismo em Cavalcante), da abordagem comunitária (presente na última fase da linha do tempo), do turismo sustentável e da modernização turística – sendo que esses dois últimos permearam a maior parte das fases, desde o processo de institucionalização do turismo até a atual consolidação do fluxo turístico e a retomada da mineração. As racionalidades econômica, científica, comunitária, legal, da ecologia profunda e crítica, em diferentes níveis, dão legitimidade para os discursos-narrativas analisados e levam à formação das coalizões que, quando reúnem recursos e interesses suficientes, alcançam os resultados esperados pelos atores-chave que as compõem.

Observou-se que um desses discursos-narrativas, o do turismo alternativo, não dialoga, mas sim faz oposição à implementação e expansão da atividade da mineração em Cavalcante, com base na racionalidade que retoma um valor próprio e intrínseco da natureza. A abordagem comunitária mostrou oposição às mineradoras e diálogo apenas com os garimpos, a partir de uma racionalidade comunitária. Opostamente a esses dois discursos-narrativas, o da modernização turística dialoga diretamente com a atividade minerária, apoiando-a, com base em uma racionalidade econômica, limitada à busca de geração de empregos e expansão da renda, ressaltando como a modernização turística reflete o discurso dominante, com foco no progresso e privilegiando estritamente os aspectos econômicos do turismo. Já o turismo

sustentável também adere ao apoio à mineração, apesar de condicioná-lo a uma forma idealizada de exploração mineral.

Os conflitos entre os interessados no turismo e na mineração em Cavalcante, no recorte temporal analisado, mostram-se incipientes frente aos potenciais de desenvolvimento de ambos em relação aos recursos naturais, minerais e culturais existentes na região. Evidenciou-se que os impactos da mineração são vastos e estendem-se também pelas bacias hidrográficas e corredores logísticos de distribuição dos minérios, não se restringindo aos locais das minas. Por outro lado, os impactos positivos da atividade minerária, por exemplo na infraestrutura rodoviária municipal, levam a uma ampliação da aceitabilidade de parte da população local. Assim, ressalta-se a importância de um amplo zoneamento das áreas apropriadas para cada setor, de forma a encontrar um equilíbrio entre os usos desses recursos para o fenômeno turístico, para a produção de *commodities* e para a conservação da biodiversidade do Cerrado, conscientes também do lado destrutivo do processo de desenvolvimento e não apenas de seu lado construtivo.

Para tanto, é necessário, primeiramente, atenção às vozes historicamente marginalizadas em uma sociedade marcada pela segregação e desigualdade social, e garantir o fortalecimento e ampliação das plataformas de diálogo entre os diferentes atores-chave da região, incluindo tanto os diretamente quanto os indiretamente impactados pelas atividades da mineração e pelo turismo. Outras proposições para a situação no município são a avaliação e monitoramento tanto do turismo quanto da mineração e a adoção de uma abordagem do turismo que não se restrinja ao seu potencial como gerador de emprego e renda, mas que promova a valorização da diversidade cultural existente na região, a educação ambiental, o fortalecimento de valores de preservação ambiental e o resgate da sensação de afeto pelo lugar e da noção de pertencimento, além de possibilitar o empoderamento da população local e a melhoria de sua qualidade de vida. Essa abordagem possibilita a descentralização do processo de desenvolvimento, aumentando as chances de se atrair apoio nas arenas políticas.

Quanto às limitações da pesquisa, por se tratar de uma área de conflito, houve alertas de pelo menos quatro entrevistados sobre os riscos de se realizar uma pesquisa que trata sobre a mineração na região, o que restringiu um maior aprofundamento e nível de detalhes na história da mineração em Cavalcante - GO. Outro aspecto foi o “silêncio estrondoso” (FAZITO, 2013) por parte das instituições em que se solicitou os documentos relativos aos processos de licenciamento ambiental existentes ou aos documentos que compõem os processos minerários.

Para pesquisas posteriores sugere-se um aprofundamento da análise discursiva das arenas políticas em nível regional – especialmente o Conapa – e nacional, além de estudos sobre os conflitos que surgiram a partir da proposta de implementação das pequenas centrais hidroelétricas na região da Chapada dos Veadeiros, tópico ligado à expansão da mineração na região (que depende da ampliação das fontes de energia caso se direcione para a exploração de minérios ligados à indústria siderúrgica). Também se sugere a realização de pesquisas que abranjam a percepção dos turistas que visitam a região sobre esse tema.

Assim, esta pesquisa contribui para a literatura de conflitos socioambientais ligados ao desenvolvimento turístico no entorno de áreas protegidas, revelando elementos discursivos dos contextos da área estudada e quais as coalizões e oposições entre os atores-chave entrevistados. Esta análise pode dar subsídios para a elaboração de políticas públicas, principalmente as relacionadas ao turismo, dando transparência aos detalhes desse processo ligado a situações profundas de conflito. Além disso, contribui com embasamentos para as situações onde recursos naturais únicos, sejam áreas protegidas ou não, sofrem pressão global para a produção de *commodities*. Ademais, registram-se informações capazes de fortalecer a mediação desses conflitos, buscando a conciliação entre as atividades dos dois setores e a conservação da natureza, além de promover o desenvolvimento humano na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Ética, economia e rupturas tecnológicas: uma conversa com Rafael Zanata**. 2017. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/etica-economia-e-rupturas-tecnologicas-um-conversa-com-rafael-zanata/>. Acesso em 10/10/2018.
- ALMEIDA, M. G. **Construção de espaço turístico-a experiência dos pólos irradiadores do ecoturismo regional no estado de Goiás**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 2000.
- ALONSO, A.; COSTA, V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. In: Almonda, H. (org). *Ecologia Política: natureza, sociedad y utopia*. Buenos Aires. Clacso. 2002.
- ANDRADE, T. C. **A experiência das visitas guiadas e autoguiadas: um ensaio interpretativo pelo Parque Nacional da Chapada Dos Veadeiros – GO**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2014.
- ARANTES, M. M.; ALMEIDA, M. G. **O saber fazer do povo Kalunga na conservação da biodiversidade do Cerrado em Goiás (Brasil)**. Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.2, p. 51-70, jul./dez. 2012.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. **Two Faces of Power**. The American Political Science Review, v. 56, n. 4, p. 947–952, 1962.
- BARBOSA, A. G. **As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades**. Dissertação de Mestrado. CDS – Universidade de Brasília. Brasília, 2008
- BIANCHI, R. **The “Critical Turn” in Tourism Studies: a radical critique**. Tourism Geographies, v. 11, n. 4, p. 484–504, 2009.
- BRAMWELL, B. **Actors, Power, and Discourse of Growth Limits**. Annals of Tourism Research, v. 33, n. 4, p. 957–978, 2006.
- BRASIL. Decreto de 05 de junho de 2017. **Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João d’Aliança, Estado de Goiás**. Diário Oficial da União, Brasília, 06 jun. 2017.
- BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Governo Federal anuncia Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira**. Disponível em http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/governo-federal-anuncia-programa-de-revitalizacao-da-industria-mineral-brasileira
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal**. Brasília: MMA, 1999.
- _____. **O Bioma Cerrado**. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado> Acesso em 30/04/2018.

_____. **Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação.** Brasília: MMA, 2015.

BRASIL, Ministério do Turismo. **2018: natureza é principal atrativo de destinos-tendência no Brasil.** Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10664-2018-natureza-%C3%A9-principal-atrativo-de-destinos-tend%C3%Aancia-no-brasil.html>> Acesso em 30/04/2018.

_____. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatório Brasil.** 2ª ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Polo Chapada dos Veadeiros.** Brasília: Ministério do Turismo, 2012.

BRESSER-PEREREIRA, L. **Do Iseb e da Cepal à Teoria da dependência.** In 50 anos do Iseb. São Paulo: Unesp, 2005.

BRITTON, S. **The political economy of tourism in the third world.** Annals of Tourism Research, 9(3), 331–358, 1982.

BUTLER, R.W. **The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources.** Canadian Geographer, 24, 1980.

BUTLER, R.W. **Sustainable tourism: A state-of-the-art review.** Tourism Geographies, 1:1,7 — 25, 1999.

CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, Di. A. L. **Universo da mineração em Goiás: potencial mineral e principais polos de extração.** 2016.

CHEONG, S.; MILLER, M. **Power and Tourism: a foucauldian observation.** Annals of Tourism Research, v. 27, n. 2, p. 371–390, 2000.

COSTA, H. A. **Mosaico da sustentabilidade em destinos turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COSTA, E. B. **Uma abordagem geográfica para o estudo do turismo: a valorização do espaço.** In A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadoria – uma abordagem geográfica. São Paulo: Livre Expressão, 2010.

COWEN, M.; SHENTON, R. **Doctrines of development.** London; New York: Routledge, 2005.

CPT NACIONAL. **Chapada dos Veadeiros - Muito além do fogo.** 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4141-chapada-dos-veadeiros-muito-alem-do-fogo> . Acesso em 18/09/2018.

DAHL, R. **Who Governs? democracy and power in an American city.** New Haven, CT: Yale University Press, 1961.

DAMANDO, G. I. **Os impactos do turismo em Cavalcante - GO**. Monografia (Especialização em Docência e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2000.

DRYZEK, J. **The Politics of Earth: environmental discourses**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DRUMMOND, J. A. L. **O manganês do Amapá: o seu papel no desenvolvimento regional e nacional do Brasil (1957-1998)**. Desenvolvimento e meio ambiente (UFPR), v. 11-12, p. 51-69, 2005.

FAZITO, M. **Competing Rationalities of Tourism Development in the Espinhaço Range Biosphere Reserve** (Tese de Doutorado). University College Dublin, Dublin, 2013.

_____. **Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes do desenvolvimento**. In S. Figueiredo, F. Azevedo, & W. Nóbrega (Eds.), *Perspectivas contemporâneas da análise em turismo*. Belém: NAEA, 2015.

FAZITO, M., SCOTT, M., RUSSELL, P. **The Dynamics of Tourism Discourses and Policy in Brazil**. *Annals of Tourism Research* 57, 1–17, 2016.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E. **O papel do turismo no desenvolvimento humano**. Natal: Enanppas, 2017.

FERREIRA, L. C. G.; ALMEIDA, M. A. **Usos e conflitos na APA do Pouso Alto (GO): uma abordagem sobre a percepção dos atores locais de Colinas do Sul e Cavalcante**. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 8, n. 1, p.215-230, abr/2014.

FLEISCHER, D. I. FALEIRO, R. P. **São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico**. In *Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines... [et al.]*. organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

FLYVBJERG, B. **Rationality and power: democracy in practice**. Chicago; London: University of Chicago Press, 1998.

_____. **Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FOUCAULT, M. **A governamentalidade**. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GARAY, N. D. **O Turista do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e suas relações com a natureza**. Dissertação de Mestrado. Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

GARAY, N. D.; SANTANA, L.; COSTA, H. A. **Cooperação e sustentabilidade no setor turístico: estudo sobre micro e pequenas empresas de Cavalcante (GO, Brasil)**. Revista Cenário - Brasília, v. 3, n. 5, 2015.

GARAY, N. D. **O turista do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e suas relações com a natureza**. 2017. 80 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GENTILE, C.; FRANCO, J. L. A.; SAYAGO, D. A. V. **Um Modelo de Capacitação Rumo à Sustentabilidade: Os guias de Alto Paraíso de Goiás - Chapada dos Veadeiros (GO)**. Fronteiras - v. 5 n. 1, 2016.

GESTA. **Mapa dos conflitos ambientais**. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em 14/12/2017.

GIBSON-GRAHAM, J.K. **Surplus possibilities: postdevelopment and Community economies**. Singapore Journal of Tropical Geography 26, 4-26. 2005.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. **Plano de Manejo da APA de Pouso Alto: Resumo Executivo**. 2016. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2016-06/resumo-executivo.pdf>. Acesso em 15/03/2018.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. **Plano de Manejo Estação Ecológica Chapada de Nova Roma**. 2010.

GOIÁS. **Goiás na Frente: empresas de mineração anunciam investimento de R\$ 2,3 bilhões no Estado**. Disponível em: <http://www.goiasagora.go.gov.br/goias-na-frente-empresas-de-mineracao-anunciam-investimento-de-r-23-bilhoes-no-estado/> Acesso em 13/03/2017.

GOIÁS AGORA. **Prefeitos de municípios da região da Chapada dos Veadeiros se manifestam contra expansão de parque**. 2017. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/noticias/23219-prefeitos-de-municipios-da-regiao-da-chapada-dos-veadeiros-se-manifestam-contr-expandao-de-parque-2.html> Acesso em 13/03/2017.

GOMES, P. O. **Contribuições econômicas e financeiras do turismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GONÇALVES, R. J. F. A; MENDONÇA, M. R. **Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no cerrado goiano (Goiás/Brasil)**. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 206-228, set. 2015.

GONZÁLEZ, m. V. P. **Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal?** Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9- s.22, nov. 2014.

HAJER, M. **The politics of environmental discourse : ecological modernization and the policy process**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. **Doing discourse analysis: coalitions, practices, meaning**. In Words matter in policy and planning. Utrecht, 2006.

HALL. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. SP: Contexto, 2001.

HALL, M.; JENKINS, J. Tourism and Public Policy. In LEW, Alan. HALL, Michael, WILLIAMS, Allan (orgs). **A Companion to Tourism**. Blackwell Publishing, 2004.

HEWITT, S. **Discourse Analysis and Public Policy Research**. Centre for Rural Economy Discussion Paper 24, 1–16. 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE – ICMBio. Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, 2009.

INSTITUTO ESPINHACO. Instituto Espinhaço participa de reunião de planejamento com Ministério Público de Goiás. Disponível em: <http://www.institutoespinhaco.org.br/blog/instituto-espinhaco-participa-de-reuniao-de-planejamento-com-ministerio-publico-de-goias/>

JAMAL, T.; HOLLINSHEAD, K. **Tourism and the Forbidden Zone: the undeserved power of qualitative inquiry**. Tourism Management, 22, 63–82, 2001.

JULIANO, T.; CARVALHO, A. V. **Entre discursos e percursos: reflexões para epistemologias do turismo a partir da patrimonialização da natureza em uma área protegida da Mata Atlântica-SP**. In: VIII Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal-RN. Anais do VII Encontro Nacional da ANPPAS, 2017.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política**. In: A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

LOPES, F. J. **Métrica de valoração ambiental: uma percepção da gestão pública no município de Cavalcante**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2014.

MARKWICK, M. **Golf Tourism Development, Stakeholders, Differing Discourses and Alternative Agendas: the case of Malta**. Tourism Management, 21, 515–524. 2000.

MARTINS, A. L. L. **Lazer, conflito e meio ambiente: o caso da Reserva Biológica do Tinguá**. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal-RN. Anais do VII Encontro Nacional da ANPPAS, 2012.

MEBRATU, D. **Sustainability and Sustainable Development: historical and conceptual review**. Environment Impact Assessment Review, 18(6), 493–520. 1998.

MEIÇÓ, C. A. **Caracterização dos Atores Presentes no Contexto de Implementação da APA do Pouso Alto – GO: Descrição de seus Valores e do Capital Social**. Dissertação de

- Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- MOESCH, M. M. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Epistemologia social do turismo. Tese de doutorado. São Paulo, ECA-USP, 2004.
- MOREIRA, J. F. R.; ALMEIDA, M. G. **Roteiros e Dramas: a identidade territorial dos Kalunga que vivem “entre territórios”**. Revista Territorial - Goiás, v.2, n.2, p.28-42, jul./dez. 2013.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª edição. Brasil: Editora Sulina, 2011.
- MYERS, N. et al. **Biodiversity Hotspots for Conservation Priorities**. Nature, v. 403, p. 853–858, 2000.
- NASCIMENTO, E. P. **Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual**. In: A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 85-105.
- PIRES, P. S. A. **Dimensões do ecoturismo**. Editora SENAC, São Paulo, 2002.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: Editora Planta, 2001.
- REIS, T.; RUSSO, G.; RIBEIRO, V.; MOUTINHO, P.; GUIMARÃES, A.; STABILE, M.; ALENCAR, A.; CRISOSTOMO, A.C.; SILVA, D.; SHIMBO, J. **Climate challenges and opportunities in the Brazilian Cerrado**. IPAM, COP23, 2017.
- RIBEIRO, A. A.; ANDRADE, T. C. **O Desenvolvimento do Ecoturismo dentro do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-GO**. Revista Cenário - Brasília, v. 5, n. 9, 2017.
- RIBEIRO, R. C. L. G.; CAVALCANTI, J. E. A. **A utilização da Análise Fatorial para a identificação dos impactos do Turismo no Distrito de São Jorge, Chapada dos Veadeiros, GO**. Caderno Virtual de Turismo, Vol. 9, Nº 3. Rio de Janeiro, 2009.
- ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como destino ecoturístico**. Monografia (Especialização) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2003.
- ROSTOW, W. **The stages of economic growth: a non-comunist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- SAMPAIO, A. C. M. A. **Cultura da participação e o saber-fazer do turismo: estudo de caso observatório para o turismo sustentável de Cavalcante – GO**. Dissertação de Mestrado. Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília. Brasília, 2013.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez editora, 2011.
- SEN, A. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
- SOBRINHO, F. L. A.; ALVES, I. C. S.; VIEIRA, P. L. M. **Uma análise geográfica do plano**

de desenvolvimento turístico de Cavalcante-Goiás. Bol. geogr., Maringá, v. 33, n. 3, p. 31-45, set.-dez., 2015.

SOUZA, T.V.S.B. Recreation classification, tourism demand and economic impact analyses of the federal protected areas of Brazil. University of Florida, Gainesville, 2016.

SOUZA, L. H. de.; MOLLO, M. de L.; SILVA, E. M. da; BIMBATTI, D. Em busca de Participação e Sustentabilidade na Gestão do Turismo: os Observatórios para o Turismo Sustentável de Cavalcante e Cristalina. Revista Turismo & Desenvolvimento. n° 13, 2010.

UNESCO. Cerrado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1035/documents/>

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.

WEARING, S.; NEIL, J. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Manole, 2014.

WIKIPARQUES. Com a palavra: Fernando Tatagiba, gestor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (parte 2). Disponível em: <http://www.wikiparques.org/com-a-palavra-fernando-tatagiba-gestor-do-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros-parte-2/>

WILSON, E.; HOLLINSHEAD, K. Qualitative tourism research: Opportunities in the emergent soft sciences *Annals of Tourism Research*, 54, 30-47, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Como você imagina uma situação ideal para Cavalcante no futuro? (desenvolvimento)
2. O turismo é importante para o desenvolvimento de Cavalcante? Por quê?
3. Cavalcante é um destino com atrativos importantes para a região? Por quê?
4. Você viaja por aqui?
 - a. Quais lugares?
 - b. E qual é seu lugar favorito?
 - c. Na sua visão, por que os turistas gostam de vir aqui?
5. Há conflitos (ou pressões ou ameaças) entre os interessados de diferentes atividades (ex.: agronegócio, mineração, turismo, etc.) e a conservação da biodiversidade na região? Quais?
6. No passado, houve conflitos entre os interessados no turismo e os atores da mineração aqui na região?
7. É possível que o turismo e a mineração coabitem, favorecendo o desenvolvimento de Cavalcante?
8. Mineração
 - a. Quais tipos de minério?
 - b. Qual mercado?
 - c. Quem mais conversar?
 - d. Choca com interesses dos turistas?
 - e. Há algum espaço com reuniões onde os dois são debatidos?
 - f. Qual a sequência de eventos que marca esse conflito?
 - g. Há políticas públicas que incentivam a mineração? Ex.: Formação de técnicos em mineração, artesanato a partir de minerais, cristais...
 - h. Houve a construção de alguma infraestrutura voltada para a mineração nos últimos anos? Ex.: estrada, asfalto, aeroporto
 - i. O governo atual apoia, favorece, o desenvolvimento da mineração?
 - j. Há algum processo de licenciamento acontecendo?
9. Participou das discussões sobre a criação do Parque São Félix?
10. Qual a principal atividade que influencia no desenvolvimento do município?

APÊNDICE B – RELAÇÃO DE ATORES-CHAVE ENTREVISTADOS

Os entrevistados, apresentados no quadro abaixo de acordo com a ordem cronológica da realização das entrevistas, foram classificados em cinco grupos, considerando os representantes do: poder público, *trade* turístico, mineração, do terceiro setor (Associações, ONGs) e da própria população local.

Entrevistados	Descrição	Data
Entrevistado 1	<i>Trade</i> turístico	30/11/2017
Entrevistado 2	População local	01/12/2017
Entrevistado 3	Poder público	01/12/2017
Entrevistado 4	Poder público	01/12/2017
Entrevistado 5	Terceiro setor	22/5/2018
Entrevistado 6	Terceiro setor	22/5/2018
Entrevistado 2	População local	22/5/2018
Entrevistado 7	Representante mineração	23/5/2018
Entrevistado 8	População local – São José	23/5/2018
Entrevistado 9	Poder público	24/5/2018
Entrevistado 1	<i>Trade</i> turístico	24/5/2018
Entrevistado 3	Poder público	24/5/2018
Entrevistado 10	População local - São Domingos	25/5/2018
Entrevistado 11	População local - São Domingos	25/5/2018
Entrevistado 12	População local - São Domingos	25/5/2018
Entrevistado 13	População local - São Domingos	25/5/2018
Entrevistado 14	População local - São Domingos	25/5/2018
Entrevistado 15	<i>Trade</i> turístico	26/5/2018
Entrevistado 16	Representante mineração	13/6/2018
Entrevistado 17	População local	07/7/2018
Entrevistado 18	Poder público	31/7/2018
Entrevistado 19	População local - São João d'Aliança	6/8/2018
Entrevistado 15	<i>Trade</i> turístico	7/8/2018
Entrevistado 20	População local e representante mineração	7/8/2018
Entrevistado 21	<i>Trade</i> turístico	7/8/2018
Entrevistado 22	População local - Vão do Moleque	8/8/2018
Entrevistado 15	<i>Trade</i> turístico	8/8/2018
Entrevistado 23	Terceiro setor	8/8/2018
Entrevistado 24	Representante mineração	9/8/2018
Entrevistado 25	Terceiro setor	9/8/2018
Entrevistado 26	População local	9/8/2018
Entrevistado 27	População local	9/8/2018
Entrevistado 1	<i>Trade</i> turístico	10/8/2018
Entrevistado 28	População local	10/8/2018

Entrevistado 29	Terceiro setor	10/8/2018
Entrevistado 30	Poder público	11/8/2018
Entrevistado 31	<i>Trade</i> turístico	11/8/2018
Entrevistado 32	População local	11/8/2018
Entrevistado 3	Poder público	12/8/2018
Entrevistado 33	População local - São José	12/8/2018
Entrevistado 34	População local - São José	12/8/2018
Entrevistado 35	População local - São José	12/8/2018
Entrevistado 36	Terceiro setor	12/8/2018
Entrevistado 37	Poder público	13/8/2018
Entrevistado 38	Poder público - Alto Paraíso de Goiás	13/8/2018
Entrevistado 39	Poder público - São João d'Aliança	13/8/2018